



MUNICÍPIO DE SETÚBAL
CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SETÚBAL

Realizada em 02 março de 2022

N.º 6/2022

Aos dois dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e dois, realizou-se, pelas dezasseis horas e quarenta minutos, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Setúbal.

Esta reunião foi presidida pelo Sr. Presidente da Câmara, André Valente Martins (CDU), e na mesma estiveram presentes a Sra. Vice-Presidente Carla Alexandra Potrica Guerreiro (CDU) e os Srs. Vereadores Fernando Miguel Catarino José (PS), Carlos Alberto Mendonça Rabaçal (CDU), Fernando Mimoso Negrão (PPD/PSD), Pedro Sérgio Fernandes Pina (CDU), Sónia Isabel Leal Maurício Martins (PPD/PSD), Joel Alexandre Neves Marques (PS) e Ana Rita da Costa Pinheiro de Carvalho (CDU).

A Sra. Vereadora Sandra Marina Lopes Frota (PS) esteve presente em substituição do Sr. Vereador Vítor Manuel Ramalho Ferreira (PS) e do Sr. Vereador Nuno Filipe de Jesus Marques Nunes da Cruz (PS) ficando os pedidos de substituição e o documento de verificação da identidade e legitimidade do membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 1 e 3.

O Sr. Vereador Domingos Moreira Semedo (PS) esteve presente em substituição da Sra. Vereadora Patrícia Alexandra das Dores Paz Rodrigues (PS) e da Sra. Vereadora Ana Paulina Rosa Vitorino (PS), ficando os pedidos de substituição e o documento de verificação da identidade e legitimidade do membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 4 a 6.

Secretariou a reunião o Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças, Paulo Jorge Simões Hortênsio, de acordo com n.º 3 do Artigo 24.º do Regulamento da Organização de Serviços em vigor.

A Ordem de Trabalhos da reunião foi entregue a todos os membros, nos termos do n.º 2 do Artigo 25.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 04/2015, de 07 de janeiro, e consta em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 7.

Ordem de Trabalhos

A) Período de Antes da Ordem do Dia

- 1. Informações à Câmara (eventual apresentação)**
- 2. Assuntos diversos de interesse para a autarquia**

B) Período da Ordem do Dia

- 1. Projeto de ata da reunião ordinária da Câmara de 17 de novembro de 2021**
- 2. Deliberação n.º 612/2022 – Proposta n.º 03/2022 – GAP – Prorrogação do prazo de transferência das competências no domínio da ação social**
- 3. Deliberação n.º 613/2022 – Proposta n.º 01/2022 – GADSEA – Celebração de Memorando de Entendimento entre a Câmara Municipal de Setúbal e a Fundação Calouste Gulbenkian no âmbito do Projeto Ponto de Transição – Ratificação**
- 4. Deliberação n.º 614/2022 – Proposta n.º 456/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Santas, em Praias do Sado, Setúbal**
- 5. Deliberação n.º 615/2022 – Proposta n.º 457/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Flávio Resende, n.º 7 - 3.º esq., em Setúbal**

6. **Deliberação n.º 616/2022 – Proposta n.º 458/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Luís Gonzaga do Nascimento, n.º 13 - R/C Esq., em Setúbal**
7. **Deliberação n.º 617/2022 – Proposta n.º 459/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Batalha do Viso n.º 62 - 1.º andar, em Setúbal**
8. **Deliberação n.º 618/2022 – Proposta n.º 460/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Quinta do Paraíso - Lote 18 - 1.º C, em Setúbal**
9. **Deliberação n.º 619/2022 – Proposta n.º 461/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua da Sociedade Filarmónica Perpétua Azeitonense, n.º 175 e 175A, em Azeitão**
10. **Deliberação n.º 620/2022 – Proposta n.º 462/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta António Enes, n.ºs 9 - 9A, em Setúbal**
11. **Deliberação n.º 621/2022 – Proposta n.º 463/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Tenente Aviador Carlos Alves, n.º 14 C/V Dto. em Setúbal**
12. **Deliberação n.º 622/2022 – Proposta n.º 464/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Natália Correia - Lote 2, Choilo, em Brejos de Azeitão**
13. **Deliberação n.º 623/2022 – Proposta n.º 465/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua das Giestas, n.º 4 - 3.º Esq., em Setúbal**
14. **Deliberação n.º 624/2022 – Proposta n.º 466/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua de Aljubarrota, n.º 9 - 5.º Esq., em Setúbal**
15. **Deliberação n.º 625/2022 – Proposta n.º 467/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua do Paraíso da Jardía, n.ºs 5 e 5A, Brejos dos Clérigos, em Azeitão**
16. **Deliberação n.º 626/2022 – Proposta n.º 468/2022 – DAF/DICONT SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida 22 de Dezembro, n.ºs 27, 27A, 27B, 27C e 27D - 5.º Frt., em Setúbal**
17. **Deliberação n.º 627/2022 – Proposta n.º 469/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Urbanização Aldeia Grande - Travessa S. Pedro de Alcube, Quinta do Barril, em Setúbal**
18. **Deliberação n.º 628/2022 – Proposta n.º 470/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua José Luciano de Carvalho, n.º 2 - R/C Esq., em Setúbal**
19. **Deliberação n.º 629/2022 – Proposta n.º 471/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida da República da Guiné-Bissau, n.º 36 – 1.º Frt., em Setúbal**
20. **Deliberação n.º 630/2022 – Proposta n.º 472/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Av. Dr. António Rodrigues Manito, n.º 46 - 1.º Esq., em Setúbal**
21. **Deliberação n.º 631/2022 – Proposta n.º 473/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Baltazar Guimarães, n.º 17 - 1.º Esq., em Azeitão**
22. **Deliberação n.º 632/2022 – Proposta n.º 474/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua António José Batista, n.º 41 - Bloco Norte – 2.º D, em Setúbal**

23. *Deliberação n.º 633/2022 – Proposta n.º 475/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Sebastião José da Costa, n.º 12 - 2.º Dto., em Azeitão*
24. *Deliberação n.º 634/2022 – Proposta n.º 476/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Dr. José Leite de Vasconcelos - Lote 81 – 4.º Dto., em Setúbal*
25. *Deliberação n.º 635/2022 – Proposta n.º 477/2022 – DAF/DICONT SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta Luís Villaverde, n.º 7 - 5.º A, em Setúbal*
26. *Deliberação n.º 636/2022 – Proposta n.º 478/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua D. Ana de Castro Osório, n.º 8, em Setúbal*
27. *Deliberação n.º 637/2022 – Proposta n.º 479/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua General Gomes Freire, n.º 71 – 3.º Frt, em Setúbal*
28. *Deliberação n.º 638/2022 – Proposta n.º 480/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Frei Agostinho da Cruz, n.ºs 42, 44 e 46 – 3.º, em Setúbal*
29. *Deliberação n.º 639/2022 – Proposta n.º 481/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua dos Pessegueiros, Quinta da Amizade, Lote 207 – 1.º Dto., em Setúbal*
30. *Deliberação n.º 640/2022 – Proposta n.º 482/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Poeta Bocage, n.ºs 13, 15, e 17 - R/C E, em Azeitão*
31. *Deliberação n.º 641/2022 – Proposta n.º 483/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Largo Francisco António Pinhão, n.º 3 – 2.º B, em Setúbal*
32. *Deliberação n.º 642/2022 – Proposta n.º 484/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Bento Jesus Caraça, n.º 5 – 2.º B, em Setúbal*
33. *Deliberação n.º 643/2022 – Proposta n.º 485/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Dr. Henrique Constantino, Lote 61 – R/C Dto., em Setúbal*
34. *Deliberação n.º 644/2022 – Proposta n.º 486/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Alameda dos Álamos, n.º 35, em Setúbal*
35. *Deliberação n.º 645/2022 – Proposta n.º 487/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Jaime Cortesão, n.º 79 – 8.º F, em Setúbal*
36. *Deliberação n.º 646/2022 – Proposta n.º 488/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Estrada de Algeruz - Sítio das Padeiras, em Setúbal*
37. *Deliberação n.º 647/2022 – Proposta n.º 489/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Praia dos Coelho s - Lote 41, em Azeitão*
38. *Deliberação n.º 648/2022 – Proposta n.º 490/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua da Fé, n.º 65 – 4.º B, em Setúbal*
39. *Deliberação n.º 649/2022 – Proposta n.º 491/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua de Aljubarrota, n.º 5 – 4.º Esq., em Setúbal*
40. *Deliberação n.º 650/2022 – Proposta n.º 492/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência –*



Rua Aviadores Gago Coutinho e Sacadura Cabral, n.ºs 3, 3A, 3B e 3C – 1.º Esq., em Setúbal

41. *Deliberação n.º 651/2022 – Proposta n.º 493/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Engenheiro Henrique Cabeçadas, n.º 27 e Rua Clube Setubalense, n.º 2 – 1.º Dto., em Setúbal*
42. *Deliberação n.º 652/2022 – Proposta n.º 494/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta Pêro da Covilhã, n.º 8 – 7.º Dto., em Setúbal*
43. *Deliberação n.º 653/2022 – Proposta n.º 495/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua General Gomes Freire, n.º 71 – R/C, em Setúbal*
44. *Deliberação n.º 654/2022 – Proposta n.º 496/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Jaime Cortesão, n.º 47, em Setúbal*
45. *Deliberação n.º 655/2022 – Proposta n.º 497/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta das Amoreiras, n.º 3 – 3.º Dto., em Setúbal*
46. *Deliberação n.º 656/2022 – Proposta n.º 498/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Luís Gonzaga do Nascimento, n.ºs 16 e 16A – R/C Esq., em Setúbal*
47. *Deliberação n.º 657/2022 – Proposta n.º 499/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Olavo Bilac, n.ºs 14, 16 e 18 – 1.º Esq., em Setúbal*
48. *Deliberação n.º 658/2022 – Proposta n.º 500/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Coima-a-Velha - Lote 2, em Azeitão*
49. *Deliberação n.º 659/2022 – Proposta n.º 501/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Bento Gonçalves, n.º 34 – 1.º B, em Setúbal*
50. *Deliberação n.º 660/2022 – Proposta n.º 502/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua de Brancanes, n.º 17 – 5.º Frt., em Setúbal*
51. *Deliberação n.º 661/2022 – Proposta n.º 503/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Dr. Luís Teixeira Macedo e Castro, n.º 26 - R/C Dto., em Setúbal*
52. *Deliberação n.º 662/2022 – Proposta n.º 504/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Fernando Santos, n.º 21 – 2.º Esq., em Setúbal*
53. *Deliberação n.º 663/2022 – Proposta n.º 505/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Família Estanislau, n.º 7, Casal de Bolinhos, em Azeitão*
54. *Deliberação n.º 664/2022 – Proposta n.º 406/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Miranda Gago, n.º 9, em Brejos de Azeitão*
55. *Deliberação n.º 665/2022 – Proposta n.º 507/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Estrada das Montureiras Novas, n.º 55 A – 1.º Dto., em Setúbal*
56. *Deliberação n.º 666/2022 – Proposta n.º 508/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Bartissol, n.ºs 18, 20, 22 e 24, em Setúbal*
57. *Deliberação n.º 667/2022 – Proposta n.º 509/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Irene Nascimento, n.º 25 – 4.º Esq., em Setúbal*



58. **Deliberação n.º 668/2022 – Proposta n.º 510/2022 – DAF/DICONT/SERGEPI – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Parque Doutor Manuel Constantino Goes, n.º 5 - R/C Dto., em Setúbal**
59. **Deliberação n.º 669/2022 – Proposta n.º 511/2022 – DAF/DICONT/SERGEPI – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Ferreira de Castro, n.º 55 - R/C Esq., Setúbal**
60. **Deliberação n.º 670/2022 – Proposta n.º 512/2022 – DAF/DICONT/SERGEPI – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Bento Jesus Caraça, n.º 75, em Setúbal**
61. **Deliberação n.º 671/2022 – Proposta n.º 513/2022 – DAF/DICONT/SERGEPI – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Largo Cidade de Magdeburgo, n.º 12- R/C, em Setúbal**
62. **Deliberação n.º 672/2022 – Proposta n.º 514/2022 – DAF/DICONT/SERGEPI – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua da Eletricidade, n.º 5 - R/C B, em Setúbal**
63. **Deliberação n.º 673/2022 – Proposta n.º 515/2022 – DAF/DICONT/SERGEPI – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Diogo Cão, n.º 14 – 2.º Dto., em Setúbal**
64. **Deliberação n.º 674/2022 – Proposta n.º 516/2022 – DAF/DICONT/SERGEPI – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Francisco Sá Carneiro, n.º 21 – 7.º Dto., em Setúbal**
65. **Deliberação n.º 675/2022 – Proposta n.º 517/2022 – DAF/DICONT/SERGEPI – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Manuel d’Aguiar, n.ºs 14 e 14 A, em Azeitão**
66. **Deliberação n.º 676/2022 – Proposta n.º 518/2022 – DAF/DICONT/SERGEPI – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Mestre Lima de Freitas, n.º 29 – 2.º Esq., em Setúbal**
67. **Deliberação n.º 677/2022 – Proposta n.º 519/2022 – DAF/DICONT/SERGEPI – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Vale Grou, n.º 27, em Setúbal**
68. **Deliberação n.º 678/2022 – Proposta n.º 520/2022 – DAF/DICONT/SERGEPI – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua de Damão, n.º 2 – 4.º Dto, em Setúbal**
69. **Deliberação n.º 679/2022 – Proposta n.º 521/2022 – DAF/DICONT/SERGEPI – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Dom Manuel I, n.º 45 – 5.º Frente, em Setúbal**
70. **Deliberação n.º 680/2022 – Proposta n.º 522/2022 – DAF/DICONT/SERGEPI – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta Agostinho da Silva, n.º 6 – 1.º Frente, em Setúbal**
71. **Deliberação n.º 681/2022 – Proposta n.º 523/2022 – DAF/DICONT/SERGEPI – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Nossa Senhora da Piedade, n.º 6, em Azeitão**
72. **Deliberação n.º 682/2022 – Proposta n.º 524/2022 – DAF/DICONT/SERGEPI – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida da República Guiné-Bissau, n.º 15 - 9.º Dto., em Setúbal**
73. **Deliberação n.º 683/2022 – Proposta n.º 525/2022 – DAF/DICONT/SERGEPI – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta Hermenegildo Capelo, n.º 2 - 6.º Esq., em Setúbal**
74. **Deliberação n.º 684/2022 – Proposta n.º 526/2022 – DAF/DICONT/SERGEPI – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua de Setúbal, n.º 1, Vendas de Azeitão, em Azeitão**
75. **Deliberação n.º 685/2022 – Proposta n.º 527/2022 – DAF/DICONT/SERGEPI – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Largo do Poço do Concelho, n.º 3 – 1.º Esq., em Setúbal**

76. **Deliberação n.º 686/2022 – Proposta n.º 528/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Ocidental do Mercado, n.ºs 37, 39 e 41, em Setúbal**
77. **Deliberação n.º 687/2022 – Proposta n.º 529/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua João de Deus, n.º 3 - R/C B, em Setúbal**
78. **Deliberação n.º 688/2022 – Proposta n.º 530/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Quinta da Amizade, Lote 121 - 3.º Esq., em Setúbal**
79. **Deliberação n.º 689/2022 – Proposta n.º 531/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua de Timor, n.º 1 – 1.º, em Setúbal**
80. **Deliberação n.º 690/2022 – Proposta n.º 532/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua da Cerâmica, n.º 1 - Bloco C - 3 A, em Setúbal**
81. **Deliberação n.º 691/2022 – Proposta n.º 533/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Jorge Claro, n.º 4 – 6.º F, em Setúbal**
82. **Deliberação n.º 692/2022 – Proposta n.º 534/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Ferreira de Castro, n.º 15 e Travessa da Quinta do Meio, n.º 16 – Praias do Sado, em Setúbal**
83. **Deliberação n.º 693/2022 – Proposta n.º 535/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua José Dias Coelho, n.º 14, em Azeitão**
84. **Deliberação n.º 694/2022 – Proposta n.º 536/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua da Camarinha, n.º 16 - R/C Esq., em Setúbal**
85. **Deliberação n.º 695/2022 – Proposta n.º 537/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Camilo Castelo Branco, n.º 71, em Setúbal**
86. **Deliberação n.º 696/2022 – Proposta n.º 538/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Fernando Santos, n.º 31 – 2.º Dto., em Setúbal**
87. **Deliberação n.º 697/2022 – Proposta n.º 539/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Largo José Joaquim Cabecinha, n.º 14 – 5.º F, em Setúbal**
88. **Deliberação n.º 698/2022 – Proposta n.º 540/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Gonçalo Velho Cabral, Lote 229, em Azeitão**
89. **Deliberação n.º 699/2022 – Proposta n.º 541/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Lúcia da Encarnação Maracoto, Lote 91 - R/C Dto., em Setúbal**
90. **Deliberação n.º 700/2022 – Proposta n.º 542/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Nossa Senhora do Cais, n.º 77 – 1.º Dto., em Setúbal**
91. **Deliberação n.º 701/2022 – Proposta n.º 543/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Diogo Botelho, n.ºs 8 e 8A – Guarda do Pinheiro, em Azeitão**
92. **Deliberação n.º 702/2022 – Proposta n.º 544/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Mestre Lima de Freitas, n.º 18 – 3.º Esq., em Setúbal**

93. **Deliberação n.º 703/2022 – Proposta n.º 545/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua da Brasileira, n.ºs 65 e 67 – 1.º, em Setúbal**
94. **Deliberação n.º 704/2022 – Proposta n.º 546/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Dr. António Rodrigues Manito, n.º 93 – 1.º Esq., em Setúbal**
95. **Deliberação n.º 705/2022 – Proposta n.º 547/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Gil Eanes, n.º 12 – 5.º Dto., em Setúbal**
96. **Deliberação n.º 706/2022 – Proposta n.º 548/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua de S. Joaquim, n.º 17 – 2.º Dto., em Setúbal**
97. **Deliberação n.º 707/2022 – Proposta n.º 549/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua das Laranjeiras, Lote 67 – 3.º Frente, Quinta da Amizade, em Setúbal**
98. **Deliberação n.º 708/2022 – Proposta n.º 550/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua dos Planetas, n.ºs 7 e 7A, em Azeitão**
99. **Deliberação n.º 709/2022 – Proposta n.º 551/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Camilo Castelo Branco, n.º 152 – 1.º Esq., em Setúbal**
100. **Deliberação n.º 710/2022 – Proposta n.º 552/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua do Maltalhado, n.º 23 – 3.º Dto., em Setúbal**
101. **Deliberação n.º 711/2022 – Proposta n.º 553/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Largo José Joaquim Cabecinha, n.ºs 7, 8, 9 e 10 e Av. Bento Jesus Caraça, n.ºs 79, 81 e 83 – 1.º Esq., em Setúbal**
102. **Deliberação n.º 712/2022 – Proposta n.º 554/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Loteamento Nova Imagem - Bela Vista, Lote 1 – 3.º Esq., em Setúbal**
103. **Deliberação n.º 713/2022 – Proposta n.º 555/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua José Augusto Coelho, n.º 35, em Azeitão**
104. **Deliberação n.º 714/2022 – Proposta n.º 556/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Infante D. Henrique, n.º 16 – 3.º Dto., em Setúbal**
105. **Deliberação n.º 715/2022 – Proposta n.º 557/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Alexandre Herculano, n.º 14 - 7.º Esq., em Setúbal**
106. **Deliberação n.º 716/2022 – Proposta n.º 558/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua das Giestas, n.º 9, em Setúbal**
107. **Deliberação n.º 717/2022 – Proposta n.º 559/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida D. Manuel I, n.º 39 – 1.º Esq., em Setúbal**
108. **Deliberação n.º 718/2022 – Proposta n.º 560/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida 22 de Dezembro, n.º 23 – 4.º Dto., em Setúbal**
109. **Deliberação n.º 719/2022 – Proposta n.º 561/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Gil Eanes, n.º 21 – 3.º Dto., em Setúbal**
110. **Deliberação n.º 720/2022 – Proposta n.º 562/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência –**

Sítio das Casas Amarelas, Vale Mulatas, Urbanização Jardins de Santiago n.º 62, em Setúbal

- 111. Deliberação n.º 721/2022 – Proposta n.º 563/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Brejos de Azeitão, Lote 14, em Azeitão**
- 112. Deliberação n.º 722/2022 – Proposta n.º 564/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta Carlos da Costa Frescata, n.º 5 – 4.º Esq., em Setúbal**
- 113. Deliberação n.º 723/2022 – Proposta n.º 565/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Madalena Claro, Lote 85 – R/C Dto. – Urbanização do Bairro Afonso Costa, em Setúbal**
- 114. Deliberação n.º 724/2022 – Proposta n.º 566/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Alfredo Lima, n.º 3 - R/C Dto., em Setúbal**
- 115. Deliberação n.º 725/2022 – Proposta n.º 567/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Madalena Claro, Lote 85 – Garagem 3 – Urbanização Bairro Afonso Costa, em Setúbal**
- 116. Deliberação n.º 726/2022 – Proposta n.º 568/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Bento Gonçalves, n.º 25 – 2.º D em Setúbal**
- 117. Deliberação n.º 727/2022 – Proposta n.º 569/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Nossa Senhora do Amparo, n.º 16 – 1.º F, em Setúbal**
- 118. Deliberação n.º 728/2022 – Proposta n.º 570/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Zófimo Ramos Luz, n.º 9 – 2.º D, em Setúbal**
- 119. Deliberação n.º 729/2022 – Proposta n.º 571/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua da Camarinha, n.º 16 - R/C Dto., em Setúbal**
- 120. Deliberação n.º 730/2022 – Proposta n.º 572/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Largo Alberto Mendes Fialho, n.º 5 - 2.º C, em Setúbal**
- 121. Deliberação n.º 731/2022 – Proposta n.º 573/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Aquisição de parcela de terreno, sita em Rua General Daniel de Sousa, União de Freguesias de Setúbal**
- 122. Deliberação n.º 732/2022 – Proposta n.º 06/2022 – DRH – 1.ª Alteração ao Mapa de Pessoal aprovado para o ano de 2022**
- 123. Deliberação n.º 733/2022 – Proposta n.º 06/2022 – DEB/DIAPE – Apoio financeiro aos Agrupamentos de Escolas para aquisição de material de desgaste referente ao ano 2021/2022**
- 124. Deliberação n.º 734/2022 – Proposta n.º 07/2022 – DEB/DIAPE – Apoio financeiro aos Agrupamentos de Escolas do Concelho para despesas de funcionamento – Manutenção e reparação de equipamentos de cozinha, referente ao ano 2021/2022**
- 125. Deliberação n.º 735/2022 – Proposta n.º 08/2022 – DEB/DIAPE – Apoio financeiro aos Agrupamentos de Escolas para visitas de estudo, referente ao ano 2021/2022**
- 126. Deliberação n.º 736/2022 – Proposta n.º 09/2022 – DEB/DIAPE – Apoio Financeiro no âmbito da Ação Social Escolar (Refeições, Atividades de Animação e de Apoio à Família) no ano letivo 2021/2022**

127. **Deliberação n.º 737/2022 – Proposta n.º 12/2022 – DOM – Empreitada CP 06/2021 – “Reabilitação da rede de água em Azeitão – 1.ª Fase”: Prorrogação do prazo - Auto de medição de trabalhos – Homologação**
128. **Deliberação n.º 738/2022 – Proposta n.º 13/2022 – DOM - Empreitada CPU50/17/DOM – “Intervenção de natureza estrutural para evitar derrocadas na encosta do Forte de S. Filipe” – Fase 1 - Auto de liquidação – Homologação**
129. **Deliberação n.º 739/2022 – Proposta n.º 01/2022 – DCDJ/DICUL – Protocolo de Colaboração entre o Município de Setúbal e o Coral Infantil de Setúbal**
130. **Deliberação n.º 740/2022 – Proposta n.º 02/2022 – DCDJ/DICUL – Protocolo de Colaboração entre o Município de Setúbal e o Coral Luísa Todi**
131. **Deliberação n.º 741/2022 – Proposta n.º 03/2022 – DCDJ/DICUL – AMATEATRO – Mostra de Teatro Amador de Setúbal**
132. **Deliberação n.º 742/2022 – Proposta n.º 04/2022 – DCDJ/DICUL – Protocolo de Colaboração entre o Município de Setúbal e a GATEM, Cooperativa Cultural, CRL**
133. **Deliberação n.º 743/2022 – Proposta n.º 05/2022 – DCDJ/DICUL – Protocolo de Colaboração entre o Município de Setúbal e o TAS – Teatro de Animação de Setúbal**
134. **Deliberação n.º 744/2022 – Proposta n.º 06/2022 – DCDJ/DICUL – Protocolo de Colaboração entre o Município de Setúbal e o Teatro Elefante – Ação Cultural, C.R.L.**
135. **Deliberação n.º 745/2022 – Proposta n.º 07/2022 – DCDJ/DICUL – Protocolo de Colaboração entre o Município de Setúbal e o TEF – Teatro Estúdio Fontenova**
136. **Deliberação n.º 746/2022 – Proposta n.º 08/2022 – DCDJ/DICUL – Protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal e Galeria Zé dos Bois, Associação Cultural**
137. **Deliberação n.º 747/2022 – Proposta n.º 09/2022 – DCDJ/DICUL – Protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal e a Associação Cultural Casa Invisível – 2022**
138. **Deliberação n.º 748/2022 – Proposta n.º 12/2022 – DCDJ/DICUL – Protocolo de colaboração com a Associação Il Sorpasso no âmbito da 15.ª extensão da Festa do Cinema Italiano**
139. **Deliberação n.º 749/2022 – Proposta n.º 13/2022 – DCDJ/DICUL – Pedido de empréstimo para a Exposição “Comptoirs du Monde – Les Feitorias Portugaises, XVe-XVIIe siècles” em França – Pintura Anunciação de Jorge Afonso**
140. **Deliberação n.º 750/2022 – Proposta n.º 14/2022 – DCDJ/DIDES – Apoio financeiro ao Clube de Ténis de Setúbal – Competições desportivas 2022**
141. **Deliberação n.º 751/2022 – Proposta n.º 15/2022 – DCDJ/DIDES – Apoio financeiro à “AONDA” – Associação Orientadora para a Natação Desportiva em Azeitão”**
142. **Deliberação n.º 752/2022 – Proposta n.º 16/2022 – DCDJ/DIDES – Apoio financeiro ao Núcleo de Bicross de Setúbal – Manutenção da Pista Municipal de BMX**
143. **Deliberação n.º 753/2022 – Proposta n.º 17/2022 – DCDJ/DIDES – Apoio financeiro à Associação de Atletismo Lebres do Sado – Organização de eventos em 2022**
144. **Deliberação n.º 754/2022 – Proposta n.º 18/2022 – DCDJ/DIDES – Apoio financeiro ao Clube de Motorismo de Setúbal: 31.ª Rampa Péquêpê Arrábida 2022 - Edição Especial 40 Anos**
145. **Deliberação n.º 755/2022 – Proposta n.º 19/2022 – DCDJ/DIDES – Associação do Município de Setúbal à EPSI – European Platform for Sports Innovation**

146. **Deliberação n.º 756/2022 – Proposta n.º 20/2022 – DCDJ/DIDES – Apoio financeiro extraordinário à Alta Competição – Modalidades desportivas coletivas**
147. **Deliberação n.º 757/2022 – Proposta n.º 118/2022 – DURB – Pedido de emissão de parecer favorável de ampliação de compartes, ao abrigo do disposto no artigo 54.º, da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, na sua redação atual – Ratificação do ato - Proc. 151/22**
148. **Deliberação n.º 758/2022 – Proposta n.º 119/2022 – DURB/DIGU – Aceitação de telas finais com alterações sujeitas a controlo prévio, introduzidas no decorrer da obra – Proc. 258/20**
149. **Deliberação n.º 759/2022 – Proposta n.º 120/2022 – DURB/DIGU – Aceitação de telas finais com alterações sujeitas a controlo prévio, introduzidas no decorrer da obra – Proc. 320/19**
150. **Deliberação n.º 760/2022 – Proposta n.º 121/2022 – DURB/DIGU – Aceitação de telas finais com alterações sujeitas a controlo prévio, introduzidas no decorrer da obra – Proc. 355/20**
151. **Deliberação n.º 761/2022 – Proposta n.º 122/2022 – DURB/DIGU – Aprovação do projeto de arquitetura e concessão da licença de construção – construção de edifício de equipamento – Residencial para pessoas idosas – Proc. 46/22**
152. **Deliberação n.º 762/2022 – Proposta n.º 123/2022 – DURB/DIGU – Aprovação de projeto de arquitetura – obras de construção de um edifício de habitação coletiva com piscina comum – Proc. 404/21**
153. **Deliberação n.º 763/2022 – Proposta n.º 124/2022 – DURB/DIGU – Aceitação de telas finais com alterações sujeitas a controlo prévio, introduzidas no decorrer da obra – Proc. 672/18**
154. **Deliberação n.º 764/2022 – Proposta n.º 125/2022 – DURB/DIGU – Aceitação de telas finais com alterações sujeitas a controlo prévio, introduzidas no decorrer da obra – Proc. 132/21**
155. **Deliberação n.º 765/2022 – Proposta n.º 126/2022 – DURB/DIGU – Aprovação de projeto de arquitetura – Proc. 360/21**
156. **Deliberação n.º 766/2022 – Proposta n.º 127/2022 – DURB/DIGU – Aceitação de telas finais com alterações sujeitas a controlo prévio, introduzidas no decorrer da obra – Proc. 100/19**
157. **Deliberação n.º 767/2022 – Proposta n.º 128/2022 – DURB/DIGU – Aceitação de telas finais com alterações sujeitas a controlo prévio, introduzidas no decorrer da obra – Proc. 651/98**
158. **Deliberação n.º 768/2022 – Proposta n.º 129/2022 – DURB/GAPRU – Caducidade do pedido de alteração e ampliação da edificação – Proc. 18/19**
159. **Deliberação n.º 769/2022 – Proposta n.º 130/2022 – DURB/GAPRU – Concessão da licença de construção de reabilitação e alteração do edifício habitacional – Proc. 151/21**
160. **Deliberação n.º 770/2022 – Proposta n.º 131/2022 – DURB/GAPRU – Aprovação de alteração ao projeto de estabilidade e concessão das alterações ao licenciamento – Proc. 753/18**
161. **Deliberação n.º 771/2022 – Proposta n.º 132/2022 – DURB/GAPRU – Caducidade do pedido de reconstrução com alteração e ampliação da edificação – Proc. 126/18**
162. **Deliberação n.º 772/2022 – Proposta n.º 133/2022 – DURB/GAPRU – Aprovação de projeto de arquitetura – Obras de reabilitação/reconstrução de cobertura – Proc. 104/21**
163. **Deliberação n.º 773/2022 – Proposta n.º 134/2022 – DURB/GAPRU – Concessão da licença de construção da alteração do edifício habitacional – Proc. 32/21**

- 
- 164. Deliberação n.º 774/2022 – Proposta n.º 135/2022 – DURB/GAPRU – Concessão da licença de construção de alteração e ampliação de edifício habitacional – Proc. 127/21**
 - 165. Deliberação n.º 775/2022 – Proposta n.º 136/2022 – DURB/GAPRU – Aprovação de projeto de arquitetura – Obras de alteração e ampliação – Proc. 102/21**
 - 166. Deliberação n.º 776/2022 – Proposta n.º 137/2022 – DURB/GAPRU – Declaração de caducidade do alvará de construção n.º 123/19 e concessão da licença especial para obras inacabadas – Proc. 431/18**
 - 167. Deliberação n.º 777/2022 – Proposta n.º 138/2022 – DURB/DIMOT – Colocação de sinais de paragem e estacionamento proibidos, no parque de estacionamento do Convento de Jesus**
 - 168. Deliberação n.º 778/2022 – Proposta n.º 139/2022 – DURB/DIMOT – Colocação de sinais de proibição de exceder a velocidade máxima de 40km/h., na estrada principal de Gâmbia (antiga EN-10)**
 - 169. Deliberação n.º 779/2022 – Proposta n.º 140/2022 – DURB/DIPU – Suspensão parcial do Plano Diretor Municipal de Setúbal na área de Poçoilos e adoção de medidas preventivas, após parecer da CCDRLVT – Proc. 58/22**
 - 170. Deliberação n.º 780/2022 – Proposta n.º 141/2022 – DURB/DIPU/GASIG – Pedido de transferência de localização da Farmácia Brasil – Proc. 140/22**
- C) Período destinado à intervenção do Público**

A) PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1 – Informações à Câmara (Eventual apresentação)

- a) Foi dado conhecimento da listagem relativa aos despachos proferidos no âmbito do Gabinete da Presidência (GAP), conforme documentos anexos arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.º 8.
- b) Foi dado conhecimento da listagem relativa aos despachos proferidos no âmbito do Departamento de Recursos Humanos (DRH), conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 9.
- c) Foi dado conhecimento das listagens relativas aos despachos proferidos no âmbito do Gabinete do Vereador Carlos Rabaçal (GAVCR) e do Departamento de Obras Municipais (DOM), conforme documentos anexos arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.º 10 e 11.
- d) Foi dado conhecimento das listagens relativas aos despachos proferidos no âmbito do Gabinete da Vereador Pedro Pina (GAVPP) e do Departamento de Cultura, Desportos, Direitos Sociais, Saúde e Juventude (DCDJ), conforme documentos anexos arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 12 e 13.
- e) Foi dado conhecimento das listagens relativas aos despachos proferidos no âmbito do Gabinete da Vereadora Rita Carvalho (GAVRC), conforme documento anexo arquivado em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 14.

2 – Assuntos diversos de interesse para a autarquia

Sr. Vereador Fernando Negrão – Disse que iam entrar num assunto que seria o assunto mais sensível que alguma vez se teria discutido na Câmara Municipal. Esperavam que tivesse sido, de facto, o mais sensível no passado e esperavam que não se prolongasse pelo futuro e que não ocorresse mais vez nenhuma uma circunstância como aquela a que estavam, naquele momento, a fazer referência.

Leu a seguinte moção, conforme documento anexo registado sob o n.º 15:

“Moção

A Paz é um bem inestimável que se sustenta na diplomacia como meio exclusivo de resolução de conflitos e, desta forma, foi possível manter a Europa nos últimos 70 anos longe da crueldade e da indignidade da guerra.

Pressentia-se desde há muito que havia quem quisesse regressar aos negros tempos da guerra, fazendo-o através da ameaça velada, da invasão contida, do investimento maciço em armamento, do uso de meios tecnológicos de intromissão, da informação e contra informação e sempre através de um homem – Vladimir Putin – que se mantém no poder há décadas, agindo como um tirano e com o único desígnio de ficar na história, custe o que custar, como aquele que fez regressar o velho e caduco “Império Russo”.

E através de uma estratégia que só podia desembocar numa guerra, Putin levou a Rússia a invadir a Ucrânia, contra todas as regras e tratados internacionais e contra a Democracia e a Liberdade.

Os vereadores do PSD condenam veementemente esta invasão, que poderá transformar a Europa num novo teatro de guerra e apela ao seu fim através do retorno das tropas à Rússia, considerando o ditador Putin como o responsável pela criação de um clima de medo, angústia e terror na Ucrânia e solidarizando-se com o seu heroico Povo.”

Sr. Vereador Fernando José – Disse que, antes de avançarem para a questão da moção, queria colocar uma questão ao Sr. Presidente. Tinham enviado uma moção [conforme documento anexo registado sob o n.º 16] na quinta-feira anterior, no sentido de ser incluída na ordem de trabalhos, para que fosse votada, e, não estando na ordem de trabalhos, a moção não seria votada.

Gostaria que o Sr. Presidente esclarecesse se, efetivamente, era como os vereadores do Partido Socialista estavam a fazer a interpretação, de que, não estando na ordem de trabalhos, era uma moção que não seria votada. Precisavam desse esclarecimento.

Sr. Presidente – Disse ao senhor vereador que não lhe tinha sido dada essa informação, de que seria para incluir na ordem de trabalhos, e também não via ali, porque era costume, quando terminava, os vereadores proporem que a Câmara deliberasse ou uma coisa do género, como o senhor vereador bem sabia.

Sr. Vereador Fernando José – Perguntou ao Sr. Presidente o que é que dizia.

Sr. Presidente – Disse que não tinha lido isso. Não lhe tinha sido transmitido que era para incluir na ordem de trabalhos e, naquele momento, não podia ser incluído na ordem de trabalhos. De facto, o que podia dizer era que não lhe tinha sido transmitido que era para ser incluída na ordem de trabalhos e também não via na deliberação – naquele caso, seria na deliberação - nenhuma referência, no texto, a esse facto.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que percebia que o Sr. Presidente não tivesse visto, que não tivesse tido esse tempo ou que não lhe tivesse sido transmitido, mas, efetivamente, na fase final da moção fazia referência a uma deliberação da Câmara Municipal.

De qualquer forma, uma vez que não tinha sido incluída na ordem de trabalhos, os vereadores do Partido Socialista retiravam a sua moção e iam apresentá-la no sentido de ser incluída na ordem de trabalhos da reunião da Câmara seguinte, de dia 16.

Portanto, uma vez que não era incluída a moção - que, no entendimento deles, tinha que ser votada na Câmara Municipal -, retiravam-na e acompanhavam, obviamente, a moção que ali tinha sido lida pelos vereadores do PSD. Na reunião seguinte, de dia 16, já com ela incluída na ordem de trabalhos, iam, então, ler e votar essa mesma moção.

A pretexto daquele tema, sem querer entrar numa situação de qualquer tipo de aproveitamento político, porque não era isso que tinha que acontecer, ia fazer um pedido ao Sr. Presidente, porque aquilo era algo que já se arrastava havia algum tempo.

Percebia que muitas vezes os apartes dos vereadores do Partido Socialista criassem, às vezes, algum incómodo, mas aquilo que vinha a incomodar, também, a bancada do Partido Socialista, de algumas reuniões atrás até àquele momento, eram alguns apartes dos assessores do Sr. Presidente e do seu chefe de gabinete, que, quando eles estavam ali a fazer intervenções, constantemente estavam a falar um com o outro e a intrometer-se nas intervenções deles.

Acreditava que o Sr. Presidente não ouvisse, porque, se ouvisse certamente que chamaria a atenção, mas aquilo que agradeciam era que, efetivamente, quando estivessem a fazer intervenções, não estivessem constantemente a ser importunados pelos apartes que vinham da bancada de quem assistia à reunião.

Sr. Presidente – Disse que estavam no período das moções e tinham outras moções, mas, sobre isso, aproveitava para dizer que agradecia que quando enviassem uma moção – como, certamente, acontecia com os outros documentos - que fizessem um documento a dizer que era para incluir na ordem de trabalhos, porque os serviços não lhe tinham dado conhecimento disso, não lhe tinham dado informação disso.

Tratando-se de uma moção, havia também a possibilidade de incluir as moções na ordem de trabalhos, no período da ordem do dia, mas era necessário ser solicitado, porque os serviços não o tinham informado disso, provavelmente porque não tinham conhecimento.

Portanto, se o Partido Socialista assim entendia, a moção era retirada do período de antes da ordem do dia e ficava para incluir na ordem de trabalhos da reunião seguinte da Câmara.

Sr. Vereador Fernando Negrão – Disse que queria fazer uma interpelação, para manifestar a sua profunda indignação pelo facto de estar a ocorrer uma guerra a milhares de quilómetros dali, embora no continente europeu, em que morriam crianças, morriam mulheres, morriam velhos, morriam novos e estavam ali a discutir questões regimentais como se isso fosse tão importante para a população da Ucrânia ou para aquela guerra que estava a decorrer e para a paz que era tão precisa.

Tinha lido a moção que o PSD tinha trazido e tinha apresentado, e, de seguida, só via serem discutidas questões regimentais. Isso, para além do mais, era uma falta de respeito pelo povo ucraniano e pelas pessoas que estavam a sofrer uma guerra no espaço europeu. Era só para manifestar a sua indignação.

Sr. Presidente – Disse ao senhor vereador que, naturalmente, estavam numa reunião da Câmara e era preciso gerir os trabalhos, mas o Sr. Vereador Fernando José tinha colocado ali uma questão que precisava de ter resposta. A questão era essa.

Esclarecida a situação, ia passar a ler uma outra moção que estava, também, no período de antes da ordem do dia, que tinha exatamente a ver com aquele mesmo assunto, para tratarem os assuntos todos em conjunto e na sequência da questão que o Sr. Vereador Fernando Negrão tinha colocado. Por isso, a seguir, o senhor vereador poderia, naturalmente, intervir sobre a matéria.

Leu a seguinte moção, conforme documento anexo registado sob o n.º 17:

“Moção
Pelo fim do conflito militar na Ucrânia
Paz sim, guerra não

A Câmara Municipal de Setúbal condena a agressão militar da Rússia contra o estado soberano da Ucrânia e todo o caminho que conduziu a esta situação, assim como apela à paz, ao cessar-fogo e à realização de negociações que permitam a coexistência pacífica entre povos, cumprindo os princípios da Carta da ONU e da Ata Final da Conferência de Helsínquia.

A presente guerra resulta, em muito, do impasse na implementação dos nunca cumpridos Acordos de Minsk, assinados em 2015 com o objetivo de pacificar o conflito no território ucraniano, que, em sete anos de confrontos violentos, provocou 14 mil vítimas.

Torna-se, a cada dia, mais evidente que a única solução possível para este conflito é o fim imediato da intervenção militar da Rússia na Ucrânia e a realização de conversações de Paz que normalizem a relação entre os dois países, envolvendo todos os protagonistas deste conflito, incluindo os países europeus, os EUA e a NATO.

No preciso momento em que a guerra ganha cada vez maiores proporções, é fundamental exigir que o Governo português, também no quadro da União Europeia, possa contribuir para evitar a escalada de um conflito em que paira já a ameaça nuclear, que poderia levar a um confronto mundial sem precedentes que poria em causa a existência da humanidade.

A Constituição da República Portuguesa determina, aliás, as orientações que o Estado Português deve adotar em situações de conflito, determinando que “Portugal preconiza a abolição do imperialismo, do colonialismo e de quaisquer outras formas de agressão, domínio e exploração nas relações entre os povos, bem como o desarmamento geral, simultâneo e controlado, a dissolução dos blocos político-militares e o estabelecimento de um sistema de segurança coletiva, com vista à criação de uma ordem internacional capaz de assegurar a paz e a justiça nas relações entre os povos.”

Perante o exposto, a Câmara Municipal de Setúbal condena a agressão militar russa ao estado soberano da Ucrânia e apela ao cessar-fogo e à urgente realização de negociações que assegurem o restabelecimento da paz, recordando que, nas guerras, quem sofre sempre são as populações, assim como manifesta a sua solidariedade com todos os povos dos territórios afetados por esta guerra.”

Sr. Vereador Fernando José – Disse que a moção do PS seria, portanto, incluída na ordem de trabalhos, lida e votada na reunião seguinte da Câmara. Aquilo que iriam solicitar, naquele momento, seria que fosse cumprido um minuto de silêncio em memória das vítimas da invasão criminosa da Ucrânia. Portanto, solicitavam que, depois, fosse feito um minuto de silêncio, quando o Sr. Presidente assim entendesse.

Como estava a dizer pouco antes - não querendo fazer qualquer tipo de aproveitamento, porque não era isso que estava em causa, aquilo que estava em causa era, efetivamente, também no nosso concelho, darmos todo o apoio à comunidade ucraniana -, queria apelar a que a Câmara Municipal de Setúbal, na pessoa do Sr. Presidente, porque isso era algo que tinha que ser feito de forma institucional, conseguir coordenar todos os esforços que estavam a ser feitos no terreno.

Tínhamos várias instituições que estavam, todas elas, a fazer um esforço de apoio aos ucranianos que tinham tido que sair do seu país, o apoio em bens, que iam escasseando, também, na Ucrânia, e que estavam a sair de Setúbal. Tínhamos várias instituições, cada uma delas a trabalhar da melhor forma, mas cada uma delas para seu lado e era preciso unir esse esforço.

Era por isso que apelava ao Sr. Presidente. Iria deixar-lhe o contacto de um grupo de ucranianos que estavam a fazer esse esforço, que estavam isolados, mas que, depois, também sabiam de outras instituições que estavam a fazer esse trabalho.

Portanto, entendiam que, tal como tinha acontecido, e bem, na Câmara Municipal de Lisboa, que também aqui deveria existir esse esforço e estavam disponíveis para acompanhar e para

apoiar esse esforço conjunto, mas devia ser coordenado pelo Sr. Presidente ou por outra pessoa em quem o Sr. Presidente entendesse delegar, tal como tinha acontecido na Câmara de Lisboa, desde os locais onde deveriam ser entregues os bens, até um local que a Câmara Municipal de Setúbal, certamente, poderia tratar, onde eles pudessem ser guardados, onde os voluntários pudessem fazer a separação por tipo de bens.

Tudo isso poderia ser divulgado através da Câmara Municipal de Setúbal e através do Sr. Presidente ou de uma pessoa em quem o Sr. Presidente delegasse. Tínhamos um trabalho de coordenação e de articulação que, naquele momento, não existia no terreno. Portanto, iria deixar ao Sr. Presidente o contacto dos responsáveis desse grupo informal, que estavam a fazer um excelente trabalho, que já tinham feito chegar alguns bens à Ucrânia, mas iria deixar-lhe, também, porque era disso que estavam a falar, de situações concretas que estavam a acontecer, naquele momento, no terreno e às quais também tinham que dar resposta.

Iria também deixar um contacto ao Sr. Presidente, para que a Câmara conseguisse, depois, entrar em contacto com esse casal. Ele era português e ela era ucraniana. Tinham chegado havia pouco tempo a Setúbal e estavam com uma enorme dificuldade em encontrar apoio. Portanto, iria também deixar o contacto desse casal, para que a Câmara Municipal de Setúbal, na pessoa do Sr. Presidente ou de em quem ele delegasse, conseguisse, também, entrar em contacto, para ver em que é que podíamos ajudar quem ia chegando à nossa cidade

Como - e bem - já tinha sido divulgado na página deles, era preciso dar esses passos, um primeiro passo de coordenação entre os esforços conjuntos que estavam a acontecer no terreno e outro passo que tinha a ver com esse casal que tinha chegado recentemente e que estava a necessitar de apoio. Portanto, iria deixar esses contactos, no sentido de, depois, a Câmara poder entrar em contacto.

Sr. Presidente – Disse ao Sr. Vereador Fernando José que, naturalmente, agradecia a sua disponibilidade e empenho para disponibilizar esses contactos, mas queria dizer que, nos últimos dias, tinha estabelecido contactos com várias pessoas, várias organizações que no concelho e, até, em concelhos vizinhos, tinham manifestado e informado sobre o trabalho que desenvolviam, no sentido de recolher apoios para a Câmara Municipal, naturalmente, fazer chegar à Ucrânia.

A posição que tinha tomado e que iria manter era de que cada um desses grupos, cada uma dessas organizações, tinha a sua forma própria de organizar e fazer chegar ao destino - a um destino que era da sua responsabilidade, naturalmente - os bens que conseguiam recolher.

Esses contatos eram públicos, estavam nas redes sociais eram públicos e achava que cada uma dessas organizações devia desenvolver essas iniciativas, que eram, portanto, iniciativas dessas organizações e iniciativas populares e que, quando entendessem que a Câmara Municipal se devia envolver, a Câmara Municipal, naturalmente, decidiria como fazer.

Aliás, tinha havido uma dessas organizações que o tinha contactado diretamente, dizendo aquilo que estava a fazer e como estava a desenvolver todo o processo. A Câmara Municipal, naturalmente, já tinha contribuído com os apoios que tinha considerado [dar], no âmbito do pedido que tinha sido feito, e considerou dever depositar no espaço que tinha sido indicado. Portanto, no fundo, a própria Câmara Municipal tinha-se solidarizado com essa iniciativa.

No entanto, achava que não cabia à Câmara Municipal estar a fazer os contactos com essas organizações, no sentido de se substituir, de alguma forma, a essas iniciativas espontâneas e, portanto, populares. Por isso, não o iria fazer.

Relativamente a outra disponibilidade da Câmara Municipal, também tinha tomado a iniciativa de dirigir ao Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros uma missiva, no sentido de informar que a Câmara Municipal estava disponível para receber refugiados no município.

Naturalmente que era uma disponibilidade para esse fim, mas a Câmara Municipal entendia que devia ser no âmbito das relações do Estado Português e, portanto, devia ser através do Governo que a Câmara Municipal se devia envolver num processo desses. Nesse sentido, naquele mesmo dia também tinha tido contactos com o Governo, no sentido de voltar a

manifestar essa disponibilidade e de esperar que, da parte do Governo, houvesse iniciativas no sentido de promover a organização de iniciativas que tivessem a ver com o alojamento dos refugiados.

Nesse sentido, também tinham dado conhecimento à associação dos representantes no Município de Setúbal dos países do Leste. Portanto, essa associação tinha conhecimento dessa nossa disponibilidade.

Era nesse quadro que se movimentavam, ou seja, de uma forma organizada, mas sempre respeitando a iniciativa de cada uma dessas organizações, e, naturalmente também manifestando a disponibilidade para, num quadro institucional, na relação com o Estado Português e quem o representava, o Governo, de também estar disponível para encontrarem as formas de apoio, fosse através dos bens necessários ou fosse através dos alojamentos. Era isso que, naquele momento, a Câmara Municipal estava a fazer com todo o empenho e com toda a disponibilidade.

Também tinha informação de que já estavam a chegar aos serviços da Câmara Municipal pedidos de refugiados que estavam a chegar a Portugal e, portanto, tinham chegado a Setúbal, no sentido de ver como é que a Câmara Municipal podia equacionar a sua situação.

Portanto, estavam a acompanhar toda essa situação com toda a disponibilidade, todo o apoio e, naturalmente, respeitando essas iniciativas populares, que só tinham que saudar. Era isso que também queria dizer ao senhor vereador e, publicamente, deixar ali expresso.

Quanto à proposta do senhor vereador de se fazer um minuto de silêncio, pedia um minuto de silêncio.

Fez-se um minuto de silêncio.

Sr. Vereador Fernando Negrão – Disse que o PSD tinha apresentado uma moção, a CDU tinha apresentado a sua moção, o PS tinha pedido o adiamento da leitura da sua moção. O minuto de silêncio tinha sido feito naquele momento e tinha sido bem feito naquele momento. Queria perguntar ao Sr. Presidente se havia alguma probabilidade de ele vir a ser repetido, o que não parecia fazer sentido absolutamente nenhum na reunião seguinte, depois da votação da moção apresentada pelo PS.

Sr. Presidente – Disse ao senhor vereador que, como tinha dito, o minuto de silêncio tinha sido feito naquele momento e ainda bem que tinha sido naquele momento, porque a iniciativa tinha sido tomada pelo PS, pelo PSD e pela CDU - e, também, com a intervenção do senhor vereador -, pelo que, naturalmente, que se justificava que tivesse sido naquele momento a iniciativa do minuto de silêncio.

Sra. Vereadora Sónia Martins – Leu a seguinte saudação, conforme documento anexo registado sob o n.º 18:

*“Saudação
45.º aniversário do Alto da Guerra Sport Clube*

O Alto da Guerra Sport Clube, associação sem fim lucrativos, comemorou no passado dia 28 de fevereiro, 45 anos de existência. Um percurso que nos planos desportivo, cultural e social tem sido marcante para a freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra.

É uma Instituição promotora do desporto de lazer, organizadora de atividades e eventos de âmbito local, atividades culturais e recreativas, o Alto da Guerra Sport Clube soube sempre demonstrar a sua utilidade, afirmando a razão de ser da sua existência e ocupar, da melhor forma, um papel cimeiro no panorama desportivo e social na freguesia.

Promovendo e praticando modalidades desportivas e sociais, tais como o futebol, cicloturismo, pesca desportiva, todo-o-terreno, noites de fados e atividades festivas, o Alto da Guerra Sport Clube tem sido um promotor aberto destas modalidades e, principalmente, um



polo onde várias gerações podem interagir – um impulsionador da intergeracionalidade na freguesia.

O PSD saúda o Alto da Guerra Sport Clube propondo a presente saudação e o envio da mesma à Direção do Clube.”

Sr. Vereador Joel Marques – Leu a seguinte saudação, conforme documento anexo registado sob o n.º 19:

“Saudação

Fundado a 28 de fevereiro de 1977, o Alto da Guerra Sport Clube é uma coletividade que dinamiza não só a freguesia onde se encontra, Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra, como também o concelho, com atividades de âmbito desportivo e cultural.

Com 45 anos, é uma coletividade reconhecida pela sua resiliência.

São 45 anos de luta por melhores condições para a prática desportiva e resiliência na manutenção dos jovens ligados à coletividade.

Reunida a 2 de março de 2022, reconhecendo a importância das coletividades enquanto agentes desportivos para o desenvolvimento do nosso concelho, a Câmara Municipal de Setúbal parabeniza a coletividade pelo seu aniversário e saúda todos aqueles que tornam possível a manutenção da atividade do Alto da Guerra Sport Clube e faz votos para que a sua resiliência e dinamismo nunca desapareça.”

Sr. Presidente – Disse que queriam, também, associar-se, naturalmente, àquelas saudações, naquele caso ao Alto da Guerra Sport Clube, porque as coletividades eram uma peça fundamental na nossa sociedade, na sociedade portuguesa. Tinham história, mobilizavam os cidadãos e promoviam a sua formação cívica, desportiva e cultural, e, portanto, as coletividades eram uma peça fundamental na organização da nossa sociedade, naquele caso, também, da sociedade setubalense. Saudavam o Alto da Guerra Sport Clube.

Sr. Vereadora Sandra Frota – Leu a seguinte saudação, conforme documento anexo registado sob o n.º 20:

“Saudação

O Remo Clube Lusitano celebrou este ano o seu 12.º aniversário e teve a sua origem na prática da modalidade de remo, tendo também a prática da modalidade de triatlo.

Um recente, mas importante clube que incentiva e proporciona a atividade física e a prática desportiva utilizando um dos melhores recursos que a nossa cidade possui: o Rio Sado. Os seus atletas participam em diversas competições pelo país não sendo estranhos aos lugares no pódio.

Reconhecendo a importância da prática da atividade desportiva, em especial ao ar livre, utilizando os recursos naturais do nosso concelho, a Câmara Municipal de Setúbal, reunida a 2 de março de 2022, parabeniza o Remo Clube Lusitano pelo seu 12.º aniversário e saúda os dirigentes, técnicos e atletas pelo seu trabalho e dedicação à prática desportiva, fazendo votos da continuação do bom trabalho e dos bons resultados.”

Sr. Presidente – Disse que, naturalmente, associavam-se àquela saudação ao Remo Clube Lusitano, pelo seu 12.º aniversário.

Sra. Vereadora Sónia Martins – Disse que também se associavam àquela saudação. Davam os parabéns ao Remo Clube Lusitano e faziam votos dos maiores sucessos.

Sr. Vereador Joel Marques – Leu a seguinte saudação, conforme documento anexo registado sob o n.º 21:

“Saudação

O Grupo Musical e Desportivo União e Progresso Vendas de Azeitão é uma coletividade centenária, criada em 1913, que atua na área do desporto e da cultura, sendo uma referência de resiliência e dinamismo no nosso concelho.

No passado dia 28 de fevereiro a equipa de Sub 15 do G.M.D.U.P Vendas de Azeitão conquistou o título de campeã distrital no campeonato 2021/2022.

Saudamos a coletividade pelo seu trabalho essencial de incentivo à prática desportiva junto dos jovens.

Saudamos e felicitamos, em especial, a equipa composta pelos atletas, Afonso Leitão, Afonso Costa, André Lopes, André Silva, Artur Kulikov, Dinis Fonseca, Diogo Silva, Francisco Silva, Gean Aguirre, Gonçalo Santos, Gonçalo Redondo, Marco Rodrigues, Martim Leite, Micael Alves, Miguel Narciso, Miguel Morgado, Rodrigo Santos, Rodrigo Cruz, Rodrigo Bento, Rui Ribeiro, Simão Bodnarescul, Tiago Tomé, Tomás Silvestre, Tomás Reigota e Vasco Dias, como também a equipa técnica, composta por, Pedro Pereira, Fernando Tavares, Telson Costa, Luís Tomé, Paulo Reigota, Fernando Praia e Rui Fonseca.

Neste sentido, a Câmara Municipal de Setúbal, reunida no dia 2 de março de 2022, saúda e felicita a coletividade, os atletas e a equipa técnica pelo resultado obtido e pelo esforço e resiliência durante todo o percurso e faz votos para a continuação da dedicação de todos pela prática desportiva, que tanto engrandece o concelho de Setúbal.”

Sr. Presidente – Disse que queria também aproveitar para saudar o Grupo Musical e Desportivo União e Progresso Vendas de Azeitão e todos os seus atletas e associados, que promoviam o desporto e a cultura no nosso território, naquele caso, em Azeitão.

Sra. Vereadora Sónia Martins – Disse que se associavam também à saudação e desejavam que pudessem continuar a desenvolver o trabalho que tinham feito até então e, portanto, queriam dar os parabéns à equipa envolvida e a todos os técnicos que tinham sido ali mencionados pelo Partido Socialista.

Sr. Vereador Fernando Negrão – Leu a seguinte saudação, conforme documento anexo registado sob o n.º 22:

“Saudação

103.º da fundação da Sociedade de Instrução Musical de Brejos Clérigos de Azeitão

A Sociedade de Instrução Musical de Brejos Clérigos de Azeitão (SIMBA) celebra no próximo dia 4 de março, os 103 anos da sua fundação.

A SIMBA é uma coletividade centenária para a qual contribuíram todos os que a ela se têm associado, em prol da Sociedade de Instrução Musical de Brejos Clérigos de Azeitão, mas também da região.

A SIMBA recebeu a comunidade pela primeira vez em 1919, mas foi em 1929 que foi registada oficialmente, por Manuel Perdição, Apolónio Claro e João Caldeira, sendo criada para receber bailes, grupos de teatro e a sua banda filarmónica.

O PSD saúda a SIMBA e deseja uma longa vida em prol do movimento associativo e da comunidade, propondo a presente saudação e o envio da mesma à Direção da SIMBA.

Sr. Presidente – Disse que aproveitava, também, para saudar aquela centenária coletividade.

Sra. Vereadora Sónia Martins – Leu a seguinte saudação, conforme documento anexo registado sob o n.º 23:

“Saudação
66.º aniversário do Grupo Desportivo “Os Amarelos”

O Grupo Desportivo “Os Amarelos” assinalou ontem os 66 anos da sua fundação, um dinamizador do futebol formativo da nossa cidade.

A atividade do Grupo Desportivo “Os Amarelos” tem-se pautado, ao longo destas seis décadas de existência, por uma forte componente formativa, indo mais além do que aquilo que é a prática desportiva. É um Grupo que se pauta pela solidariedade, pelo respeito e pelo trabalho em equipa.

O PSD saúda o Grupo Desportivo “Os Amarelos” e deseja que continue o seu trabalho em prol do desporto e da formação na nossa cidade, pelo que propomos esta saudação e o envio da mesma à Direção do Clube.”

Sr. Vereador Domingos Semedo – Leu a seguinte saudação, conforme documento anexo registado sob o n.º 24:

“Saudação

No passado dia 1 de março o Grupo Desportivo “Os Amarelos” celebrou o seu 66.º aniversário.

Desde a sua fundação, em 1956 pelo sócio fundador José Cripim, que tem como missão dinamizar e promover o crescimento do concelho através de atividades desportivas e culturais principalmente juntos dos mais jovens.

É possível ler no seu website, que: “Através da prática do futebol juvenil, atletismo, das atividades culturais e recreativas, queremos promover o crescimento e desenvolvimento desportivo e social da comunidade setubalense, especialmente dos mais jovens, com uma organização profissional para uma prestação de serviços de qualidade.”

Tem como parte da sua visão a prática do desporto como ferramenta essencial para a promoção do bem-estar físico e psicológico de toda a sociedade.

Recebeu a Medalha de Mérito Associativo atribuída pela Confederação Portuguesa de Coletividades de Cultura Recreio e Desporto em 2006, o Prémio “Reconhecer o Mérito – Futebol 11” atribuído pelo Instituto de Desporto de Portugal em 2007, a Medalha de Honra da Cidade de Setúbal atribuída pela Câmara Municipal de Setúbal em 2007 e a Medalha de Distinção de Mérito Honorário atribuída pela Junta de Freguesia de São Sebastião em 2013. Foi ainda atribuído o estatuto de utilidade pública em 2010.

A Câmara Municipal de Setúbal, reunida a 2 de março de 2022, felicita o Grupo Desportivo “Os Amarelos” pelo seu aniversário e saúda a coletividade e todos aqueles que possibilitam a manutenção e dinamização da sua atividade, fazendo votos da continuação do excelente trabalho que tem vindo a ser reconhecido ao longo dos anos por diversas instituições.”

Sr. Vereador Pedro Pina – Leu a seguinte saudação, conforme documento anexo registado sob o n.º 25:

“Saudação

66.º Aniversário do Grupo Desportivo “Os Amarelos”

A Câmara Municipal de Setúbal saúda o Grupo Desportivo “Os Amarelos” pelo seu 66.º aniversário e todos aqueles que continuam a manter de pé esta coletividade que, como muitas outras por esse país fora, prestam inestimável serviço público.

Esta é uma verdadeira escola de cidadania; a escola que faz melhores cidadãos, que ajuda a fazer de Setúbal mais e melhor cidade.

A já longa história de “Os Amarelos” é um exemplo de tal cidadania. Esta associação é, em larga escala, o resultado do empenho de alguns homens que, há 66 anos, perante a falta

generalizada de atividades desportivas e culturais e num tempo difícil, deitaram as mãos à obra sem esperar que alguém fizesse por eles o que se impunha.

A esses homens prestamos a nossa homenagem como forma de valorizar este grande movimento formador e educador que são as nossas coletividades. Prestamos especial homenagem ao já falecido Júlio Adrião, dirigente do clube que deu tudo o que podia à sua associação e a quem fizemos a merecida homenagem batizando o campo de futebol da Bela Vista com o seu nome.

A sua dedicação a “Os Amarelos” é um exemplo para todos os setubalenses.

Recordamos Júlio Adrião, mas poderíamos também recordar José Crispim, o fundador do clube e seu primeiro presidente, assim como todos e todas as atletas que, na já longa vida deste clube, fizeram a glória dos Amarelos ou que, com a sua simples participação, mantiveram vivo este clube.”

Sra. Vereadora Sónia Martins – Leu a seguinte moção, conforme documento anexo registado sob o n.º 26:

“Moção

No próximo dia 8 de março celebramos o reconhecimento das realizações das mulheres, independentemente da sua origem, da sua nacionalidade, da sua etnia, da sua língua, da sua situação económica ou da preferência política. É o dia de todas as mulheres.

É também uma ocasião para refletirmos sobre o que foi alcançado e assim olharmos para o potencial e oportunidades que as gerações futuras têm à sua frente.

Este ano faz 47 anos desde que o Dia Internacional da Mulher começou a ser celebrado oficialmente no âmbito das Nações Unidas, que, apesar das suas origens remontarem ao início do século XX, esse reconhecimento tem tantos anos quanto a nossa Democracia.

É uma coincidência feliz: celebramos a Democracia e o papel que as mulheres têm e tiveram nos grandes momentos da nossa história.

No PSD acreditamos nas mulheres, admiramos a sua força, aproveitamos o seu potencial, valorizamos as suas ideias, acreditamos na sua inteligência e estimamos a sua responsabilidade.

Mas ainda há muito caminho a percorrer, sabemos-lo bem.

Portugal é um país onde as mulheres são valorizadas, mas temos de fazer mais e melhor para que esse pleno reconhecimento derrube as barreiras que sabemos existirem em alguns sectores da sociedade.

As mulheres têm de ter a oportunidade de lutar pelos seus sonhos em plena igualdade com os homens.

Diz-se que é correto, que é uma questão de direito. Diz-se bem. Mas, também devemos dizer que é uma questão de inteligência e de interesse nacional.

Que um dia haja plena igualdade e que deixe de fazer sentido comemorarmos apelando à plena igualdade.”

Sra. Vereadora Sandra Frota – Leu a seguinte moção, conforme documento anexo registado sob o n.º 27:

“Moção

Dia 8 de março celebramos o Dia Internacional da Mulher, reconhecido pela ONU como tal, em 1975, durante o Ano Internacional da Mulher.

O Dia Internacional da Mulher tem na sua origem as manifestações das mulheres por melhores condições de vida e trabalho, bem como pelo direito de voto. Surgiu um movimento orientado por um sonho, a esperança de uma sociedade mais igual, solidária e justa.

A relevância deste dia prende-se com a luta das mulheres, em prol do desenvolvimento e do progresso, para uma mudança de paradigma contra as desigualdades. Os Objetivos do

Desenvolvimento Sustentável, definidos pela ONU, indicam a Igualdade de Género como um desses objetivos.

Em pleno século XXI continua a haver, no mundo e na sociedade portuguesa, desigualdades de género que afetam a vida das mulheres, tanto na esfera pública como na esfera privada. A pandemia de Covid-19 teve um impacto negativo especialmente nas mulheres, aprofundado estas desigualdades.

A desigualdade de género continua a verificar-se nas demais áreas da vida das mulheres, incluindo problemas como a disparidade salarial, a precariedade laboral e a dupla jornada – dificultando a conciliação da vida profissional com o trabalho doméstico, ainda desproporcional face ao género masculino.

Por outro lado, as mulheres também engrossam os números de vítimas de todas as formas de violência, das quais destacamos o assédio, fenómeno comum no quotidiano e no âmbito profissional, assim como a violência no namoro e doméstica, englobando a violência sexual, física, psicológica, financeira e emocional.

Para celebrar este dia tão importante, a Câmara Municipal de Setúbal, reunida a 2 de março de 2022, saúda todas as mulheres do nosso Concelho, do nosso País e do Mundo, que estando sujeitas às maiores fragilidades e mais expostas à precariedade e à pobreza, lutam pelos seus direitos e, contra comportamentos abusivos e misóginos profundamente enraizados na cultura, educação e socialização, que perpetuam este ciclo de discriminação e de violência contra a Mulher.

O Dia 8 de março continua a ser, nos dias de hoje, de extrema importância, reivindicando tratamento justo e digno, acesso igual a oportunidades, educação, habitação e saúde.”

Sra. Vice-Presidente – Leu a seguinte moção, conforme documento anexo registado sob o n.º 28:

*“Moção
Dia Internacional da Mulher 2022*

65 anos depois de o dia 8 de Março ter sido declarado Dia Internacional da Mulher na II Conferência Internacional de Mulheres Socialistas, realizada em Copenhaga, em 1910, a Organização das Nações Unidas reconheceu a data, celebrando-a oficialmente pela primeira vez. Estávamos então no século XX. Hoje, já no Século XXI, mantém-se a urgência de continuar a promover as necessárias mudanças para corrigir tantas desigualdades que ainda sabemos haver por corrigir.

A pandemia em que ainda vivemos tornou mais evidentes os inúmeros desafios que ainda temos de ultrapassar. De acordo com o relatório do Fórum Económico Mundial (FEM) sobre igualdade de género, divulgado em Março de 2021, as diferenças entre homens e mulheres, a nível global, foram agravadas neste período, acabando as mulheres por serem, de novo, as mais penalizadas. Foram despedidas mais mulheres do que homens, o número de mulheres contratadas para posições de liderança sofreu uma descida significativa e registou-se ainda um aumento do esforço para equilibrar a vida profissional e pessoal por parte das mulheres. Em 156 países, Portugal surge em 22.º lugar do ranking.

Por outro lado, dados recentes do Instituto Nacional de Estatística dão conta de que mais de um quarto da população maior de 16 anos disse ter sentido, em 2021, o efeito negativo da pandemia na saúde mental. Desses, 59,8 por cento são mulheres. Se se considerar que, dos 200.649 trabalhadores que receberam apoio à família durante os confinamentos e o fecho de escolas, 81 por cento eram mulheres, e a isto se aliar a maior propensão das mulheres para sintomas depressivos durante a pandemia, então perceber-se-á o quão era ainda frágil a igualdade social perante tão acentuado aumento de disparidades ao nível da igualdade de género.

A Câmara Municipal de Setúbal, atenta ao caminho já feito e a todo aquele que ainda há por fazer, não pode deixar de assinalar esta data e de saudar todas as mulheres que, através da sua luta, construíram as pontes de resiliência que ainda hoje mantemos e reconstruímos, se

assim for necessário, ao mesmo tempo que reforça o seu compromisso com a necessidade de aprofundar este caminho.

Sr. Vereador Fernando Negrão – Disse que, alertado por um grupo de cidadãos preocupados com a sua serra, se tinha deslocado ao Forte de São Filipe. Tinha a ver com o abate de árvores e, de facto, na volta que tinha conseguido dar, tinha reparado que havia um abate de árvores que diria que não era propriamente normal. Havia ali uma intenção efetiva de abate das árvores.

Perguntava se esse corte tinha sido autorizado, ou não, até porque, a determinada altura, via-se que já havia esgoto a céu aberto e não se notava atividade. Portanto, aquele esgoto estava a céu aberto e não havia ninguém que reparasse. Eram esses dois problemas.

Perguntava se o abate de árvores tinha, ou não, sido autorizado, e, ainda, se tinha sido estudado o facto de esse abate de árvores poder erodir as encostas do Castelo de São Filipe. Portanto, essa era uma preocupação que deviam manter e a que deviam estar atentos, uma vez que a fragilidade daquele edifício, como todos sabiam, era grande e estavam a sofrer as consequências dessa fragilidade, com o encerramento já de há muito tempo.

Sra. Vereadora Sónia Martins – Disse que, em primeiro lugar, queria agradecer o facto de os serviços já terem procedido à remoção dos contentores com o entulho de obras que estavam na Praceta Fernando Alcobia. O município tinha entrado em contacto com eles e tinha-lhes transmitido essa informação. No entanto, tinha-lhes dado nota de que tinham ficado uns baldes, que também tinham entulho, no passeio. Portanto, pedia a ajuda do Sr. Presidente para, quando fosse possível, fossem colhidos, para que o passeio ficasse totalmente desobstruído.

Também queria apelar ao Sr. Presidente para que tentasse verificar o que é que tinha acontecido na Rua do Antigo Olival, n.º 3. Tinha havido uma município que os tinha contactado, na sequência de uma rutura de canos do apartamento de cima, cujo proprietário indicou ser a Câmara Municipal.

A município descreveu-lhes que já tinha havido uma rutura de canos em 2018 e que ela tinha tido que reparar por conta própria esses danos. Portanto, gostaria de chegar à fala com a Câmara Municipal e não conseguia. Pedia essa sensibilização, no sentido de aferir aquilo que se expunha.

Outra questão que os preocupava - e tinha tido oportunidade de se deslocar ao local - era que tinha estado em Oleiros e havia ali um problema, de facto, com a iluminação, que acabava por ser o garante daquelas habitações e daquelas pessoas.

Tinha tido oportunidade de falar com os municípios e alguns tinham-lhes escrito, dando-lhes nota de que já tinham feito várias reclamações junto da EDP e que não tinham conseguido obter resposta. Inclusivamente, tinham-lhes enviado e-mails trocados com a EDP.

Aquilo que se passava, por exemplo, na Rua da Vinha da Sardinha, onde os candeeiros estavam destruídos e não havia lâmpadas, acabava por estar um bocadinho generalizado em todo o bairro. Portanto, era importante reforçar junto da EDP a necessidade de assegurarmos uma boa iluminação naquele local.

Também queria dizer que ao caminhar na Rua Campos Rodrigues se tinha deparado com um passeio "engraçado". Ia-se a caminhar e, de repente, o passeio tinha um recorte. Se fosse uma pessoa cega, provavelmente, teria caído. Esse corte existia por causa de uma tampa de sarjeta. Existiam formas de termos tampas que permitiam o acesso à sarjeta sem o passeio ter aquele corte.

Gostaria de sensibilizar para a questão das acessibilidades e, de facto, aquele era um caso que deixava a descoberto que não tinham as ruas todas cobertas com essas acessibilidades e que podia decorrer daí um acidente grave para um município.

Também queria dizer que não conseguia perceber porque é que na Rua Joaquim José Santana havia um acumulado de lixo e de monos na rua, para além de, naquela zona, os passeios serem inexistentes ou praticamente impercetíveis.

Por último, gostaria de perguntar ao Sr. Presidente se o acervo do Festróia se encontrava na Câmara Municipal de Setúbal.

Sra. Vice-Presidente – Disse que gostaria de prestar alguns esclarecimentos relativamente a algumas questões que tinham sido colocadas por parte dos senhores vereadores.

Começando com a questão do abate de árvores, tratava-se de um terreno que era privado, o terreno todo que ficava na parte de baixo da encosta. Em 2020, a Guarda Nacional Republicana tinha levantado um auto de notícia ao proprietário, com conhecimento à Câmara Municipal, relativamente ao incumprimento da lei, no que se referia à manutenção daquele terreno, por causa da questão dos incêndios.

Como era da responsabilidade da Câmara Municipal, a fiscalização tinha notificado o proprietário e não tinha obtido resposta favorável, que seria a limpeza e a desmatagem do terreno. Sendo assim, e tendo em conta o que estava na lei, a Câmara Municipal tinha-se substituído ao proprietário.

Esse processo, normalmente, era sempre feito por três serviços da Câmara Municipal, entre os quais a Proteção Civil, que verificava as questões do terreno, a Divisão de Fiscalização, que notificava e acompanhava os trabalhos e o serviço mais operacional, que era o SRIFLOR, que fazia a desmatagem.

Também podia dizer, como aquilo era em área de reserva, todos os trabalhos tinham sido acompanhados pelo ICNF, pelo que tinham desenvolvido um procedimento e tinham adjudicado a uma empresa todos os trabalhos. Constavam do caderno de encargos todos os trabalhos que seriam feitos e esses trabalhos tinham sido sempre acompanhados, quer pela Câmara Municipal, quer pelo ICNF.

Naquele momento, os trabalhos estavam a terminar. Tinha sido retirada uma grande massa de combustível e a perigosidade daquele terreno já era considerada muito alta. Por esse motivo é que tínhamos tido que nos substituir ao proprietário e fazer os trabalhos que tinham sido vistos no terreno.

Relativamente às questões da erosão, podia dizer que também tinham sido acauteladas, porque muitas das raízes das árvores não tinham sido retiradas, exatamente para que o solo não sofresse com a erosão. A lei era muito rigorosa relativamente aos critérios para o desbaste ou mesmo o abate das árvores. Tinham que ser cumpridas uma série de critérios - tendo em conta a proximidade, tendo em conta as copas - e, muitas vezes, o cumprimento desses critérios, por questões de segurança relativamente aos incêndios, levava a que, realmente, alguma da paisagem que estávamos habituados a ver [fosse alterada].

Naquele caso, era daqui e não se lembrava de alguma vez ter visto ali alguma ação de manutenção daquela vegetação. Portanto, aquela vegetação já crescia livremente havia muitos anos, o que tinha feito com que a paisagem tivesse mudado. Contudo, essas eram as determinações que eram impostas por lei, naquilo que se referia à limpeza de terrenos. O ICNF acompanhava os trabalhos e as espécies que eram protegidas continuaram a ser protegidas. Tinha havido esse cuidado.

No fundo, aquilo que tinham feito tinha sido uma remoção do material combustível que estava naquele local, que era muito e que colocava em perigo até a segurança do resto da serra, porque, através daquela entrada, poderia haver uma questão mais grave em relação aos incêndios. Portanto, era isso que lhe cabia dizer sobre esse assunto.

A Câmara iria desenvolver o resto do procedimento, para a notificação ao proprietário das custas de todo esse processo, como era natural e como a lei também previa, porque nos tínhamos substituído à pessoa, ao proprietário que devia encetar esses trabalhos e, caso não o fizesse em tempo útil, iriam, então, depois, cobrar todas as despesas inerentes a essa ação. Também queria dizer que tinha tomado boa nota da finalização que tinham feito de algumas situações. A questão dos baldes de entulho poderia ter a ver com o facto de ser uma empresa que tinha lá posto o contentor, tinha retirado o contentor e não tinha retirado o que estava no espaço público. Iria, também, pedir aos serviços para o fazerem.

Em relação à Rua Joaquim José Santana - pensava que tinha sido isso que a senhora vereadora tinha indicado -, a questão dos monos e do lixo, também iriam verificar.

Em relação à iluminação pública em Azeitão, existia um plano da EDP para a substituição de grande parte da iluminação - as chamadas "*bolas de jardim*" - por tecnologia "*led*". Esse plano estava em curso, fazia parte da intenção da EDP para 2022 e 2023, especialmente na freguesia de Azeitão e verificava-se ao abrigo do contrato da iluminação pública, em que a Câmara assumia, também, uma parte desses custos. Portanto, isso estava em curso mas claro que não justificava que não fosse arranjado até que isso fosse, efetivamente substituído. Portanto, também tinha tomado boa nota e iria também questionar a EDP relativamente a essas situações.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que só queria complementar a informação da Sra. Vice-Presidente. Aquele desbaste tinha implicações, também, na criação de condições de acessibilidade dos bombeiros, com a criação de aceiros.

Como a Sra. Vice-Presidente tinha dito - e muito bem -, o não cumprimento das regras dava intervenção criminal sobre o Município. Portanto, era assim que as coisas estavam e tínhamos que cumprir as regras. Em alguns, corriam o risco de não cumprir as regras todas, senão ficavam sem árvores, mas eram riscos calculados.

Um outro aspeto que queria referir era que a própria encosta estava toda um pouco descascada de árvores, por causa da obra de intervenção de sustentação que estava a ser feita. Essa obra de sustentação tinha levado a um corte de árvores muito acentuado para penetração dos veículos, carros pesados, construção de muros, estacaria, etc.

Havia um projeto de integração paisagística que fazia parte do processo da obra, que tinha sido avaliado com o parque, com a Direção-Geral de Cultura e com todas as entidades envolvidas no processo, com o objetivo de, depois, criar uma situação de encosta verde pós-obra. A encosta iria ficar toda verde pós-obra e também se tinha decidido fazer uma intervenção na reflorestação, com espécies autóctones, quer de árvores quer de arbustos quer de herbáceas, eliminando mesmo, a pedido do parque, um conjunto de espécies invasoras, como um pinheiro que estava a dar cabo do nosso pinheiro autóctone. A ideia era aproveitar essa intervenção para, depois, fazer uma reflorestação e um revestimento vegetal de toda a encosta com espécies autóctones da nossa região.

Portanto, no fim de obra, que não seria no fim daquela 2.ª fase, só no fim da 3.ª fase seria feito o projeto de integração paisagística e a encosta ficaria recomposta do ponto de vista da visibilidade de uma grande encosta verde no nosso território.

Sr. Presidente – Disse que ficava também o registo daquilo que tinha dito o Sr. Vereador Fernando Negrão, relativamente aos esgotos a céu aberto numa propriedade privada. Iriam ver a situação.

Relativamente ao acervo do Festróia, pedia ao Sr. Vereador Pedro Pina que esclarecesse se o mesmo estava na Câmara Municipal na sua totalidade. Era essa a questão.

Sr. Vereador Pedro Pina – Disse que havia uma parcela grande do acervo que estava na posse da Câmara, na reserva. Poderia haver elementos ainda nas próprias instalações, mas a grande maioria estava na nossa posse.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que iria abordar três questões. Tinham tomado conhecimento de que a fuga de água do Estádio do Bonfim teria sido, finalmente, identificada e reparada. Portanto, gostariam de solicitar ao Sr. Vereador Carlos Rabaçal a confirmação dessa informação e, confirmando-se a sua veracidade, naturalmente que saudavam que, ao fim de um ano, se tivesse posto fim a um inadmissível desperdício de água. Supunham que a empreitada de substituição do anel, que o Sr. Vereador Carlos Rabaçal estava a preparar em contra-relógio, tivesse ficado sem efeito.

Um segundo tema era voltar a colocar uma questão que já tinha colocado em janeiro. A Comissão de Toponímia tinha aprovado em julho de 2021, por maioria de votos, a atribuição do nome de Fernando Guerreiro a um largo situado na União de freguesias de Setúbal. Essa proposta tinha sido apresentada na reunião da Câmara em agosto, tendo sido retirada na

sequência de dúvidas suscitadas pelo Sr. Vereador Nuno Carvalho, com o compromisso de ser reapresentada após verificação da ata da reunião da Comissão.

Já tinha decorrido tempo suficiente para que essa verificação tivesse sido feita. Tinha decorrido tempo suficiente desde que a proposta tinha sido retirada, em agosto do ano anterior, mas também desde que ali tinha colocado essa questão, em janeiro do corrente ano. Tal como em janeiro do corrente ano, reforçava que, caso houvesse dificuldade na identificação da ata da Comissão de Toponímia, teria todo o gosto em encaminhar uma cópia aos serviços, através do Gabinete de Apoio à Presidência.

Portanto, tendo isso em consideração, a bancada do Partido Socialista solicitava ao Sr. Presidente que reagendasse essa proposta para a reunião do próximo dia 16, para que pudesse, finalmente, ser prestada a devida homenagem a um homem da Cultura que muito tinha contribuído para levar mais longe o nome de Setúbal.

Num terceiro tema, gostaria de abordar a questão dos direitos de preferência que ali tinham suscitado bastante discussão, entre as diversas bancadas e em diversos órgãos.

Como o Sr. Presidente bem sabia, o Decreto-Lei n.º 89/2021, de 3 de novembro, tinha vindo regulamentar a Lei de Bases da Habitação e dessa regulamentação resultava a possibilidade de os municípios poderem exercer o direito de preferência nas alienações onerosas de imóveis de uso habitacional - e apenas nesses -, em zonas de pressão urbanística delimitadas com fundamento na falta ou desadequação da oferta de imóveis e em territórios identificados no Plano Nacional de Habitação, com os fundamentos que já tinha referido.

Esse facto tinha contribuído, naturalmente, para um aumento significativo do número de pedidos de renúncia ao direito de preferência por parte do município e, consequentemente, do número de propostas em análise nas reuniões de câmara.

Na última sessão da Assembleia Municipal, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra tinha partilhado uma análise da bancada da CDU sobre esse tema a que não tinham tido oportunidade de responder na Assembleia Municipal, mas não podiam deixar, efetivamente, de dar a respetiva resposta e a devida resposta.

Tinha dito o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra - e passava a citar: *"Quem tem dinheiro para fazer negócios a pronto pagamento, os notários ao 11.º dia fazem escritura. Mais uma vez, aqui fica prejudicado quem não tem dinheiro, quem tem que recorrer ao crédito bancário e os bancos exigem o documento aprovado pela Câmara"* (fim de citação). Tinha ainda acrescentado que a votação dessas propostas em bloco - e voltava, novamente, a citar: *"Era esconder a verdade aos cidadãos do nosso concelho"* (fim de citação).

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra tinha continuado a partilha da análise que a bancada da CDU tinha feito sobre esse tema - tinha que voltar novamente a citar, porque havia, efetivamente, intervenções que deviam ser citadas *"ipsis verbis"*, da forma como tinham sido feitas -, dizendo que: *"Há aqui outras propostas que não têm a ver com a lei e que são legítimas, como, por exemplo, a sinalização de trânsito, mas choca-me um pouco ver aqui, por exemplo, na antiga estrada nacional que vai do Bairro da Bonita para o parque de campismo da Gâmbia, um sinal de limite de velocidade de 40 ter que vir a uma sessão pública de Câmara. Eu acho que isto em nada dignifica os autarcas"* (fim de citação) e tinha concluído assinalando que, no seu entender - e teria que o citar novamente: *"Isso não traz nada de benéfico, nem para a oposição nem para quem governa e, muito menos, para os munícipes"*.

Em primeiro lugar, tinham que agradecer, naturalmente, a preocupação demonstrada pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra, no que respeitava aos eventuais malefícios para a oposição e, em particular, para o Partido Socialista, da manutenção na Câmara Municipal de uma competência que era, efetivamente, da Câmara Municipal.

Em segundo lugar, havia que afirmar, claramente, que as afirmações proferidas pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra, afirmando uma diferença de tratamento entre as alienações que ocorriam com ou sem recurso a crédito



hipotecário, como se, de alguma forma, os compradores que não recorriam a crédito fossem beneficiados, eram falsas e diria, até, que eram injuriosas para com os notários.

Aliás, considerava que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra deveria retratar-se publicamente não fosse ser alvo de alguma queixa-crime por difamação. A verdade era que as entidades públicas tinham 10 dias úteis para se pronunciarem pelo exercício, ou não, do direito legal de preferência e, findos esses 10 dias, não havendo resposta ao anúncio para o exercício do direito legal de preferência, a venda poderia ser feita, houvesse, ou não, recurso a crédito.

Não era ele que o dizia. Isso constava do ponto 3 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 89/2021 e constava, também, do site "[justica.gov.pt](https://www.justica.gov.pt)", a que tanto o Sr. Presidente como o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra poderiam aceder, para confirmar essa afirmação.

Esses 10 dias úteis coincidiam, inclusivamente, com aquilo que era o prazo legal para a emissão de um distrato, pelo que, mesmo nos casos em que a Câmara não respondesse em tempo útil não lhe podia ser imputado qualquer motivo para o adiamento da concretização do negócio.

Aliás, sempre que o Sr. Presidente ou a CDU quisessem utilizar o argumento do tempo que os municípios tinham que esperar pela decisão em reunião da Câmara seria bom que mostrassem, também, cabalmente que, antes de outubro de 2021, nas circunstâncias em que tal fosse exigido, o município tinha respondido num prazo inferior a 10 dias úteis. Teriam, naturalmente, que provar que respondiam a tempo, porque a política fazia-se de atos, não se fazia apenas de palavras.

Os autarcas da oposição não eram nem poderiam ser meras figuras decorativas. Não o eram os vereadores, não o eram os deputados municipais e não o eram os deputados das assembleias de freguesia.

Sabiam havia muito tempo do incómodo que o escrutínio trazia a quem tinha por hábito, muitas vezes, não ser escrutinado. Tinham ficado também a saber que, na análise da bancada da CDU na Assembleia Municipal de Setúbal, havia propostas discutidas em reunião pública da Câmara que eram legítimas, pelo que se devia entender que outras, apesar de serem da competência legal da Câmara, deveriam ser ilegítimas. Era o único entendimento que se podia ter das palavras que tinham sido proferidas pelo Sr. Presidente da Junta de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra.

A verdade era que o desconforto que a apresentação dessas propostas em reunião de Câmara causava à CDU era notório. Esse desconforto era, aliás, extensível à metodologia encontrada para a votação, embora, na verdade, não se recordassem de alguma vez o Sr. Presidente ou algum dos vereadores da CDU terem recusado, certamente por lhe reconhecerem mérito na simplificação da condução dos trabalhos.

Mas esse desconforto da bancada da CDU na Assembleia Municipal era um desconforto de que o gabinete do Sr. Presidente também tinha comungado, de forma bastante audível. Aliás, ali ao lado conseguia aperceber-se bem dessa questão.

Aproveitava, também, para fazer notar, tal como o Sr. Vereador Fernando José tinha feito havia pouco, que, dos três gabinetes de apoio que marcavam presença nas reuniões da Câmara o gabinete do Sr. Presidente seria, porventura, o mais ruidoso. Dizia isso porque não seria pelos constantes apartes que os vereadores do Partido Socialista aceitariam delegar competências ou se deixariam, de algum modo condicionar.

Terminava dizendo ao Sr. Presidente que aos gabinetes competia prestar apoio político e administrativo, mas era aos eleitos que competia decidir. Tinha sido isso que eles sempre tinham feito e seria assim que o manteriam.

Sr. Presidente – Disse que, relativamente à questão que o senhor vereador tinha colocado, sobre a Comissão de Toponímia, iria verificar qual era a situação, que desconhecia, como devia compreender. Portanto, iriam ver e, se fosse caso disso, voltariam a trazer à reunião da Câmara.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que a proposta tinha sido aprovada. Havia uma deliberação da Comissão de Toponímia de julho de 2021. A proposta tinha vindo a reunião da Câmara e tinha sido retirada, para confirmação da ata da Comissão de Toponímia, atendendo às dúvidas suscitadas pelo Sr. Vereador Nuno Carvalho.

Tratava-se de arruamento para o qual tinha havido duas propostas de nome a atribuir e a Comissão de Toponímia tinha decidido por um nome e não pelo outro.

O Sr. Vereador Nuno Carvalho, não tendo tido conhecimento de qual teria sido o resultado da votação, tinha colocado ali essa questão e a Sra. Presidente Dores Meira, que também não tinha acompanhado integralmente a reunião da Comissão de Toponímia, tinha entendido por bem retirar a proposta, para que pudesse ser analisada a ata da Comissão de Toponímia e para que a proposta de atribuição do nome de Fernando Guerreiro a esse largo da União de Freguesias de Setúbal pudesse ali regressar, após a sua confirmação.

Como já tinha tido oportunidade de referir em janeiro, quando abordou o tema pela primeira vez, eles tinham a ata, e, portanto, seria fácil confirmar e seria fácil, também, voltar a reagendar essa proposta que tinha sido retirada em agosto por dúvidas, que, naquele momento, acreditava que estariam sanadas, porque a ata existia e tinham-na em seu poder e, portanto, poderiam também facultá-la, como tinha dito havia pouco, ao Sr. Presidente e ao seu gabinete, para que a situação se resolvesse definitivamente.

Sra. Vereadora Rita Carvalho – Disse que, relativamente a essa questão, iguais dúvidas tinham sido colocadas por um representante da Comissão de Toponímia. A ata que tinham era uma minuta e não tinha sido validada por todos os presentes na reunião da Comissão de Toponímia. Portanto, a proposta teria que voltar à reunião da Comissão de Toponímia, daí não ter tido evolução e continuidade.

Sr. Presidente – Disse que a questão estava esclarecida. Naturalmente que, quando a Comissão de Toponímia fosse constituída estaria nesse processo. A proposta seria, então, avaliada na Comissão.

Relativamente às outras questões que os senhores vereadores tinham colocado, em primeiro lugar gostaria de dizer que era pena que a bancada do Partido Socialista na Assembleia Municipal não desse as respostas que eram adequadas e que entendesse adequadas, relativamente às questões que eram colocadas na Assembleia Municipal, porque, quando se faziam ali referências ao senhor presidente da junta de freguesia naturalmente que o senhor presidente da junta não estava ali. Ele tinha assento, com legitimidade, na Assembleia Municipal e, portanto, era aí que as questões deviam ser colocadas. O Partido Socialista tinha uma bancada e eleitos na Assembleia Municipal. Portanto, pensava que era aí que devia ser colocada a questão.

Relativamente à questão do direito de preferência, queria colocar uma questão ao senhor vereador: O senhor vereador achava que as propostas, essas propostas de direito preferência, deviam vir à Câmara ou o senhor vereador achava que não deviam vir à Câmara, porque não se justificava que viessem? Era isso que gostava que o senhor vereador dissesse.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que acreditava que a posição do Partido Socialista fosse clara. Entendiam que essas propostas deviam vir à reunião da Câmara, aliás, por isso mesmo entendiam não delegar competências no Sr. Presidente.

Sr. Presidente – Disse que agradecia a resposta do senhor vereador. Era só isso que pretendia, porque, no meio de toda a informação que tinha dado, tinha ficado um pouco confuso. Portanto, era importante que ficasse claro que o senhor vereador tinha feito essa intervenção, mas o facto era que o senhor vereador considerava que as propostas deviam continuar a vir à Câmara.

Naturalmente que sobre isso também já se tinha pronunciado e os munícipes tinham conhecimento da situação que se vivia e, portanto, assumiam todos, politicamente, as

decisões que tomavam e as posições que tomavam. Portanto, sobre isso não havia dúvidas nenhuma.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que tinha sido levantada uma questão sobre a rutura no Estádio do Bonfim. A rutura tinha sido, finalmente, identificada. Tinha resultado de uma ligação pouco adequada feita em tempos, havia algum tempo, para alimentar o Bingo, de uma forma demasiado superficial, de forma que a vibração da passagem de viaturas tinha acabado por destruir a tubagem e partir a tubagem. De facto, devia ser mais profunda essa ligação, mas tinha-se aguentado uns anos. Portanto, não era esse o problema.

A água da rutura não aparecia, estava debaixo do asfalto e não aparecia, de todo. Era incrível como é que tanta água desaparecia. Finalmente, tinha-se identificado e tinha-se tratado. Naquele momento, o consumo de água estava regularizado e a situação estava resolvida, do ponto de vista imediato, naquela situação concreta.

Iam manter a peritagem. Continuavam a fazer a peritagem de todo o sistema, porque o sistema, de facto, era muito antigo e iriam ser necessárias, eventualmente, haver outras intervenções. A empreitada de emergência que iam fazer não a iriam fazer, mas iam trabalhar para uma paulatina substituição da rede, de acordo com a avaliação que ia sendo feita.

Achava muito importante resolver aquela questão, mas não tinha sido fácil. Tinham sido três empresas mais as Águas do Sado mais as nossas equipas e lá se tinha conseguido descobrir aquilo. Tinha-se feito muitos buracos, tinham-se procurado muitas coisas e lá se tinha conseguido detetar. Portanto, estava resolvido o problema ao fim de algum tempo de tentativas, e de tentativa e erro, à procura da situação.

Queria, também, dar nota de uma situação que era evidente. Na Várzea, tinham feito uma desmatção grande de canavial e tinham aparecido águas residuais num canal grande. Essas águas residuais já desde abril do ano anterior que andavam à luta, à volta dessa matéria, com as Águas do Sado, com as Águas do Sado a dizer que não era água residual, era água limpa. Finalmente, tínhamos conseguido nós próprios detetar de onde é que vinha essa água residual. Era de umas garagens nas traseiras da Rua Carlos Baeta Neves. Já estava identificado, eram garagens que tinham sanitários que não estavam ligados à rede sanitária, estavam ligados à rede pluvial. Portanto, isso estava a ser resolvida, no sentido de retirar essa água residual que ali estava, que era, sobretudo, até, água de lavagem de viaturas, de carros, etc, até mais do que água de drenagem doméstica.

De qualquer maneira, queria deixar essa nota, porque aquilo estava visível. Sabiam que estava visível, era para se ver e era para se saber que tinha que ser resolvido, até porque tinha sido preciso mostrar aquilo às águas do Sado para eles, finalmente, se mexerem e resolverem ir atacar o assunto, tal como vínhamos a propor havia muito tempo. Portanto, iria atuar-se junto dos proprietários, fazer a correção e tentar resolver aquilo.

A várzea tinha muitos veios de água pluvial e era natural que aparecessem, de vez em quando, ligações clandestinas e lá apareciam águas residuais ou de lavagens de pátios, com dejetos de cão. Era daquelas coisas a que estavam bastante atentos. Durante muito tempo não tinha aparecido nada e tinha aparecido essa situação, que era irregular e que estava a ser corrigida, para que a várzea fosse fruída pelas pessoas, sem maus cheiros. Aliás, aquilo até nem cheirava assim muito mal, porque, como tinha dito havia pouco, era mesmo água, sobretudo de lavagens, que não devia estar ali.

Queria deixar essa nota de esclarecimento, para que quem passava por ali todos os dias e via aquela situação não ficasse com dúvidas acerca do que é que estavam a falar.

B) PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. Projeto de ata da reunião ordinária da Câmara de 17 de novembro de 2021

Sr. Presidente – Disse que não tinha nenhuma ata. Não lhe tinha sido entregue nenhuma ata da ordem de trabalhos. Pedia desculpa, mas a ata não lhe tinha sido distribuída - não a tinha no seu “dossier” - e também não tinha sido distribuída aos senhores vereadores e, portanto, não haveria votação da ata.

2. Deliberação n.º 612/2022 – Proposta n.º 03/2022 – GAP – Prorrogação do prazo de transferência das competências no domínio da ação social

Sr. Presidente – Apresentou a proposta [conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 29 e 30] e disse que, como era do conhecimento dos senhores vereadores e das senhoras vereadoras, os processos de transferência da administração central para as autarquias eram processos que tinham tido várias dificuldades. Naquele momento, em que estava prevista a transferência da competência no que dizia respeito à ação social, o Governo tinha entendido também fazer um decreto-lei, o Decreto-Lei n.º 23/2022, de 14 de fevereiro, tendo em conta as dificuldades de prorrogar o prazo da transferência dessas competências para as autarquias locais e entidades intermunicipais no domínio da ação social, prorrogando o prazo até ao dia 1 de janeiro de 2023, mas, para isso, era necessário que as câmaras municipais e as assembleias municipais se pronunciassem nesse sentido.

A proposta de deliberação que traziam à Câmara Municipal era exatamente no sentido de que a Câmara deliberasse solicitar a prorrogação do prazo até ao dia 1 de janeiro de 2023, para o exercício das competências previstas, no que dizia respeito a matéria de ação social, e que fosse proposto, também, à Assembleia Municipal, que deliberasse no sentido de solicitar essa prorrogação do prazo para o exercício das referidas competências e que essa deliberação fosse, também, comunicada à Direção-Geral das Autarquias Locais.

Tinha pedido ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal para marcar uma sessão da Assembleia para o dia 11 de março, porque essa resposta tinha que ser dada, exatamente, até ao dia 14 de março.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que o n.º 3 do artigo 4.º da Lei n.º 50/2018 definia que as competências previstas, nomeadamente as que se inseriam no domínio da ação social, se consideravam transferidas até 1 de janeiro de 2021. Portanto, desde 16 de agosto de 2018, quando essa lei foi publicada, que a Câmara Municipal sabia que diversas competências - nomeadamente essas, do domínio da ação social - teriam de ser transferidas num prazo máximo de 2 anos e 3 meses.

Posteriormente, o Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, tinha vindo concretizar a transferência de competências nesse domínio da ação social, alargando o prazo para que essa mesma transferência pudesse ser feita até dia 31 de março de 2022, ou seja, aos 2 anos e 3 meses originais tinham-se somado mais 1 ano e 3 meses. Portanto, estavam a falar num período total de 3 anos e meio, 3 anos e 6 meses - e estava a desvalorizar os 15 dias de agosto posteriores à publicação da lei.

Isso queria dizer que o executivo tinha disposto desses 3 anos e meio para preparar adequadamente a transferência de competências. E dizia o executivo quando considerava todo esse período, porque, apesar de o Sr. Presidente ter assumido funções diferentes no mandato passado, a equipa que o acompanhava, a equipa que o Sr. Presidente tinha escolhido, era, de uma forma geral, exceção feita à Sra. Vereadora Rita Carvalho, a mesma equipa que compunha o anterior executivo.

Era verdade que, nos 5 meses mais recentes, o Sr. Presidente já ali tinha repetido, por diversas vezes, que desconhecia determinado tema, que não estava cá, que tinha

desempenhado outras funções. Isso era verdade, mas não era menos verdade que o seu executivo, a sua equipa, desempenhava, efetivamente, funções executivas. Portanto, o executivo era um sucedâneo do executivo anterior.

Por isso, não poderiam deixar de questionar porque é que, ao fim de 3 anos e meio, o executivo propunha o adiamento por mais 9 meses da transferência de competências que devia receber até ao final do mês. Mais, não só propunha o adiamento da transferência de competências no domínio da ação social como imputava, na proposta apresentada, todas as responsabilidades a terceiros.

Entendiam que só havia duas opções, ou o executivo tinha preparado, efetivamente, ao longo dos 3 anos e meio de que tinha disposto, a transferência de competências no domínio da ação social - e, se tinha feito, não viam justificação para não assumir essas competências no final do mês - ou, então, o executivo não tinha preparado a transferência de competências, tinha empurrado com a barriga durante 3 anos e meio, e pretendia, naquele momento, ser salvo pelo gongo do Decreto-Lei 23/2022, de 14 de fevereiro, que tinha sido publicado a um mês e meio do término do prazo que tinha sido definido em 2020.

Portanto, gostaria que o Sr. Presidente, ali, dissesse também, de uma forma muito clara, se, efetivamente, o executivo se tinha preparado, se o município estava preparado para aceitar a transferência de competências que estavam previstas havia 3 anos e meio ou se não se tinha preparado, e, portanto, utilizava essa possibilidade para adiar essa transferência, para empurrar essa transferência durante mais 9 meses, numa tentativa de, em 9 meses, fazer aquilo que não tinha sido feito em 3 anos e meio.

Sr. Vereador Fernando Negrão – Disse que aquele era um assunto dos mais importantes no futuro próximo, o da transferência de competências da Administração Central para a Administração Local. Tinha levantado muitas dúvidas, muitos problemas, a nível de todas as autarquias, fossem elas da CDU, do PS ou do PSD.

Relativamente àquilo que se passava em Setúbal, tinham pouca informação e propunha ao Sr. Presidente que, numa reunião a breve trecho, lhes fizesse o ponto da situação sobre esse assunto, para saberem aquilo com que estavam a lidar e para saberem as circunstâncias em que elas estavam a ocorrer e se o Governo, de facto, estava a dar informação suficiente para que essa transferência se fizesse da melhor forma possível.

Se o Sr. Presidente lhes pudesse dar alguns tópicos naquele momento seria ótimo. Se não, e se as coisas fossem mais complexas - e eram complexas -, numa próxima reunião podiam fazer uma pequena discussão sobre esse tema, porque era demasiado importante para eles estarem a votar sem estarem completamente cientes do que se tratava.

Sr. Vereador Pedro Pina – Disse que gostaria de perguntar ao Sr. Vereador Joel Marques se tinha lido, efetivamente, o decreto-lei e quem é que o tinha publicado, se tinha sido a Câmara Municipal de Setúbal ou se tinha sido uma outra entidade qualquer, porque não sabia se, tendo lido, tinha percebido que o que estava no pressuposto desse mesmo decreto-lei era o reconhecimento - e, naquele momento, não valia a pena querer atribuir responsabilidades à Câmara A, à Câmara B, à Câmara C, à Câmara de Setúbal e a toda outra qualquer Câmara - de que o Governo...

Também no quadro da Associação Nacional de Municípios, aconselhava vivamente que lesse o que é que a Associação Nacional de Municípios, relativamente a essa matéria da ação social, em particular, tinha escrito e produzido para todos os municípios, sem exceção, relativamente à matéria da ação social. O que, objetivamente, era reconhecido - e pensava que o Governo não teria sido irresponsável ao ponto de reconhecer a possibilidade de prorrogação relativamente à matéria da ação social se não tivesse reconhecido que havia dificuldades objetivas, por parte dos mais diferentes municípios. Essa era a primeira questão. Portanto, se a bancada do Partido Socialista colocava em causa que o seu Governo aceitasse a prorrogação do prazo era uma questão que, provavelmente, teriam que colocar.

Segunda nota, não querendo entrar numa discussão sobre se estavam certos ou se estavam errados - sendo, também, aquela bancada informada e tendo um acesso privilegiado à

informação -, acreditava que havia falta de algum rigor nas datas que o senhor vereador tinha colocado, até porque acreditava que sabia que o último diploma a ter sido publicado relativamente a matéria de descentralização de competências tinha sido exatamente o da ação social, diploma que, pela sua complexidade - que não tinha a ver, como devia calcular, com as dificuldades que pudesse ter o Município de Setúbal -, que exigia, pelo número muito complexo de variáveis associadas, por ser um diploma que, inclusivamente, transferia competências que, na verdade, as câmaras municipais não tinham no seu ADN, no seu trabalho, porque havia um conjunto de responsabilidades que o próprio Estado e os centros distritais de Segurança Social, que não era somente o caso do Centro Distrital de Segurança Social de Setúbal, tinham protocoladas com entidades terceiras, e que também exigia essa mesma relação. Portanto, no quadro da Associação Nacional de Municípios e no quadro de uma avaliação que - pensavam eles - devia ser rigorosa, que tinha entendido que deveria ser prorrogado, no sentido de se aperfeiçoar, porque acreditava que interessava a todos, sem exceção, essa medida.

A propósito, também, dessa questão, não iria detalhar, mas, nessa matéria, queria dar só uma pequena nota - outras poderiam ser dadas, naquilo que fosse, também, o entendimento dos senhores vereadores -, queria informar que só em novembro desse mesmo ano tinha sido constituído, por parte do Centro Distrital de Segurança Social - e, não sendo responsabilidade, também, do Centro Distrital de Segurança Social, essa sua decisão tinha tido a ver com demandas, obviamente, do Instituto de Segurança Social - é que tinha sido constituído, formalmente, o grupo de trabalho para a transição da matéria de ação social.

Queira, também, informar que, não tendo tido conhecimento desse processo e com muitas e diferentes reservas que o executivo municipal tinha colocado no passado e que tinha voltado a colocar, respeitavam a lei, embora pudessem ter reservas sobre os procedimentos e tinha iniciado esse processo de diálogo. Portanto, não estava ali em causa, também, independentemente da opinião que pudesse surgir, a não aceitação pela não aceitação, a não aceitação por incapacidade, estava o objetivo reconhecimento, da parte do Governo, por um número muito alargado de municípios que tinham demonstrado preocupações objetivas sobre esse processo.

Acreditava que, acima de tudo, tinham a ganhar as populações, os territórios, as entidades. Era fácil e compreensível terem, também, em boa nota que o próprio Centro Distrital de Segurança Social, ou, para ser rigoroso, os diferentes Centros Distritais de Segurança Social tinham, também, na relação estreita com os seus municípios, esse processo.

Só a título de curiosidade, queria dizer que a Câmara Municipal de Almada tinha aprovado exatamente a prorrogação desse processo. Acreditava que, sobre essa matéria, não havia dúvidas que a Câmara Municipal de Almada, independentemente de todas as circunstâncias, não era uma câmara gerida, naquele momento, pela CDU.

Portanto, agradecia o aparte do Sr. Vereador Fernando José, mas queria dizer-lhe que acreditava que não devia haver dúvidas sobre isso e queria esclarecer que nada tinha a ver com a incapacidade.

Se lhe fosse permitido pelo Sr. Presidente, a talho de foice, gostaria de dizer que tinha sido feito um esforço tremendo sobre a matéria de transferências e pedia, face ao interesse que tinha manifestado na sua intervenção, que aquele era um processo que interessava a todos. Podiam divergir sobre muitas e diferentes matérias, como se tinha visto ao longo do mandato, mas essa matéria interessava a todos e acreditava que interessava a todos os vereadores da Câmara Municipal que fossem colaborativos e que fossem solidários nesse processo.

Era um processo difícil, não só na matéria da Ação Social como na matéria da Educação, como na matéria da Saúde e achava que não valia a pena quererem dizer que estavam em barricadas diferentes, estavam todos do mesmo lado.

A Câmara Municipal nunca tinha manifestado indisponibilidade para o acolhimento das transferências. A Câmara Municipal de Setúbal tinha manifestado profundas reservas sobre esse processo e acreditava que a todos assistia compreender que matérias como a área da Saúde, matérias como a área da Ação Social, matérias como a área da Educação, que eram dossiers complexos, não era de uma aceitação taxativa, era herdar responsabilidades que

eram muito difíceis e cujos meios e recursos para a execução das mesmas responsabilidades deviam ser feitas de uma forma rigorosa.

Seria, certamente, com base nessas questões que o Governo tinha decretado a prorrogação do prazo para o diploma da Ação Social e a Câmara Municipal, num sentido de elevada responsabilidade e com o propósito maior de fazer bem, trazia aquela proposta à reunião da Câmara.

Portanto, não tinha nada a ver com indisponibilidade ou com incapacidade, o que, pensava, seria bem visível por uma posição que, inclusivamente, tinha o lastro do país inteiro e uma posição da Associação Nacional de Municípios, que também, como o senhor vereador sabia, era presidida por um presidente de câmara do Partido Socialista.

Achava que valia a pena também, às vezes, refletirem se era uma posição estrita da autarquia ou se, nessa matéria, até havia um consenso muito grande, quer da parte das entidades que concorriam diretamente por esse processo de transferência, quer por uma larga maioria de muitos dos municípios pelo país fora.

Sr. Presidente – Disse que Sr. Vereador Pedro Pina já tinha juntado ali um conjunto de argumentos que justificavam aquele pedido de prorrogação que a Câmara Municipal era obrigada a fazer, em função do próprio decreto-lei, que era do Governo, como era óbvio, permitia essa prorrogação. Isso era, sem sombra de dúvida, o reconhecimento das dificuldades em concretizar essa operação da transferência de competências da Administração Central para o Poder Local naquele caso que estavam ali a tratar, da ação social, até porque isso tinha o envolvimento de muitas outras organizações, como fossem, por exemplo, as instituições particulares de solidariedade social, que tinham de ser também envolvidas nesse processo e que, como estava, aliás, expresso no texto da proposta, ficava bem clara essa dificuldade que reconhecia que existia.

Essa dificuldade existia, mesmo nas entidades representativas da Administração Central que tinham esses processos em mão e, naturalmente, elas próprias, certamente, tinham dificuldades em fazer participar nesse processo de transferência. Daí o reconhecimento que o Governo tinha feito ao publicar esse decreto-lei.

Mas a forma como o senhor vereador colocava as questões merecia outro tipo de apreciação e quem não acompanhava tão de perto esses problemas poderia vir a pensar que a Câmara Municipal de Setúbal eram uns marotos que não estavam nada disponíveis para aceitar transferências da administração.

Queria dizer aos senhores vereadores que tinha participado havia 15 dias numa reunião do Conselho Metropolitano, que envolvia todos os presidentes de câmara da Área Metropolitana de Lisboa, uma reunião conjunta com a direção da Associação Nacional de Municípios, onde tinham estado presentes a senhora Presidente e os senhores Vice-Presidentes, naturalmente para falar sobre esses assuntos das transferências de competências.

O senhor vereador tinha feito a sua intervenção e, de facto, parecia que vivia num planeta diferente daquele em que todos viviam, sobretudo aqueles presidentes de câmara representando a Área Metropolitana e a Associação Nacional de Municípios.

Queria só dizer-lhe que tinha sido afirmado e estavam nas atas – aliás, as reuniões do Conselho Metropolitano também eram transmitidas através dos meios informáticos ou digitais e, portanto, podiam ser vistas em público - as afirmações de alguns senhores presidentes de câmara da Área Metropolitana de Lisboa do Partido Socialista, com maiorias do Partido Socialista, tinham proferido - naturalmente que aquela questão da Ação Social não tinha sido colocada porque, entretanto, já tinha saído o decreto-lei que permitia a prorrogação - sobre a área da Educação e, em particular, sobre a área da Saúde.

Ficaria muito agradecido ao senhor vereador e achava que ficaria a ganhar muito se ouvisse os seus colegas de partido ou camaradas de partido, presidentes de câmara da Área Metropolitana de Lisboa, relativamente às afirmações que tinham feito. Aceitavam a transferência das competências, em particular na área da Saúde, mas iriam recusar-se a assinar os autos de transferência.

Isso dava bem a ideia da forma como tinha sido tratado esse processo e tinha ficado muito claro, por parte de todos os presidentes de câmara representando a Área Metropolitana de Lisboa e representando a Associação Nacional de Municípios que nunca nenhum presidente de câmara ou nenhum desses representantes, alguma vez, tinha questionado aceitar transferências de competências para os seus municípios. Nunca isso tinha estado em causa. O que estava em causa e o que tinha estado sempre em causa tinha sido a forma de o fazer. Quando se produzia uma lei em que todos eram considerados iguais naturalmente que estavam a cometer erros, quando queriam que as coisas funcionassem bem. Acreditava que todos os que estavam ali e eram eleitos não tinham dúvidas nenhuma de que aceitavam a transferência, mas estavam, naturalmente, empenhados em que, ao aceitar as transferências, assumissem essa responsabilidade com toda a dignidade e com todas as condições para poder desenvolver esse trabalho, ou seja, servir melhor as populações.

Isso e era claro e havia muitos anos que era dito, até pelos sucessivos governos, em determinados momentos da vida política, era que era mais fácil, tinha mais efeitos positivos o investimento de um escudo ou de um euro – lembrava-se de aquela questão ser discutida ainda em escudos – no resultado do que 10 ou 11 euros investidos pela Administração central. Naturalmente que eram sensíveis a isso, ou seja, poder gastar menos e poder prestar um melhor serviço e o que estava provado era que os municípios, a proximidade, servia melhor esse propósito.

Não era por acaso que a Câmara Municipal de Setúbal, desde que a CDU tinha ganho as eleições, em 2002, tinha vindo a aprofundar a descentralização de competências para as juntas de freguesia. No primeiro ano, em 2002/2003, o valor da transferência tinha-se situado abaixo de um milhão de euros. Naquele momento, estavam a descentralizar para as freguesias valores acima dos 6 milhões de euros. Mas isso tinha sido feito progressivamente, ou seja, as juntas de freguesia tinham indo criando condições, tinham indo tendo meios para exercer essas funções, essas competências, que eram exercidas muito melhor do que se fosse a Câmara a fazê-lo. Portanto, era esse o reconhecimento. Quando estava a dar esse exemplo, estava a querer dizer que, da mesma forma, havia determinadas competências em que o Poder Local tinha melhores condições para, com menos meios, conseguir resultados mais positivos em benefício das populações.

No entanto, não podiam ser todos tratados por igual. Não tratavam as juntas de freguesia do concelho por igual. Cada junta de freguesia tinha as suas capacidades, tinha as suas condições para desenvolver as competências que lhe eram atribuídas. Não tinham todas as mesmas competências, mas, progressivamente, todas iam avançando no sentido de ir assumindo essas responsabilidades.

Fazer uma lei que impunha aos municípios as competências por igual era um erro. Era uma avaliação que fazia e não era só dele, como o senhor vereador bem sabia. Portanto, do que se tratava era de não tratar o que era diferente como igual. O exemplo das juntas de freguesia da descentralização em Setúbal era um bom exemplo. Por isso é que havia tanta crítica relativamente à forma.

Era isso que estava em causa, a forma como os processos eram desencadeados. Nunca tinha havido, que se soubesse, nenhum autarca que se tivesse recusado terminantemente a receber as competências. Do que se tratava era da forma de fazer essa transferência e, portanto, era isso que estava ali em causa.

Não estavam em condições porque não tinham sido criadas as condições para aceitar essas competências. Iam aceitar as competências na área da Saúde e na área da Educação porque cumpriam as leis. Mas sabiam que, durante algum tempo, não iriam prestar um bom serviço às populações, porque aquilo que estava definido como forma de transferir não era feito em condições para que o Município pudesse desenvolver essas competências com todos os meios que eram necessários para prestar um bom serviço às populações.

Se os senhores vereadores assim entendessem, poderiam ter uma reunião privada onde os senhores vereadores que estavam a tratar desses processos poderiam explicar como é que eles tinham sido feitos, como é que eles tinham sido desencadeados.



De certeza que não poderiam corresponder a uma boa prestação de serviços às populações com as transferências que estavam a ser propostas quando os levantamentos eram de 2019 e estavam em 2022. Não tinha havido atualização, por parte dos serviços da Administração Central, relativamente a essas situações. Os serviços degradavam-se, os edifícios degradavam-se, os equipamentos degradavam-se e não se podia - só para dar esse exemplo -, naturalmente, ter uma boa prestação de serviços à população quando aquilo que nos iria ser entregue não correspondia àquilo que existia no terreno. Portanto, naturalmente que iriam ser os municípios que iriam ficar sobrecarregados, com falta de meios, com falta de meios humanos e com falta de meios financeiros para corresponder àquilo que era um bom serviço. Na generalidade, os municípios, as autarquias, as freguesias, todos gostavam de prestar um bom serviço às populações. O que iria acontecer, naquele caso, era que o Município, em vez de continuar a investir em outras áreas, porque se tratava das nossas crianças, no caso das escolas, porque se tratava das pessoas que tinham a saúde em perigo ou em risco, naturalmente que a Câmara Municipal iria desviar meios financeiros e meios humanos de determinadas áreas para acudir a essas áreas de maior fragilidade.

Era isso que estava em causa, não era outra coisa que estava em causa. Portanto, cumpriam a lei porque sempre tinham cumprido a lei, mas nunca deixariam de colocar em causa e de dizer que a responsabilidade, naqueles processos, não era da Câmara Municipal de Setúbal.

Não assumiriam essa responsabilidade, quanto às transferências, aos autos de transferência, veriam em cada caso o que é que aconteceria e, quando chegasse a altura, diriam, como tinham dito os senhores presidentes de câmara da Área Metropolitana de Lisboa do Partido Socialista, relativamente ao assinar dos autos de entrega ou não assinar. Portanto, isso fariam.

Aceitariam essas responsabilidades, mas queriam assumi-lo com toda a frontalidade e com toda a responsabilidade, porque o que estava em causa, no caso da Educação, eram as nossas crianças, os nossos jovens e, no caso da Saúde, normalmente, eram aqueles que tinham a situação de saúde mais fragilizada e isso, naturalmente, eram questões de grande responsabilidade que não podiam enjeitar.

Esperava que o senhor vereador tivesse percebido exatamente o que é que estava ali em causa no caso das transferências. Não tinha nada a ver com a disponibilidade para aceitar as transferências, tinha a ver com a forma como essas transferências estavam a ser empurradas para cima do Poder Local sem que fossem tratadas as questões como entendiam que deviam ser tratadas.

Mas mantinha a disponibilidade para, se assim o entendessem, promoverem uma reunião privada, entre as várias bancadas, em que os senhores vereadores que estavam com esses processos poderiam dar as explicações relativamente às dificuldades que estavam a acontecer também naquele caso da ação social, porque, de facto, como estava escrito na proposta, havia diversas questões que não tinham sido devidamente tratadas e havia instituições que tinham de ser envolvidas no processo e a Câmara Municipal não tinha tido atempadamente a informação para poder tratar, com essas instituições, os processos que iriam ficar sob a sua responsabilidade.

Se os senhores vereadores assim o entendessem, poderiam marcar essa reunião privada, para melhor esclarecimento sobre essas situações.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 5 votos a favor, da CDU, 4 votos contra, do Partido Socialista, e 2 abstenções, do PPD/PSD.



3. Deliberação n.º 613/2022 – Proposta n.º 01/2022 – GADSEA – Celebração de Memorando de Entendimento entre a Câmara Municipal de Setúbal e a Fundação Calouste Gulbenkian no âmbito do Projeto Ponto de Transição – Ratificação

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 31 e 32.

Sr. Vereador Fernando Negrão – Disse que, em primeiro lugar, queria saudar a Fundação Calouste Gulbenkian por aquela iniciativa e cumprimentar, também, a Câmara, por ter aderido a essa iniciativa da Fundação Calouste Gulbenkian. Tudo onde estava a Fundação Calouste Gulbenkian tinha qualidade e, portanto, tinham a certeza de que aquele projeto seria um bom projeto e seria um êxito, no que dizia respeito, enfim, ao combate que se devia fazer em todos os lados pela diminuição de pobreza. Ter casas sem condições de aquecimento ou arrefecimento era um sinal de pobreza e Portugal tinha demasiadas casas com essas características.

A primeira pergunta que fazia era que tipo de publicidade e em que setores é que a Câmara a iria dar, para as pessoas terem conhecimento de que existia esse projeto e esse apoio às famílias.

Em segundo lugar, queria saber se já havia alguma manifestação de interesse por parte de alguma família, se isso já tinha acontecido.

Em terceiro lugar, daquilo que tinha lido, tinha-lhe dado a sensação que estava limitado a 200 famílias. Parecia-lhe que era isso e, por isso, perguntava se os critérios para a escolha dessas 200 famílias eram critérios feitos entre o “*Nosso Bairro, Nossa Cidade*”, que era quem iria liderar por parte da Câmara, e a Calouste Gulbenkian. Que critérios seriam esses? Havia alguma informação sobre o tipo de critérios usados? Era isso.

Sr. Presidente – Disse que agradecia ao senhor vereador, porque se tinha esquecido. Ainda bem que o senhor vereador o tinha o referido. Naturalmente que aquele projeto também se situava aqui por causa da Câmara Municipal, como o senhor vereador tinha referido. Naturalmente que não eram só a Câmara Municipal nem a Junta de Freguesia de São Sebastião, era, também, a nossa Agência de Energia, que acompanhava esse processo, e outras entidades, como a Faculdade de Ciências e Tecnologia e a Associação das Agências de Energia e Ambiente.

Tudo isso se situava e estava localizado naqueles bairros que constituíam o projeto “*Nosso Bairro, Nossa Cidade*”, que, como se sabia, era um projeto que tinha resultado muito bem, por iniciativa da Câmara Municipal de Setúbal, que tinha sido acolhido e reconhecido por amplas organizações nacionais e internacionais. Também a Fundação Calouste Gulbenkian tinha entendido que esse seria um local onde faria sentido fazer esse projeto piloto.

Pedia à Sra. Vice-Presidente, que acompanhava esse projeto, que falasse melhor sobre ele e a forma como se iria desenvolver, tendo em conta, também, as questões que o Sr. Vereador Fernando Negrão tinha colocado.

Sra. Vice-Presidente – Disse que, relativamente ao projeto, o Sr. Presidente já tinha dito quase tudo. Era, efetivamente, um projeto-piloto, no sentido da Gulbenkian perceber se, depois, podia ser alargada a outros pontos do país. Por isso é que tinha algumas limitações, até no tempo. Aquilo que estava previsto era que o projeto estivesse cá até junho.

O projeto tinha nascido da colaboração entre a Gulbenkian, a nossa Agência de Energia e Ambiente da Arrábida e era a Agência de Energia e Ambiente da Arrábida que estava no local e que tinha lá trabalhadores que estavam a prestar esse apoio. Pela circunstância do nosso território, tinham considerado que era muito importante envolver o “*Nosso Bairro, Nossa Cidade*” e, através dele, proceder à identificação de jovens formandos que tinham sido

formados pelos formadores da Agência de Energia e da Universidade, para poderem fazer as visitas técnicas às habitações e para poderem dar pistas sobre a intervenção.

Era um trabalho que estava a ser feito em conjunto, no sentido, até, de formarem pessoas que, dentro dos bairros, ficassem habilitadas a, depois, poderem replicar isso, mesmo que o projeto tivesse que “partir” para outro concelho. Portanto, no fundo, era deixar a sementinha germinar, para que também pudesse haver, depois, seguimento.

Relativamente aos dados que tinha pedido, tinha já alguns números. Já tinham sido realizados 9 contactos e já tinham sido feitos 4 pedidos de visita. Desses 4 pedidos de visita, os formadores já tinham visitado 2 habitações. Já tinham sido feitos alguns apoios, também, na contratação de energia.

O projeto tinha várias vertentes. Tinha a vertente simples, que ia desde a análise das faturas e da escolha de um melhor tarifário ou de um melhor modelo energético - podia passar para um sistema bi-horário, etc -, até à localização ou posicionamento de eletrodomésticos dentro de casa e, depois, para questões mais complicadas, que podiam ter a ver com caixilharias e com a possibilidade de apoio em algumas candidaturas a financiamentos europeus e nacionais, que existiam nessa matéria. O projeto tinha essas diversas vertentes.

Também já se tinham formalizado 3 candidaturas. Já tinham apoiado na formalização de 3 candidaturas e, curiosamente, já tinham tido alguns contactos de entidades fora do concelho, a perguntar como é que funcionava.

Embora o projeto estivesse instalado junto ao Mercado 2 de Abril e tivesse todo esse apoio do programa “Nosso Bairro, Nossa Cidade”, nomeadamente na formação de monitores, estava aberto a qualquer pessoa do concelho. Portanto, qualquer pessoa do concelho podia agendar este atendimento e podia obter, também, esses esclarecimentos e a visita à casa, etc, feita por aqueles jovens.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que os vereadores do Partido Socialista saudavam, obviamente, aquele protocolo de cooperação, aquele projeto. Efetivamente, era fazer frente a um problema que estava identificado havia muito tempo, mas era um problema que tinha também sido identificado pelo Governo.

Recordava que, em 2020, tinha sido apresentado pelo senhor Ministro do Ambiente o Programa de Apoio a Edifícios Mais Sustentáveis. Na altura, o programa do Fundo Ambiental tinha disponibilizado 4,5 milhões de euros. Em 2021 esse valor tinha sido alargado para 30 milhões e, depois, tinha sido reforçado em mais 15 milhões e as candidaturas tinham decorrido até 31 de março de 2020.

Era algo que estava, naquele momento, também a ser acompanhado pelas autarquias e pelo Governo, no sentido de melhorarmos a eficiência e criarmos edifícios mais sustentáveis.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que queria aproveitar aquela intervenção do Vereador Fernando José só para dizer que não bastava ter milhões disponíveis para respostas ambientais, era preciso que elas fossem concretizadas.

A questão que se colocava, em relação aos cidadãos em geral, era que não sabiam como recorrer a esses fundos. Em geral, esses fundos ficavam reservados para aqueles que tinham melhores capacidades e melhor informação ou formação ou melhores núcleos de pressão e de influência, não chegavam à maioria das pessoas.

Aquele projeto que tinha ali sido falado, formando monitores que iriam formar outras pessoas, iria ajudar, por exemplo, na reabilitação dos bairros de habitação pública, a que os moradores entendessem, exatamente, do que é que tratava essa matéria e, sobretudo, iria ajudar os proprietários que viviam nesses bairros a concorrer a esses fundos, para melhorarem as suas habitações.

Portanto, não bastava ter os milhões, era preciso que alguém trabalhasse no terreno, para garantir que esses milhões chegassem onde era necessário. Daí a importância daquele projeto.

Sra. Vereadora Sónia Martins – Disse que, muito rapidamente, queria reforçar ali a congratulação que já tinha sido feita pelo Vereador Fernando Negrão. Também já tinha manifestado a sua congratulação na anterior reunião da Câmara e tinha estado presente no lançamento do projeto, que lhe parecia de todo bastante interessante. Ter ali a Faculdade de Ciências e Tecnologia e a Fundação Calouste Gulbenkian dava um incentivo adicional. Queria só deixar uma nota. De facto, tinha-se apercebido que as pessoas questionavam se, de facto, aquele era um projeto acessível a todos. Se qualquer pessoa, independentemente do ponto do concelho onde estava, se podia dirigir ao contentor e tirar as suas dúvidas e esclarecer-se.

Achava que era importante, na comunicação que fosse feita, dizer isso mesmo, que, embora o contentor estivesse localizado ao pé do Mercado 2 de Abril, era aberto a toda a população. Achava que aquilo, de facto, tinha suscitado bastante interesse, mas as pessoas tinham ficado com a ideia de que estava concentrado nas pessoas do bairro e não era isso que, efetivamente, acontecia. Portanto, era só para dar esse reforço e, uma vez mais, saudar.

Sra. Vice-Presidente – Disse que, como tinha dito, o projeto estava aberto a qualquer município do concelho e iriam reforçar essa informação nas nossas redes sociais e no nosso site, para que as pessoas que assim entendessem pudessem aceder a esse projeto e a esses serviços. Iriam fazer esse reforço.

Sr. Presidente – Disse que já que a questão era colocada assim, acreditava que junto da ENA e, naturalmente, dos responsáveis daquele projeto, haveria, também, outras formas de comunicar e de dar essa informação. Era isso, também, que iriam avaliar.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

4. Deliberação n.º 614/2022 – Proposta n.º 456/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Santos, em Praias do Sado, Setúbal

Sr. Presidente – Apresentou a proposta [conforme documento anexo registado sob o n.º 33] e disse que tinham 117 propostas relativas ao direito de preferência.

Sr. Vereador Fernando Negrão – Disse que, apesar de já ter sido suscitada alguma discussão naquela reunião acerca da votação em bloco, queria dizer que, da parte deles, havia disponibilidade para discutir a reversão da delegação de competências para a Câmara Municipal.

Portanto, havia essa disponibilidade da parte deles, para fazer essa discussão, porque, de facto, tinham analisado tudo o que era direitos de preferência e havia, de facto, na sua grande maioria, situações que não se justificava que viessem à Câmara, pela burocracia que isso implicava no funcionamento interno da Câmara e, também, pelo trabalho que lhes dava a eles. Esse era um primeiro ponto, a disponibilidade deles para discutir.

O segundo ponto tinha a ver com o facto de terem que dar resposta ao senhor presidente da Junta de Freguesia da Gâmbia-Pontes e Alto da Guerra, uma vez que ele se tinha interessado pelo assunto e, tendo-se interessado pelo assunto, dizer-lhe que essa era uma prática - a votação em bloco - usada em todas as assembleias gerais - e, no fundo, era uma assembleia geral - onde se fazia uma discussão, fossem elas câmaras, fossem a Assembleia da República, fossem elas quais fossem, em todos os órgãos de natureza colegial onde se fizesse a discussão.

Portanto, nesse sentido, pelo menos da parte deles, renovava o pedido que fazia sempre, para que se juntassem os pontos da ordem de trabalhos 4 a 120, todos respeitantes a direito de preferência, uma vez que, relativamente a todos esses pontos, votariam da mesma forma.

Sr. Presidente – Disse que queria apenas dizer, sobre essa questão o seguinte, que, independentemente da posição que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra tinha colocado, eventualmente porque alguns munícipes ou fregueses daquela freguesia lhe teriam colocado algumas questões sobre essa matéria, o senhor presidente da junta, enquanto eleito, naturalmente tinha-as colocado no órgão onde participava, que era a Assembleia Municipal.

A esse propósito, queria dizer que o problema maior não era votarem em bloco ou em conjunto as propostas. O problema maior, como o Sr. Vereador Fernando Negrão ali já tinha referido, era que uma proposta dessas ou um requerimento desses se houvesse uma delegação de competências, o vereador próprio ou o diretor do departamento respetivo, quando lhes aparecia uma proposta, uma informação, podiam decidir se aceitava ou não aceitava o direito de preferência ou exercia o direito de preferência. Quando traziam a proposta à reunião da Câmara isso significava que essas informações, que circulavam na cadeia hierárquica, iam até ao vereador, depois iam ao presidente e só depois é que eram agendadas para uma reunião da Câmara.

Portanto, agora, isso voltava ao princípio. Quando se fazia ali a deliberação a proposta voltava ao início de onde tinha vindo, para se elaborar a comunicação ao requerente. Do que se tratava era desse tempo, que poderia ser utilizado pelos próprios serviços. Os próprios serviços poderiam utilizar esse tempo para desenvolver outras ações. Tinha sido por isso que já tinha chamado a atenção algumas vezes, de que a Câmara Municipal de Setúbal tinha sido reconhecida, designadamente pelos investidores, como uma câmara que dava resposta em tempo útil, comparando com outras câmaras municipais.

Naquela altura, por força dessa situação, naturalmente que a capacidade de resposta dos serviços não era a mesma, porque os serviços tinham de estar envolvidos em outros procedimentos que poderiam estar resolvidos, praticamente, à partida, no início, na resposta aos requerimentos. Era só isso, para que ficasse claro e para que não houvesse dúvidas sobre isso, não era, de facto, a questão de votar em bloco.

Aproveitava, também, para dizer que, apesar de serem votadas em bloco, estavam a falar, naquela reunião, de 117 propostas. Ou seja, eram 117 habitações, 117 áreas edificadas que estavam num processo de transação e que se situavam um pouco por todo o concelho. Se as propostas vinham à reunião da Câmara, também podiam ler a proposta e dizer que isso estava a acontecer naquele local, naquele bairro, naquela freguesia, etc. Portanto, isso era uma perda de informação que, naturalmente, todos poderiam ter melhor se as propostas não fossem votadas em bloco, mas não tinha nada contra as propostas serem votadas em bloco. Também o reconhecia e aceitava o pedido que o Sr. Vereador Fernando Negrão ali tinha colocado.

Portanto, perguntava aos senhores vereadores do Partido Socialista se estavam de acordo com a votação em bloco ou não.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que, em primeiro lugar, notava um contrassenso na última afirmação do Sr. Presidente, porque tinha dito, na mesma intervenção, que aquele tema, o exercício dos direitos de preferência, poderia ser gerido pelo serviço, através de competências delegadas ou no vereador do pelouro ou, então, no diretor de departamento e, depois, tinha terminado a sua intervenção dizendo que se não votassem em bloco haveria mais informação e que a informação seria mais transparente.

Tinham que perceber em que é que ficavam: Ou o Sr. Presidente pretendia que as competências fossem delegadas e ninguém saberia sequer que essas propostas existiam ou o Sr. Presidente pretendia que essas propostas fossem ali votadas, em bloco ou não, e, se não fossem votadas em bloco, se fossem votadas individualmente, todos saberiam quais

eram as propostas que estavam em cima da mesa. Portanto, era bom que esse contrassenso também fosse aclarado pelo Sr. Presidente.

Sobre a questão dos prazos, já tinha tido ali oportunidade de dizer que era importante, cada vez que o Sr. Presidente ou o seu executivo ali afirmava que poderiam ter prazos mais rápidos, mais céleres, no caso das propostas não terem que ir a reunião da Câmara e, atendendo a que 10 dias úteis após a publicação do anúncio, se não houvesse resposta, o direito de preferência considerava-se tacitamente não exercido e, portanto, era uma questão que estava legalmente resolvida, seria útil, efetivamente, que ali pudesse comprovar que, no passado, quando essas competências lhe tinham sido delegadas, nos casos em que seria, naturalmente, necessário haver pronúncia sobre o exercício do direito de preferência, que os prazos de resposta tinham sido inferiores a 10 dias úteis, porque, isso sim, comprovaria que a Câmara dava resposta em menos de 10 dias úteis.

Isso sim, seria uma prova de que aquele era um procedimento que atrasava e que demorava as respostas aos munícipes, de acordo com aquilo que o Sr. Presidente ali lhes transmitia.

Posto isso, não se opunham à votação em bloco, da mesma forma que não se opunham a que a votação fosse feita proposta a proposta. Portanto, deixavam isso, naturalmente, à consideração do Sr. Presidente.

Sr. Presidente – Disse que não se iria alongar na resposta a questões que não faziam muito sentido, que o senhor vereador ali tinha colocado, mas, para que não sobrassem dúvidas para quem estava a ouvir, não podiam ficar sem resposta.

Quando dizia que não tinha nada a opor a que as propostas fossem votadas em bloco, ou, então, que teriam um ganho de muito tempo se elas fossem despachadas pelo diretor ou pelo chefe de divisão ou pelo vereador do serviço respetivo, naturalmente que o que queria dizer era que, uma vez que elas iam ali, já que faziam com que as propostas ali fossem, que seria mais adequado elas serem apreciadas individualmente, porque, já que as faziam percorrer esse caminho todo, perdiam esse tempo todo, faziam com que os serviços gastassem uma grande parte do seu tempo a preparar essas propostas, naturalmente que faria todo o sentido que elas fossem ali lidas e, portanto, votadas individualmente.

O contrassenso era esse, não era aquilo que o senhor vereador dizia. O contrassenso era esse, era que, se as propostas vinham ali, deveriam, tendo em conta, até, o respeito pelo trabalho dos trabalhadores da Câmara, o esforço dos trabalhadores da Câmara para fazerem com que essas propostas ali chegassem, era que, naturalmente, elas fossem lidas uma a uma e aprovadas uma a uma.

Como Presidente da Câmara, também devia dizer ao senhor vereador que, se havia uma proposta de um senhor vereador, se, da outra bancada que constituía a maioria na Câmara diziam que não viam inconveniente nenhum e deixava à consideração do Presidente, naturalmente que acedia à proposta que o Sr. Vereador Fernando Negrão ali tinha feito e, portanto, acedia a que fossem votadas em bloco. Era preciso que esses pontos ficassem bem claros, para que não houvesse dúvidas sobre essa matéria.

Quanto à questão de ter que provar se antes era mais rápido ou menos rápido, não estava ali para provar nada. Estava ali para assumir responsabilidade política e isso assumia. Portanto, não tinha grandes dúvidas, nem eram precisos grandes cursos, nem muita filosofia para dar garantias de que, se a decisão fosse tomada nos próprios serviços, seria decidida com maior rapidez do que sendo preparada para vir à Câmara e, depois, voltar ao mesmo sítio de onde tinha partido, para se fazer o ofício para se dar resposta ao requerente.

Também não alinhava naquela posição - não sabia se era proposta, ou não -, porque o senhor vereador fazia esses discursos e, depois, nunca sabiam para que lado é que estava orientado. Também não alinhava nessa posição de dizer: *"Bom, não tragam cá as propostas e deixem passar os prazos e, portanto, está o assunto resolvido"*.

Se essa era a proposta do senhor vereador, nessa também não alinhava. Os requerentes faziam o esforço para apresentarem os seus requerimentos e, naturalmente, mereciam todo o respeito e que se lhes dessem resposta, mas davam a resposta nos termos em que a Câmara e a maioria da Câmara decidiam. Isso, aí, tinham que cumprir, porque fazia parte da

democracia. E, naturalmente, que lhe competia, também, dar o seu contributo para que a democracia funcionasse. Era isso que estava em causa, não eram outras questões.

Por isso, havia uma proposta do Sr. Vereador Fernando Negrão para que se votassem essas 117 propostas em bloco, o Partido Socialista dizia que não via inconveniente. Portanto, acedia a essa proposta do Sr. Vereador Fernando Negrão de votarem, então, as 117 propostas em bloco, se, da parte do Partido Socialista, não houvesse nenhuma questão sobre algumas das propostas.

Não havendo nenhuma questão, iriam votar da proposta de deliberação número 614 até à proposta de deliberação número 730.

O Sr. Presidente colocou à votação as propostas de deliberação n.ºs 614 a 730, tendo as mesmas sido aprovadas, por unanimidade e por minuta.

5. Deliberação n.º 615/2022 – Proposta n.º 457/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Flávio Resende, n.º 7 - 3.º esq., em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 34, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 4.

6. Deliberação n.º 616/2022 – Proposta n.º 458/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Luís Gonzaga do Nascimento, n.º 13 - R/C Esq., em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 35, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 4.

7. Deliberação n.º 617/2022 – Proposta n.º 459/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Batalha do Viso n.º 62 - 1.º andar, em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 36, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 4.

8. Deliberação n.º 618/2022 – Proposta n.º 460/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Quinta do Paraíso - Lote 18 - 1.º C, em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 37, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 4.



9. Deliberação n.º 619/2022 – Proposta n.º 461/2022 – DAF/DICONT/SERGEp – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua da Sociedade Filarmónica Perpétua Azeitonense, n.ºs 175 e 175A, em Azeitão

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 38, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 4.

10. Deliberação n.º 620/2022 – Proposta n.º 462/2022 – DAF/DICONT/SERGEp – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta António Enes, n.ºs 9 - 9A, em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 39, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 4.

11. Deliberação n.º 621/2022 – Proposta n.º 463/2022 – DAF/DICONT/SERGEp – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Tenente Aviador Carlos Alves, n.º 14 C/V Dto. em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 40, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 4.

12. Deliberação n.º 622/2022 – Proposta n.º 464/2022 – DAF/DICONT/SERGEp – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Natália Correia - Lote 2, Choilo, em Brejos de Azeitão

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 41, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 4.

13. Deliberação n.º 623/2022 – Proposta n.º 465/2022 – DAF/DICONT/SERGEp – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua das Giestas, n.º 4 - 3.º Esq., em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 42, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 4.



14. Deliberação n.º 624/2022 – Proposta n.º 466/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua de Aljubarrota, n.º 9 - 5.º Esq., em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 43, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 4.

15. Deliberação n.º 625/2022 – Proposta n.º 467/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua do Paraíso da Jardía, n.ºs 5 e 5A, Brejos dos Clérigos, em Azeitão

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 44, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 4.

16. Deliberação n.º 626/2022 – Proposta n.º 468/2022 – DAF/DICONT SERGE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida 22 de Dezembro, n.ºs 27, 27A, 27B, 27C e 27D - 5.º Frt., em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 45, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 4.

17. Deliberação n.º 627/2022 – Proposta n.º 469/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Urbanização Aldeia Grande - Travessa S. Pedro de Alcube, Quinta do Barril, em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 46, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 4.

18. Deliberação n.º 628/2022 – Proposta n.º 470/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua José Luciano de Carvalho, n.º 2 - R/C Esq., em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 47, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 4.



19. Deliberação n.º 629/2022 – Proposta n.º 471/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida da República da Guiné-Bissau, n.º 36 – 1.º Frt., em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 48, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 4.

20. Deliberação n.º 630/2022 – Proposta n.º 472/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Av. Dr. António Rodrigues Manito, n.º 46 - 1.º Esq., em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 49, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 4.

21. Deliberação n.º 631/2022 – Proposta n.º 473/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Baltazar Guimarães, n.º 17 - 1.º Esq., em Azeitão

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 50, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 4.

22. Deliberação n.º 632/2022 – Proposta n.º 474/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua António José Batista, n.º 41 - Bloco Norte – 2.º D, em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 51, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 4.

23. Deliberação n.º 633/2022 – Proposta n.º 475/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Sebastião José da Costa, n.º 12 - 2.º Dto., em Azeitão

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 52, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 4.

24. Deliberação n.º 634/2022 – Proposta n.º 476/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Dr. José Leite de Vasconcelos - Lote 81 – 4.º Dto., em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 53, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 4.

25. Deliberação n.º 635/2022 – Proposta n.º 477/2022 – DAF/DICONT SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta Luís Villaverde, n.º 7 - 5.º A, em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 54, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 4.

26. Deliberação n.º 636/2022 – Proposta n.º 478/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua D. Ana de Castro Osório, n.º 8, em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 55, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 4.

27. Deliberação n.º 637/2022 – Proposta n.º 479/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua General Gomes Freire, n.º 71 – 3.º Frt, em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 56, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 4.

28. Deliberação n.º 638/2022 – Proposta n.º 480/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Frei Agostinho da Cruz, n.ºs 42, 44 e 46 – 3.º, em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 57, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 4.

29. Deliberação n.º 639/2022 – Proposta n.º 481/2022 – DAF/DICONT/SERGEPI – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua dos Pessegueiros, Quinta da Amizade, Lote 207 – 1.º Dto., em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 58, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 4.

30. Deliberação n.º 640/2022 – Proposta n.º 482/2022 – DAF/DICONT/SERGEPI – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Poeta Bocage, n.ºs 13, 15, e 17 - R/C E, em Azeitão

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 59, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 4.

31. Deliberação n.º 641/2022 – Proposta n.º 483/2022 – DAF/DICONT/SERGEPI – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Largo Francisco António Pinhão, n.º 3 – 2.º B, em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 60, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 4.

32. Deliberação n.º 642/2022 – Proposta n.º 484/2022 – DAF/DICONT/SERGEPI – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Bento Jesus Caraça, n.º 5 – 2.º B, em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 61, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 4.

33. Deliberação n.º 643/2022 – Proposta n.º 485/2022 – DAF/DICONT/SERGEPI – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Dr. Henrique Constantino, Lote 61 – R/C Dto., em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 62, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 4.



34. Deliberação n.º 644/2022 – Proposta n.º 486/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Alameda dos Álamos, n.º 35, em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 63, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 4.

35. Deliberação n.º 645/2022 – Proposta n.º 487/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Jaime Cortesão, n.º 79 – 8.º F, em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 65, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 4.

36. Deliberação n.º 646/2022 – Proposta n.º 488/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Estrada de Algeruz - Sítio das Padeiras, em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 66, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 4.

37. Deliberação n.º 647/2022 – Proposta n.º 489/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Praia dos Coelhos - Lote 41, em Azeitão

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 67, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 4.

38. Deliberação n.º 648/2022 – Proposta n.º 490/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua da Fé, n.º 65 – 4.º B, em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 68, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 4.

39. Deliberação n.º 649/2022 – Proposta n.º 491/2022 – DAF/DICONT/SERGEPI – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua de Aljubarrota, n.º 5 – 4.º Esq., em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 68, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 4.

40. Deliberação n.º 650/2022 – Proposta n.º 492/2022 – DAF/DICONT/SERGEPI – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Aviadores Gago Coutinho e Sacadura Cabral, n.ºs 3, 3A, 3B e 3C – 1.º Esq., em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 69, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 4.

41. Deliberação n.º 651/2022 – Proposta n.º 493/2022 – DAF/DICONT/SERGEPI – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Engenheiro Henrique Cabeçadas, n.º 27 e Rua Clube Setubalense, n.º 2 – 1.º Dto., em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 70, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 4.

42. Deliberação n.º 652/2022 – Proposta n.º 494/2022 – DAF/DICONT/SERGEPI – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta Pêro da Covilhã, n.º 8 – 7.º Dto., em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 71, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 4.

43. Deliberação n.º 653/2022 – Proposta n.º 495/2022 – DAF/DICONT/SERGEPI – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua General Gomes Freire, n.º 71 – R/C, em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 72, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 4.



44. Deliberação n.º 654/2022 – Proposta n.º 496/2022 – DAF/DICONT/SERGEPI – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Jaime Cortesão, n.º 47, em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 73, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 4.

45. Deliberação n.º 655/2022 – Proposta n.º 497/2022 – DAF/DICONT/SERGEPI – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta das Amoreiras, n.º 3 – 3.º Dto., em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 74, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 4.

46. Deliberação n.º 656/2022 – Proposta n.º 498/2022 – DAF/DICONT/SERGEPI – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Luís Gonzaga do Nascimento, n.ºs 16 e 16A – R/C Esq., em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 75, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 4.

47. Deliberação n.º 657/2022 – Proposta n.º 499/2022 – DAF/DICONT/SERGEPI – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Olavo Bilac, n.ºs 14, 16 e 18 – 1.º Esq., em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 76, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 4.

48. Deliberação n.º 658/2022 – Proposta n.º 500/2022 – DAF/DICONT/SERGEPI – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Coína-a-Velha - Lote 2, em Azeitão

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 77, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 4.



49. Deliberação n.º 659/2022 – Proposta n.º 501/2022 – DAF/DICONT/SERGEPI – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Bento Gonçalves, n.º 34 – 1.º B, em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 78, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 4.

50. Deliberação n.º 660/2022 – Proposta n.º 502/2022 – DAF/DICONT/SERGEPI – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua de Brancanes, n.º 17 – 5.º Frt., em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 79, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 4.

51. Deliberação n.º 661/2022 – Proposta n.º 503/2022 – DAF/DICONT/SERGEPI – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Dr. Luís Teixeira Macedo e Castro, n.º 26 - R/C Dto., em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 80, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 4.

52. Deliberação n.º 662/2022 – Proposta n.º 504/2022 – DAF/DICONT/SERGEPI – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Fernando Santos, n.º 21 – 2.º Esq., em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 81, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 4.

53. Deliberação n.º 663/2022 – Proposta n.º 505/2022 – DAF/DICONT/SERGEPI – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Família Estanislau, n.º 7, Casal de Bolinhos, em Azeitão

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 82, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 4.

54. Deliberação n.º 664/2022 – Proposta n.º 406/2022 – DAF/DICONT/SERGEPI – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Miranda Gago, n.º 9, em Brejos de Azeitão

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 83, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 4.

55. Deliberação n.º 665/2022 – Proposta n.º 507/2022 – DAF/DICONT/SERGEPI – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Estrada das Montureiras Novas, n.º 55 A – 1.º Dto., em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 84, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 4.

56. Deliberação n.º 666/2022 – Proposta n.º 508/2022 – DAF/DICONT/SERGEPI – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Bartissol, n.ºs 18, 20, 22 e 24, em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 85, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 4.

57. Deliberação n.º 667/2022 – Proposta n.º 509/2022 – DAF/DICONT/SERGEPI – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Irene Nascimento, n.º 25 – 4.º Esq., em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 86, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 4.

58. Deliberação n.º 668/2022 – Proposta n.º 510/2022 – DAF/DICONT/SERGEPI – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Parque Doutor Manuel Constantino Goes, n.º 5 - R/C Dto., em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 87, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 4.

59. Deliberação n.º 669/2022 – Proposta n.º 511/2022 – DAF/DICONT/SERGEPI – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Ferreira de Castro, n.º 55 - R/C Esq., Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 88, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 4.

60. Deliberação n.º 670/2022 – Proposta n.º 512/2022 – DAF/DICONT/SERGEPI – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Bento Jesus Caraça, n.º 75, em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 89, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 4.

61. Deliberação n.º 671/2022 – Proposta n.º 513/2022 – DAF/DICONT/SERGEPI – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Largo Cidade de Magdeburgo, n.º 12- R/C, em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 90, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 4.

62. Deliberação n.º 672/2022 – Proposta n.º 514/2022 – DAF/DICONT/SERGEPI – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua da Eletricidade, n.º 5 - R/C B, em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 91, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 4.

63. Deliberação n.º 673/2022 – Proposta n.º 515/2022 – DAF/DICONT/SERGEPI – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Diogo Cão, n.º 14 – 2.º Dto., em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 92, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 4.

64. Deliberação n.º 674/2022 – Proposta n.º 516/2022 – DAF/DICONT/SERGEPI – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Francisco Sá Carneiro, n.º 21 – 7.º Dto., em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 93, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 4.

65. Deliberação n.º 675/2022 – Proposta n.º 517/2022 – DAF/DICONT/SERGEPI – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Manuel d'Aguiar, n.ºs 14 e 14 A, em Azeitão

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 94, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 4.

66. Deliberação n.º 676/2022 – Proposta n.º 518/2022 – DAF/DICONT/SERGEPI – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Mestre Lima de Freitas, n.º 29 – 2.º Esq., em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 95, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 4.

67. Deliberação n.º 677/2022 – Proposta n.º 519/2022 – DAF/DICONT/SERGEPI – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Vale Grou, n.º 27, em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 96, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 4.

68. Deliberação n.º 678/2022 – Proposta n.º 520/2022 – DAF/DICONT/SERGEPI – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua de Damão, n.º 2 – 4.º Dto, em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 97, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 4.



69. Deliberação n.º 679/2022 – Proposta n.º 521/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Dom Manuel I, n.º 45 – 5.º Frente, em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 98, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 4.

70. Deliberação n.º 680/2022 – Proposta n.º 522/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta Agostinho da Silva, n.º 6 – 1.º Frente, em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 99, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 4.

71. Deliberação n.º 681/2022 – Proposta n.º 523/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Nossa Senhora da Piedade, n.º 6, em Azeitão

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 100, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 4.

72. Deliberação n.º 682/2022 – Proposta n.º 524/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida da República Guiné-Bissau, n.º 15 - 9.º Dto., em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 101, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 4.

73. Deliberação n.º 683/2022 – Proposta n.º 525/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta Hermenegildo Capelo, n.º 2 - 6.º Esq., em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 102, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 4.

**74. Deliberação n.º 684/2022 – Proposta n.º 526/2022 – DAF/DICONT/SERGE P –
Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência –
Rua de Setúbal, n.º 1, Vendas de Azeitão, em Azeitão**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 103, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 4.

**75. Deliberação n.º 685/2022 – Proposta n.º 527/2022 – DAF/DICONT/SERGE P –
Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência –
Largo do Poço do Concelho, n.º 3 – 1.º Esq., em Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 104, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 4.

**76. Deliberação n.º 686/2022 – Proposta n.º 528/2022 – DAF/DICONT/SERGE P –
Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência –
Rua Ocidental do Mercado, n.ºs 37, 39 e 41, em Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 105, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 4.

**77. Deliberação n.º 687/2022 – Proposta n.º 529/2022 – DAF/DICONT/SERGE P –
Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência –
Rua João de Deus, n.º 3 - R/C B, em Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 106, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 4.

**78. Deliberação n.º 688/2022 – Proposta n.º 530/2022 – DAF/DICONT/SERGE P –
Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência –
Quinta da Amizade, Lote 121 - 3.º Esq., em Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 107, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 4.

79. Deliberação n.º 689/2022 – Proposta n.º 531/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua de Timor, n.º 1 – 1.º, em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 108, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 4.

80. Deliberação n.º 690/2022 – Proposta n.º 532/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua da Cerâmica, n.º 1 - Bloco C - 3 A, em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 109, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 4.

81. Deliberação n.º 691/2022 – Proposta n.º 533/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Jorge Claro, n.º 4 – 6.º F, em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 110, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 4.

82. Deliberação n.º 692/2022 – Proposta n.º 534/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Ferreira de Castro, n.º 15 e Travessa da Quinta do Meio, n.º 16 – Praias do Sado, em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 111, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 4.

83. Deliberação n.º 693/2022 – Proposta n.º 535/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua José Dias Coelho, n.º 14, em Azeitão

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 112, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 4.

**84. Deliberação n.º 694/2022 – Proposta n.º 536/2022 – DAF/DICONT/SERGE P –
Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência –
Rua da Camarinha, n.º 16 - R/C Esq., em Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 111, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 4.

**85. Deliberação n.º 695/2022 – Proposta n.º 537/2022 – DAF/DICONT/SERGE P –
Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência –
Rua Camilo Castelo Branco, n.º 71, em Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 112, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 4.

**86. Deliberação n.º 696/2022 – Proposta n.º 538/2022 – DAF/DICONT/SERGE P –
Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência –
Rua Fernando Santos, n.º 31 – 2.º Dto., em Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 113, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 4.

**87. Deliberação n.º 697/2022 – Proposta n.º 539/2022 – DAF/DICONT/SERGE P –
Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência –
Largo José Joaquim Cabecinha, n.º 14 – 5.º F, em Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 114, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 4.

**88. Deliberação n.º 698/2022 – Proposta n.º 540/2022 – DAF/DICONT/SERGE P –
Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência –
Rua Gonçalo Velho Cabral, Lote 229, em Azeitão**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 115, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 4.

89. Deliberação n.º 699/2022 – Proposta n.º 541/2022 – DAF/DICONT/SERGEPI – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Lúcia da Encarnação Maracoto, Lote 91 - R/C Dto., em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 118, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 4.

90. Deliberação n.º 700/2022 – Proposta n.º 542/2022 – DAF/DICONT/SERGEPI – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Nossa Senhora do Cais, n.º 77 – 1.º Dto., em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 119, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 4.

91. Deliberação n.º 701/2022 – Proposta n.º 543/2022 – DAF/DICONT/SERGEPI – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Diogo Botelho, n.ºs 8 e 8A – Guarda do Pinheiro, em Azeitão

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 120, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 4.

92. Deliberação n.º 702/2022 – Proposta n.º 544/2022 – DAF/DICONT/SERGEPI – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Mestre Lima de Freitas, n.º 18 – 3.º Esq., em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 121, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 4.

93. Deliberação n.º 703/2022 – Proposta n.º 545/2022 – DAF/DICONT/SERGEPI – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua da Brasileira, n.ºs 65 e 67 – 1.º, em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 122, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 4.

94. Deliberação n.º 704/2022 – Proposta n.º 546/2022 – DAF/DICONT/SERGEPI – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Dr. António Rodrigues Manito, n.º 93 – 1.º Esq., em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 123, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 4.

95. Deliberação n.º 705/2022 – Proposta n.º 547/2022 – DAF/DICONT/SERGEPI – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Gil Eanes, n.º 12 – 5.º Dto., em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 124, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 4.

96. Deliberação n.º 706/2022 – Proposta n.º 548/2022 – DAF/DICONT/SERGEPI – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua de S. Joaquim, n.º 17 – 2.º Dto., em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 125, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 4.

97. Deliberação n.º 707/2022 – Proposta n.º 549/2022 – DAF/DICONT/SERGEPI – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua das Laranjeiras, Lote 67 – 3.º Frente, Quinta da Amizade, em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 126, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 4.

98. Deliberação n.º 708/2022 – Proposta n.º 550/2022 – DAF/DICONT/SERGEPI – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua dos Planetas, n.ºs 7 e 7A, em Azeitão

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 127, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 4.



99. Deliberação n.º 709/2022 – Proposta n.º 551/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Camilo Castelo Branco, n.º 152 – 1.º Esq., em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 128, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 4.

100. Deliberação n.º 710/2022 – Proposta n.º 552/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua do Maltalhado, n.º 23 – 3.º Dto., em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 129, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 4.

101. Deliberação n.º 711/2022 – Proposta n.º 553/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Largo José Joaquim Cabecinha, n.ºs 7, 8, 9 e 10 e Av. Bento Jesus Caraça, n.ºs 79, 81 e 83 – 1.º Esq., em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 130, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 4.

102. Deliberação n.º 712/2022 – Proposta n.º 554/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Loteamento Nova Imagem - Bela Vista, Lote 1 – 3.º Esq., em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 131, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 4.

103. Deliberação n.º 713/2022 – Proposta n.º 555/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua José Augusto Coelho, n.º 35, em Azeitão

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 132, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 4.

**104. Deliberação n.º 714/2022 – Proposta n.º 556/2022 – DAF/DICONT/SERGE P –
Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Avenida Infante D. Henrique, n.º 16 – 3.º Dto., em Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 133, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 4.

**105. Deliberação n.º 715/2022 – Proposta n.º 557/2022 – DAF/DICONT/SERGE P –
Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Avenida Alexandre Herculano, n.º 14 - 7.º Esq., em Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 134, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 4.

**106. Deliberação n.º 716/2022 – Proposta n.º 558/2022 – DAF/DICONT/SERGE P –
Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Rua das Giestas, n.º 9, em Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 135, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 4.

**107. Deliberação n.º 717/2022 – Proposta n.º 559/2022 – DAF/DICONT/SERGE P –
Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Avenida D. Manuel I, n.º 39 – 1.º Esq., em Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 136, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 4.

**108. Deliberação n.º 718/2022 – Proposta n.º 560/2022 – DAF/DICONT/SERGE P –
Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Avenida 22 de Dezembro, n.º 23 – 4.º Dto., em Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 137, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 4.

109. Deliberação n.º 719/2022 – Proposta n.º 561/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Gil Eanes, n.º 21 – 3.º Dto., em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 138, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 4.

110. Deliberação n.º 720/2022 – Proposta n.º 562/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Sítio das Casas Amarelas, Vale Mulatas, Urbanização Jardins de Santiago n.º 62, em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 139, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 4.

111. Deliberação n.º 721/2022 – Proposta n.º 563/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Brejos de Azeitão, Lote 14, em Azeitão

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 140, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 4.

112. Deliberação n.º 722/2022 – Proposta n.º 564/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta Carlos da Costa Frescata, n.º 5 – 4.º Esq., em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 141, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 4.

113. Deliberação n.º 723/2022 – Proposta n.º 565/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Madalena Claro, Lote 85 – R/C Dto. – Urbanização do Bairro Afonso Costa, em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 142, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 4.



114. Deliberação n.º 724/2022 – Proposta n.º 566/2022 – DAF/DICONT/SERGEPI – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Alfredo Lima, n.º 3 - R/C Dto., em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 143, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 4.

115. Deliberação n.º 725/2022 – Proposta n.º 567/2022 – DAF/DICONT/SERGEPI – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Madalena Claro, Lote 85 – Garagem 3 – Urbanização Bairro Afonso Costa, em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 144, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 4.

116. Deliberação n.º 726/2022 – Proposta n.º 568/2022 – DAF/DICONT/SERGEPI – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Bento Gonçalves, n.º 25 – 2.º D em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 145, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 4.

117. Deliberação n.º 727/2022 – Proposta n.º 569/2022 – DAF/DICONT/SERGEPI – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Nossa Senhora do Amparo, n.º 16 – 1.º F, em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 146, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 4.

118. Deliberação n.º 728/2022 – Proposta n.º 570/2022 – DAF/DICONT/SERGEPI – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Zófimo Ramos Luz, n.º 9 – 2.º D, em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 147, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 4.

**119. Deliberação n.º 729/2022 – Proposta n.º 571/2022 – DAF/DICONT/SERGE –
Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Rua da Camarinha, n.º 16 - R/C Dto., em Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 148, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 4.

**120. Deliberação n.º 730/2022 – Proposta n.º 572/2022 – DAF/DICONT/SERGE –
Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Largo Alberto Mendes Fialho, n.º 5 - 2.º C, em Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 149, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 4.

**121. Deliberação n.º 731/2022 – Proposta n.º 573/2022 – DAF/DICONT/SERGE –
Aquisição de parcela de terreno, sita em Rua General Daniel de Sousa,
União de Freguesias de Setúbal**

Sr. Presidente – Apresentou a proposta [conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 150 e 151] e disse que os serviços tinham verificado a necessidade da instalação de uma paragem de autocarros de transportes públicos e tinha sido identificado o local. Tinha sido feito, através dos serviços, um pedido de avaliação do custo da parcela. Essa proposta, que era de uma indemnização na ordem dos 26.088 euros, tinha sido apresentada ao proprietário, que tinha considerado que não era um valor suficiente, pela sua avaliação e, portanto, tinha dito para a Câmara Municipal apresentar outra proposta.

Entretanto, passados alguns dias, o mesmo proprietário tinha-se dirigido aos serviços da Câmara, fazendo ele próprio uma proposta em que propunha que o Município pagasse, em vez de 26 mil euros, de acordo com a avaliação, pagasse 30 mil euros.

Acontecia que esse espaço tinha uma área de 267 metros quadrados e tinha um valor patrimonial tributário da ordem dos 30.150 euros. Tendo em conta esses factos, para não haver outros custos associados - era um processo de expropriação -, a Câmara Municipal entendia aceitar a proposta do proprietário, no valor de 30 mil euros.

Portanto, propunha-se que a Câmara Municipal deliberasse adquirir a parcela de terreno sita na Rua General Daniel de Sousa pelo valor de 30 mil euros, através da celebração de escritura de compra e venda e, portanto, uma negociação amigável.

Sr. Vereador Fernando Negrão – Disse que não se iria referir àquilo que era a avaliação, mas, sim, ao velho triângulo de terreno que vinha na proposta, que tinha 276 metros quadrados. Aquilo era um velho triângulo, que já tinha sido “stand” de automóveis e tudo. Já tinha sido várias coisas ao longo dos anos e subsistia ali, sem se saber bem o que se lhe haveria de fazer, durante todos esses anos.

Acontecia que estava situado numa zona em que, nas horas de ponta, especialmente – era durante o dia inteiro, mas, especialmente, nas horas de ponta -, em que eram desligados os semáforos, em que o trânsito era uma coisa perfeitamente quase caótica.

Perguntava como é que esse triângulo iria comportar uma paragem de autocarro, com o movimento normal dos autocarros, da saída e de entrada das pessoas, numa zona que, em

termos de trânsito, tinha essas características e em que, portanto, isso só teria um resultado, que seria agravar ainda mais o problema do trânsito ali.

Perguntava se isso tinha sido tido em conta, ou não, e se se tinha arranjado uma solução de maneira a não prejudicar ainda mais o trânsito ali. Aquele triângulo de 276 metros quadrados comportava a possibilidade de uma reentrância, para que o autocarro parasse e as pessoas entrassem e saíssem? Tinha dificuldade em ver que isso fosse possível, mas perguntava e ficava a pergunta feita.

Sr. Presidente – Disse que, naturalmente, era uma proposta dos serviços. Os serviços avaliavam essas situações e, portanto, não estava em condições de aprofundar muito essa discussão, mas o problema da ligação ao cruzamento à outra rua, de cujo nome não se lembrava, era que a paragem era no sentido inverso, era em frente, naquela rua que subia lá para cima, para a Reboreda, a Rua de Brancanes.

A paragem que se estava a propor era no lado contrário a essa viragem e, portanto, o trânsito era no sentido contrário ao engarrafamento que o senhor vereador tinha referido. Mas só podia dizer isso, tecnicamente não conhecia quais tinham sido os estudos que tinham sido feitos.

Queria aproveitar para se referir a essa questão que o senhor vereador tinha levantado, relativamente, então, à Rua de Brancanes. Era um problema havia muito tempo e, naturalmente, o trânsito ia aumentando na cidade e ia criando esses pontos de conflito, que tinham vindo a resolver eliminando semáforos, para não fazer o pára-arranca, e, portanto, criando melhores condições, até ambientais e de saúde, para a população, com um “apaziguar” do funcionamento do trânsito.

Naquele caso, tinha um semáforo, que era para garantir a entrada e a saída de veículos na Rua de Brancanes. Tinha vindo a ser estudada uma alternativa para que aquele cruzamento pudesse ser resolvido e não criasse problemas, porque ficava junto à rotunda e ficava junto a uma entrada da cidade, onde confluiu todo o tráfego que vinha de Azeitão, mas não só de Azeitão, e todo o tráfego que vinha da Baixa de Palmela, que, não tendo outra alternativa, procurava entrar na cidade através daquela rotunda.

Uma parte desse problema iria ser resolvido com aquela obra que estava a decorrer na Rua dos Arcos, em que se propunha, a partir da própria rotunda - daquela rotunda a que chegava o trânsito da Baixa de Palmela e da Avenida da Europa -, a possibilidade de o tráfego entrar diretamente daquela rotunda para a Rua dos Arcos e chegar mais rapidamente ao centro da cidade e, portanto, não fazer tanta pressão na outra rotunda, que era aquela que vinha de Azeitão.

Isso seria uma forma de ir regulando os fluxos de tráfego, mas tinham a outra responsabilidade e o outro estudo que estava a ser feito, para que não houvesse viragens em sentido contrário à circulação do tráfego para ter acesso à Rua de Brancanes. Portanto, nesse sentido, estava a fazer-se um estudo da localização de uma rotunda no outro cruzamento abaixo - não conhecia, também, o nome da rua -, aquele que ligava à Rua Alves da Silva. Criando uma rotunda nesse espaço permitiria que os carros que pretendiam circular no sentido contrário, em vez de circularem em mão quando entravam e quando saíam da Rua de Brancanes, poderem fazer alteração do sentido nas duas rotundas, uma na chamada Rotunda das Oliveiras e outra na futura rotunda a construir ali.

Era dessa forma que o tráfego circulava sem fazer atravessamentos na via, porque era isso que prejudicava a fluência do tráfego naquela zona, sobretudo nas horas de ponta. Por isso é que estava lá um sinal intermitente, que obrigava a que, nos períodos das horas de ponta, se fizesse uma circulação em tempo maior para quem entrava na cidade e, portanto, fazendo com que as filas não chegassem muitas vezes ao Grelhal, na Estrada Nacional 10. Algumas vezes, por razões que tinham a ver com as tecnologias, o sinal ou o relógio não funcionavam e tínhamos engarrafamentos pela Estrada Nacional 10.

O que se estava a fazer era esse estudo, mas, esse estudo, para se instalar uma rotunda naquele local implicava a aquisição ali de algum terreno, também, e, até, algum edificado. Era isso que estava a ser estudado, tendo em conta os custos desse edificado, numa zona

daquelas da cidade. Portanto, era isso que estava a ser feito. Esse trabalho estava a ser feito, isso estava a ser estudado, mas, da informação que tinha, os custos envolvidos mereciam uma ponderação maior por parte da Câmara Municipal, para resolver esse problema, mas estava a ser estudado e, portanto, pretendia-se encontrar uma solução.

Relativamente à questão da paragem, o que podia dizer ao senhor vereador era que, de facto, a paragem se situava em frente da Rua de Brancanes. Não era bem em frente, era um bocadinho mais à frente, para quem ia da cidade para fora. Naquele momento, a paragem estava na bomba da gasolina e era precisamente para a tirar dessa zona.

Pedia desculpa à senhora vereadora que tinha esse pelouro e essa área, por se estar a adiantar, mas, como conhecia o processo havia alguns anos, tinha-se atrevido a intervir sobre a matéria.

Sra. Vereadora Rita carvalho – Disse que não era só uma questão adicional relativamente à localização da paragem. A paragem, naquele momento, estava localizada na zona do posto de abastecimento de combustíveis da Repsol, que não tinha condições nem de estadia nem de segurança e os autocarros, sempre que tinham que permitir a entrada ou saída de passageiros, paravam na faixa de rodagem.

A aquisição daquele terreno permitiria a criação de uma bolsa recuada relativamente à faixa de rodagem, para que os autocarros não inibissem a circulação do trânsito.

Relativamente às restantes questões de circulação e de fluidez automóvel, já tinham sido bem esclarecidas pelo Sr. Presidente.

Sr. Vereador Fernando Negrão – Perguntou ao Sr. Presidente se aquele terreno se situava na Rua General Daniel de Sousa e se era aí que iria ser construída a paragem de autocarros e não na Rua de Brancanes.

Sr. Presidente – Disse que era na Rua General Daniel de Sousa e em frente à Rua de Brancanes, mas, como a senhora vereadora tinha dito, esse terreno permitiria que os autocarros saíssem fora da via e, portanto, era uma situação mais cómoda para a circulação do tráfego.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

122. Deliberação n.º 732/2022 – Proposta n.º 06/2022 – DRH – 1.ª Alteração ao Mapa de Pessoal aprovado para o ano de 2022

Sra. Vice-Presidente – Apresentou a proposta [conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 152 e 153] e disse que se tratava da 1.ª Alteração ao Mapa de Pessoal aprovado para 2022 e que iria fazer um resumo da proposta. Vinham solicitar à Câmara autorização para poderem fazer uma alteração ao mapa que já tinha sido aprovado para o ano 2022, pois tinham identificado necessidades que não tinham sido colocadas no mapa inicial. Propunham à Câmara Municipal que deliberasse aprovar e autorizar a criação dos postos de trabalho que individualizavam por carreira e categoria.

Para os recrutamentos destinados à ocupação dos postos de trabalho criados no Mapa de Pessoal era fixado o montante máximo de 686.126,97 euros, nas rubricas "*Pessoal dos quadros - Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas – Novos postos de trabalho*". Mais se propunha a aprovação e a submissão à Assembleia Municipal.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que a pergunta que cabia fazer era se esses postos de trabalho identificados, que estavam em falta no mapa de pessoal, eram postos de trabalho de que, efetivamente, naquele momento, existia uma lacuna - e, portanto, existindo uma lacuna, não havia trabalhadores, naquele momento, a fazer essa função e cabia ali criar esses

lugares no mapa de pessoal, para, depois, abrir os respetivos concursos - ou se estavam a falar de identificação da necessidade de abrir esses postos de trabalho no mapa de pessoal, mas, naquele momento, essas funções, essas atividades, não estavam no quadro dessa lacuna, estavam a ser asseguradas.

Portanto, queria saber se era uma situação que tinha sido identificada e era nova, era necessário contratar trabalhadores, ou se existiam, naquele momento, trabalhadores com falsos recibos verdes a exercer esse tipo de funções.

Sra. Vice-Presidente – Disse que aquilo que podia dizer, em relação a essa questão, era que tinha a ver com concursos que já tinham sido abertos em outubro de 2020 e que, no essencial, algumas dessas referências tinham ficado aquém daquilo que tinham sido os postos de trabalho identificados na altura.

Podia dar como exemplo a questão dos concursos de asfaltadores, de calceteiros, de motoristas de pesados, de pedreiros e de tratoristas. Tinham aberto os procedimentos e podia dar, como exemplo, a referência de tratorista, em que não tinham tido qualquer candidato no procedimento concursal; por exemplo, na referência de motoristas de pesados, que tinham aberto para 16 postos de trabalho, apenas tinham concorrido 5 pessoas, 2 tinham desistido e tinham ficado com 3 pessoas, que tinham ficado classificadas e que tinham entrado nos quadros da Câmara Municipal, quando a necessidade anteriormente identificada tinha sido de 16; no caso dos pedreiros, tinham aberto concurso para 16 lugares - havia 16 necessidades - e só tinham obtido 10 candidatos para esse concurso, sendo que, nesses casos, não havendo tão pouco lugar a bolsa de recrutamento, a gestão dos recursos humanos ficava comprometida.

Daí haver necessidade de voltar a colocar esses postos de trabalho no mapa de pessoal e poderem insistir na abertura desses procedimentos concursais, para poderem dar cumprimento àquilo que eram as suas obrigações.

Relativamente à questão que o Sr. Vereador Fernando José tinha colocado, efetivamente, quando a Câmara abria os procedimentos e eles ficavam desertos ou ficavam sem candidatos, a Câmara procurava sempre maneira de conseguir realizar as tarefas. Algumas dessas funções estavam a ser asseguradas através de prestações de serviço, como já haviam explicado na reunião anterior.

Sr. Presidente – Disse que a Sra. Vice-Presidente tinha sido bem clara quanto àquilo que estava ali em causa. Era sempre um problema. Para além da necessidade de renovar o quadro de pessoal e, portanto, substituir trabalhadores, tratava-se, na grande maioria dos casos que ali estavam, de categorias de trabalhadores que não tinham concorrentes e, não tendo concorrentes, era preciso que todos soubessem porque é que não tinham concorrentes. Não tinham concorrentes porque os salários que estavam disponíveis, que eram os salários que estavam estabelecidos no quadro legal, não eram salários que motivassem as candidaturas dos trabalhadores.

Mas, como a Câmara Municipal necessitava desse trabalho, recorria, naturalmente, a contratos de prestação de serviços temporariamente, para, depois, abrir os concursos. Porque é que não concorriam, depois, aos concursos? Porque, estando numa situação de prestação de serviços, os trabalhadores, quando lhes aparecia um emprego fora daqui - e, portanto, com rendimentos muito superiores - estavam mais disponíveis para integrar e corresponder a essas necessidades de trabalho, designadamente em empresas privadas.

Portanto, isso era como estava o mercado de trabalho e como as câmaras municipais tinham de procurar sempre encontrar as melhores formas que o quadro legal permitia para dar resposta às necessidades das populações, designadamente nesses serviços, que eram serviços essenciais que prestavam às populações.

De facto, nessas condições era muito difícil ter aqui trabalhadores a integrar. Portanto, iam procurando com regularidade abrir os concursos, mas o quadro era esse, não era um quadro novo, era um quadro que se ia repetindo, porque, de facto, existiam essas dificuldades.



Sr. Vereador Fernando José – Disse que agradecia os esclarecimentos da Sra. Vice-Presidente. Tinha ficado esclarecido, mas não tinha percebido o que o Sr. Presidente tinha dito. O recurso a essa prestação de serviços fazia com que os trabalhadores tivessem um vencimento superior? Não tinha sido isso que tinha dito? Porque o vencimento que vinham com um contrato de prestação de serviços - continuava a dizer e a afirmar que eram falsos recibos verdes -, aquilo com que vinham para a Câmara Municipal, era ter um vencimento igual aquele que os trabalhadores teriam se tivessem um contrato a termo certo. Isso era certo? Era correto?

Sr. Presidente – Disse que era isso mesmo, tinha sido isso que tinha dito. Não tinha falado do aumento de vencimento, o que tinha dito tinha sido que esses trabalhadores, quando procuravam, aceitavam vir numa prestação de serviços, porque mais facilmente, quando o mercado, as empresas, procuravam trabalhadores e ofereciam salários maiores, eles tinham mais facilidade em ir para lá. Se estivessem num quadro de pessoal a situação era mais complicada e, portanto, preferiam ficar nessa situação da prestação de serviços, porque, a qualquer momento, optavam por ir para as empresas, pelas ofertas de emprego que eram feitas pelo setor privado, onde os salários eram superiores àqueles que auferiam no quadro legal da Administração Pública.

O Sr. Presidente colocou a proposta à votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

123. Deliberação n.º 733/2022 – Proposta n.º 06/2022 – DEB/DIAPE – Apoio financeiro aos Agrupamentos de Escolas para aquisição de material de desgaste referente ao ano 2021/2022

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 154, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente pôs a proposta à votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

124. Deliberação n.º 734/2022 – Proposta n.º 07/2022 – DEB/DIAPE – Apoio financeiro aos Agrupamentos de Escolas do Concelho para despesas de funcionamento – Manutenção e reparação de equipamentos de cozinha, referente ao ano 2021/2022

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 155, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente pôs a proposta à votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

125. Deliberação n.º 735/2022 – Proposta n.º 08/2022 – DEB/DIAPE – Apoio financeiro aos Agrupamentos de Escolas para visitas de estudo, referente ao ano 2021/2022

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 156, não tendo havido discussão sobre a mesma.



O Sr. Presidente pôs a proposta à votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

126. Deliberação n.º 736/2022 – Proposta n.º 09/2022 – DEB/DIAPE – Apoio Financeiro no âmbito da Ação Social Escolar (Refeições, Atividades de Animação e de Apoio à Família) no ano letivo 2021/2022

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 157, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente pôs a proposta à votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

127. Deliberação n.º 737/2022 – Proposta n.º 12/2022 – DOM – Empreitada CP 06/2021 – “Reabilitação da rede de água em Azeitão – 1.ª Fase”: Prorrogação do prazo - Auto de medição de trabalhos – Homologação

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 158 a 160, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente pôs a proposta à votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

128. Deliberação n.º 738/2022 – Proposta n.º 13/2022 – DOM - Empreitada CPU50/17/DOM – “Intervenção de natureza estrutural para evitar derrocadas na encosta do Forte de S. Filipe” – Fase 1 - Auto de liquidação – Homologação

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 161 a 163, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente pôs a proposta à votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

129. Deliberação n.º 739/2022 – Proposta n.º 01/2022 – DCDJ/DICUL – Protocolo de Colaboração entre o Município de Setúbal e o Coral Infantil de Setúbal

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 164 a 166.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que aquelas propostas de protocolo eram trazidas à reunião da Câmara, daquela vez com o protocolo e o plano de atividades anexos. Saudavam o facto de as propostas trazerem esse plano de atividades em anexo, mas isso deixava-lhes alguma perplexidade, relativamente à forma como uns eram apoiados e outros eram menos apoiados.

Entendiam que não deviam nivelar por baixo, podiam nivelar por cima e, portanto, aquilo que estava nivelado por cima, no que respeitava aos apoios, aceitavam e concordavam, nada tinham a apontar, mas cabiam ali alguns esclarecimentos, relativamente a esses apoios na cultura, que tinham que entender. Relativamente a uns tínhamos um tipo de apoio e

relativamente a outros tínhamos outro tipo de apoio. Se, no Desporto, embora discordando da matriz, havia uma situação que se percebia, porque existia uma matriz, aquilo que não entendiam era como é que era feito a nível de Cultura

Perguntava ao senhor vereador que critérios é que eram utilizados para a atribuição de apoios financeiros, naquele caso com valores tão divergentes. Por exemplo, a Associação Setúbal Voz tinha tido um apoio – e bem - da Câmara Municipal de Setúbal, de 9 mil euros. Era um apoio que até ia além disso, porque existia, por parte da Câmara, também – e isso também tinha que ser contabilizado, o senhor vereador corrigi-lo-ia se fosse caso disso - a cedência de espaços.

Essa cedência de espaços, que também ia ali, à reunião da Câmara, também se contabilizava e, portanto, o apoio à Setúbal Voz não ficava nos 9 mil euros, era acima desse valor - e muito bem. Portanto, quando a proposta ali viesse, relativamente ao Setúbal Voz, se os valores se mantivessem ou fossem superiores, os vereadores do Partido Socialista estariam disponíveis, novamente, para votar favoravelmente, como sempre tinham feito.

Já não conseguiam perceber como é que o Coral Infantil de Setúbal ficava pelos 2.500 euros. Não conseguiam perceber, porque, tal como era dito na proposta, era *“uma marca cultural inigualável e que se tem destacado em eventos a nível nacional, privilegiando a formação profissional na infância”*. Portanto, não conseguiam perceber essa diferença entre valores que eram atribuídos a uma instituição, e bem, e a outra, na opinião deles, mal.

Mas, depois, adiantando-se, a proposta que vinha a seguir, do apoio ao Coral Luísa Todi, ainda mais espantados os deixava, porque o apoio ao Coral Luísa Todi ficava pelos 1.500 euros. Portanto, isso queria dizer que a Setúbal Voz, e bem, recebia 9 mil euros - tinha sido esse o apoio -, depois o Coral Infantil de Setúbal, 2.500 euros, e, depois, vinha o Coral Luísa Todi, com 1.500 euros. Também não concordavam, a não ser que o Sr. Vereador ali conseguisse explicar o porquê dessa diferença.

Era uma *“luta”* que tinham - umas vezes era-lhes enviado, outras não -, que tinha a ver com os documentos anexos: *“Comproven o Plano de Atividades, a execução do Plano de Atividades anterior”*. Havia um protocolo com uma instituição e, depois, nunca tinham conhecimento de como é que tinha sido cumprido esse protocolo, se tinha sido na totalidade ou se não tinha sido. Acreditavam que sim, até porque acompanhavam as instituições, mas seria bom que os vereadores tivessem esse conhecimento depois.

Pensavam que não, mas perguntava se existia uma matriz de apoio financeiro que definisse com objetividade os critérios de atribuição de apoios financeiros à atividade regular anual dessas instituições? Iria ficar só até ao Coral Luísa Todi, não iria mais além. Depois, teriam outras dúvidas.

Ficava por ali, porque, sem essas explicações do senhor vereador iriam fazer uma proposta, recorrendo ao n.º 4 do artigo 28.º do Regimento, para que aquelas propostas fossem alteradas no seu valor, nomeadamente para o Coral Infantil de Setúbal e, também, para o Coral Luísa Todi, porque não podiam permitir, enquanto vereadores, sem uma explicação, que a uns fosse atribuído um determinado valor - e bem - e a outros esse valor não seja atribuído, até porque reconheciam ao Coral Luísa Todi, ao Coral Infantil de Setúbal e ao Setúbal Voz um excelente trabalho. Todas essas instituições faziam um excelente trabalho no concelho e mereciam ser apoiadas de forma igual.

Sra. Vereadora Sónia Martins – Disse que, relativamente às questões que tinham sido ali colocadas, também elas eram algumas das dúvidas deles. Aliás, já em tempos anteriores tinha levantado a questão dos critérios para a atribuição de apoios. Iria levantar a discussão antes de serem apresentadas as restantes propostas, porque achava que poderia ser mais eficiente do ponto de vista da própria reunião, para poderem ser esclarecidos.

Queria ressaltar que não estava em questão nenhuma das colaborações que eram mencionadas, antes, pelo contrário. No entanto, tinha feito um quadro comparativo, no que dizia respeito, por exemplo, ao teatro, e não conseguia, de todo, compreender qual era a diferença dos valores. Podiam deixar o TAS um pouco de lado, por ser uma entidade de

utilidade pública e ter uma proposta de atribuição de 100 mil euros e iria passar às outras três propostas, ao GATEM, ao Teatro Estúdio Fontenova e ao Teatro do Elefante.

Não conseguia perceber. Havia uma proposta de 10 mil euros para o GATEM, havia uma proposta de 36.500 euros para o Fontenova e uma proposta de 15 mil euros para o Teatro do Elefante. Não conseguia perceber essa diferença.

Tinha tentado perceber através das instalações e nenhuma estava em pé de igualdade, no que dizia respeito a isso. O TAS, por aquilo que tinha podido apurar, tinha instalações cedidas pela Câmara, o Teatro do Elefante tinha instalações cedidas pela Junta de Freguesia de São Sebastião, o Teatro Estúdio Fontenova tinha um aluguer a um privado e o GATEM não tinha espaço, atualmente estava num espaço cedido pelo Clube de Futebol “Os Sadinós”.

Não conseguia perceber qual tinha sido, de facto, esse critério e porque é que havia uns que recebiam 100 mil euros, outros recebiam 15 mil euros, outros 36.500 euros e outros 10 mil euros.

Achava que deveriam, também, pensar em uniformizar aquele tipo de protocolos. Por exemplo, tinha visto no protocolo do Teatro Estúdio Fontenova que a cláusula 4.ª não tinha o n.º 5 dos protocolos que tinham as restantes companhias.

Portanto, de facto, era tentar perceber. Tinha ido até ao ano de fundação, ao número de tranches. Tinha feito algum esforço para compreender aquelas propostas, mas, de facto, não conseguia chegar lá e tinham que ser justos, porque todos eles desenvolviam um trabalho importante na cidade, para a cultura, e, mais do que nunca, tinham que ser imparciais e demonstrar que o nosso apoio era incondicional, mas era, acima de tudo, justo.

Sr. Vereador Pedro Pina – Disse que agradecia as questões que tinham sido colocadas, quer pelo senhor Vereador Fernando José, quer pela senhora Vereadora Sónia Martins. Eram questões pertinentes, questões válidas, questões que mereciam a atenção deles, e às quais iria tentar, quanto lhe era possível dar respostas.

Disse que ia responder por partes, porque o Vereador Fernando José, a propósito da questão daquela primeira proposta, tinha sectorizado sobretudo às questões mais ligadas aos corais. Deixou nota que haveria uma intervenção relativamente ao teatro.

A senhora Vereadora tinha adiantado um bocadinho para uma segunda fase de questões.

Havia uma matéria em que estavam todos de acordo, o apoio que era dado era claramente insuficiente, reconhecidamente era insuficiente. Nenhuma das instituições e nenhum dos valores que ali tinham trazido, àquela Câmara Municipal, era também o dinheiro, e o valor que gostariam de apoiar. Mas o dinheiro era finito. Tinham um orçamento, tinham limitações orçamentais e tinham que ter, tanto quanto lhes era possível, critérios.

O senhor Vereador Fernando José tinha colocado ali uma questão que era: *“para o desporto embora haja uma discordância do Partido Socialista, mas enfim há uma matriz, e, portanto, é mais fácil avaliar e até mais visível avaliar, os termos comparativos”*. Na cultura, relativamente ao teatro, tinham uma matriz para construir os apoios, relativamente às outras matérias, tinha a ver com outros critérios, mas era muito mais difícil e complexo, e mais subjetivo criarem grelhas de avaliação, sobretudo quando falavam numa diversidade de oferta cultural, do que por comparação com o desporto. Era mais fácil medir, objetivamente, não queria dizer que não fosse possível, mas era mais fácil medir.

Era óbvio que os apoios eram dispare, e era óbvio que os apoios não eram iguais, até poderiam dizer que achavam que deveriam ser invertidos. Na intervenção do Senhor Vereador Fernando José, provavelmente num segundo momento diria, se a proposta seria comparar por igual todos os corais, não tinha depreendido isso das palavras que lhe tinha trazido ali, mas pelo menos criar equilíbrios.

Na verdade, no que dizia respeito àquela primeira proposta e às consequentes, nomeadamente aos corais, obviamente, que os serviços da Câmara Municipal, e deixou a nota para transmitir aos vereadores, que sem prejuízo das demais questões, todas as propostas de apoio trazidas naquele dia às instituições tinham sido conversadas e previamente apresentadas àquelas mesmas instituições. Não havia ali nenhuma proposta que tivesse sido trazida à revelia das instituições, ou que fosse do desconhecimento dessas

mesmas instituições. E tinha sido discutido com elas, em função do seu plano de atividades, em função da sua própria atividade, aqueles mesmos valores. Inclusive, alguns deles, até uma proposta inicial e depois ajustado. Aquela era uma primeira questão que era importante esclarecer, aqueles valores tinham sido discutidos.

Segunda questão, o Senhor Vereador Fernando José, de uma forma sumária ali tinha trazido e, também a Senhora Vereadora Sónia Martins tinha colocado, e que era importante referir, que tinham como critério as condições objetivas em que cada uma daquelas entidades funcionava. E um conjunto de outros apoios, que não estando vertidos naquele protocolo, eram à posteriori de apoios logísticos, de apoios de eventos excecionais, que a Câmara Municipal também trabalhava com aquelas mesmas entidades. Deu um exemplo concreto, era óbvio que o valor apresentado ao Coral Infantil de Setúbal, era um valor que gostariam que fosse muito maior. Era bom recordar, que o Coral Infantil de Setúbal, funcionava numa zona nobre da cidade em instalações municipais. O que poderiam dizer era que aquele valor, eventualmente, deveria também estar vertido, ou poderia estar vertido, para uma análise mais fina e detalhada de quanto era o apoio. Poderiam entrar numa discussão que seria muito prolongada, se quisessem comparar até em termos de valores, daquelas duas entidades a única que não tinha instalações próprias para o seu funcionamento, e continuariam a trabalhar nesse sentido de encontrar soluções, era de facto, naquele momento, o Coro Setúbal Voz. E falou no caso concreto dos corais.

Podendo considerar esse critério, já tinham um critério que lhes poderia permitir dizer porque é que aquela recebia mais e as outras não recebiam.

O Coral Luisa Todi, e questões que já tinham sido ali trazidas, e que tinham vindo a trabalhar com a própria instituição, também tinha, felizmente, desde há muito tempo, instalações próprias onde funcionavam, onde faziam o seu trabalho.

Avaliavam também, em função do próprio plano de atividades, todo um conjunto de propostas e programação que tinham desenvolvido ao longo do ano, no que dizia respeito à questão dos corais.

No meio daquela discussão e no meio daqueles valores e daquela apreciação que era feita no diálogo estreito com as instituições, os serviços e após conversa com as instituições, tinham apresentado aquela proposta. Aquela tinha sido a proposta no que dizia respeito aos corais, e separou a questão do teatro, para ir concretamente responder a essa questão, tinha sido a proposta que tinham trazido. Não era a proposta que queriam trazer, no presente ano, a reunião da câmara, quer no que dizia respeito aos corais, quer no que dizia respeito a todas as atividades, na área da cultura, do desporto, entre outras. Mas era bom que se recordassem que o executivo municipal tinha ficado privado de uma verba substantiva, que entre muitas outras matérias, poderia contribuir para o apoio também daquelas áreas. Os senhores Vereadores poderiam dizer que seriam opções, prioridades, mas a verdade era que o orçamento da Câmara Municipal não tinha crescido. O orçamento da Câmara Municipal era aquele que os senhores conheciam e que, obviamente, também tinha tido consequências. Nessa medida, o princípio que também tinha estado na base da Câmara Municipal tinha sido manter as verbas, não penalizar as instituições perante as dificuldades e as condicionantes que objetivamente a Câmara Municipal tinha que gerir, tentando encontrar equilíbrios.

Como nota disse que, por diferentes vezes, a bancada do Partido Socialista também reconhecia aquela entidade e de seguida também falava da questão do Coral Luisa Todi. Recordou, por exemplo, e mantendo aquele valor, há dois anos atrás, antes da crise pandémica, a Câmara Municipal de Setúbal tinha apoiado num projeto excecional em quatro mil e quinhentos euros o Coral Luisa Todi, para o espetáculo de Natal, realizado no Fórum Municipal Luisa Todi.

Muitas daquelas instituições, quer na área dos coros e da formação musical, quer em outras áreas, tinham também, muitas das vezes naquela relação estreita com a Câmara, apoios que decorriam da utilização de equipamentos municipais, quer o Fórum Municipal Luisa Todi, quer o Cinema Charlot, quer outros equipamentos, das quais essas mesmas receitas contribuíam diretamente, também para benefício da instituição, como pensava que era compreensível.



Portanto, no conjunto de todas aquelas variáveis, do que dizia respeito aos coros, que a Câmara Municipal, num diálogo estreito, e na avaliação do seu orçamento, atribuía aquelas verbas. O que lhe parecia relevante dizer era que também não era aquele o apoio que objetivamente gostariam de dar e trabalhariam sempre para dar mais. Aquele era o apoio financeiro que apresentavam.

Era bom que os senhores vereadores e a senhora vereadora – o senhor Vereador Fernando José quase que tinha respondido à questão que tinha colocado – percebessem que eram muitos os apoios. O Coral Luísa Todi apresentava ali um valor de mil e quinhentos euros. A título de curiosidade, não estava a cometer nenhuma inconfidência, que a direção do Coral Luisa Todi tinha já um conjunto de agendamentos em que era a Câmara Municipal ia prestar apoio, nomeadamente de transportes e que estava disponível. Isso era um valor que, obviamente, concorria diretamente para o apoio.

Podendo não ser de leitura fácil ou compreensível, naquele protocolo eram muitos os apoios de ordem logística que concorriam para o apoio à entidade, e que também deveriam merecer consideração. Nesse aspeto, poder-se-ia criticar então que se deveriam somar, também, esses apoios de ordem logística, efetivamente poderia ser uma lacuna. Mas a propósito de uma afirmação, não podia concordar com a Senhora Vereadora de que não havia justeza nos valores. Tentava numa avaliação muito larga dos critérios, dos passos utilizados, das utilizações do Fórum Municipal Luísa Todi, dos apoios, dos projetos que muitas vezes eram colocados inclusive à Câmara, a título excecional, para tentar compor um apoio que fosse ao encontro do desenvolvimento daquelas instituições.

Aquelas tinham sido as propostas que tinham trazido, trabalhadas pelos serviços e que colocavam ali à apreciação.

Sr. Vereador Fernando José – Agradeceu as explicações.

Dirigiu-se ao Senhor Vereador e disse que nunca o tinham feito em termos de alteração dos apoios, em 2018 e 2019 não estavam em pandemia, nem sequer tinha existido essa proposta, esse compromisso assumido, relativamente ao IMI, que atualmente servia para explicar tudo. Não o tinham feito em 2017, não tinham feito em 2018, não tinham feito em 2019, não tinham feito em 2020 e não tinham feito em 2021, e iriam fazer em 2022. Acreditava nas suas palavras. Estavam a tempo de fazer e de alterar aquilo que consideravam ser algo que não era sindicável, algo que não conseguiam explicar. Porque acompanhavam o trabalho de Setúbal Voz, que era excelente. Era um excelente trabalho que faziam em Setúbal, acompanhavam o trabalho do Coral Luisa Todi, que também era um excelente trabalho, e acompanhavam o trabalho do Coral Infantil. Portanto, não conseguiam perceber aquela diferença de valores. Até porque aquilo que o Senhor Vereador tinha dito relativamente ao Coral Luísa Todi, acontecia também com o Coral Infantil e também com o Setúbal Voz, os apoios em termos de instalações. O Setúbal Voz, e bem, não tinham as melhores instalações, aliás era algo que muito brevemente teriam de ver, que era a falta de instalações, era algo que sabia que também preocupava o Senhor Vereador e o Senhor Presidente. Já tinham passado 20 anos de gestão CDU em Setúbal, e a verdade era que continuavam com falta de instalações para o Coral, O Setúbal Voz não porque tinha surgido há relativamente pouco tempo, mas tinha essa necessidade. Tinham as companhias a terem essa necessidade, porque os tempos iam mudando, e as necessidades como o senhor Vereador reconhecia iam sendo outras. Mas o Setúbal Voz, apesar das dificuldades e do que representava o espaço que utilizavam, também utilizavam um espaço municipal, embora não tendo as condições, e mereciam ter efetivamente um espaço com condições para a sua atividade diária. Mas aqueles apoios que eram dados a uns, eram dados também a outros. Essas colaborações eram feitas de um lado e do outro.

O que consideravam era que efetivamente o valor daqueles protocolos tinha que ser revisto. No entendimento deles não havia razão, não existiam motivos objetivos para que algo estivesse balizado, e bem, nos nove mil euros e depois se descesse para valores de mil e quinhentos e dois mil e quinhentos euros.

O trabalho que uns e outros desenvolviam tinha que ser reconhecido pela Câmara Municipal no apoio que era dado. E era por isso que se iam ali abster, na proposta do Coral Infantil, na proposta do Coral Luísa Todí, depois iriam à questão do teatro. Porque entendiam que aqueles valores tinham que ser outros. E entendiam que o orçamento iria acomodar perfeitamente alterações que fossem feitas, no sentido de aproximar aqueles valores de apoio. Eram as opções certas, no orçamento municipal.

Aquilo que entendiam era que aquele valor e aquela proposta que estavam a discutir, aquela proposta do Coral Infantil de Setúbal, devia ser revista em termos do valor de apoio.

Depois falariam da proposta do Coral Luisa Todí.

Sr. Vereador Pedro Pina – Disse que aquela era uma discussão que poderiam aprofundar, até num outro critério, havia ali uma questão que tinha que ficar clara, poderiam divergir sobre os critérios, mas como se aquela Câmara Municipal não quisesse apoiar mais as instituições... tinham que ser rigorosos. Dizer que nos dois últimos anos, onde a atividade tinha estado completamente parada, em que aquelas entidades não tinham tido a oportunidade, privando os seus beneficiários, o público, os seus utilizadores, fossem eles as crianças do Coral Infantil de Setúbal, fossem eles os coralistas do Coral Luisa Todí, em que aquela Câmara Municipal tinha mantido exatamente os apoios como se a atividade estivesse a acontecer... achava que era demagógico dizer que não tinham sido cuidadosos nessa matéria. E voltou a dizer que independentemente de querer fazer a apreciação que fazia, era de facto, vontade daquele executivo municipal, chegar mais longe. E seria sempre vontade daquele executivo municipal chegar mais longe. Poderiam fazer demagogia sobre os apoios, bastava ver os critérios que o Governo da República usava...

Intervenção ininteligível

Sr. Vereador Pedro Pina – Disse que não estava a fazer críticas, não era “cá faltava”.

Disse que quando o senhor vereador falava ausentava-se de comentários, agradecia que quando intervinha o senhor, tanto quanto possível, respeitasse a intervenção, se conseguisse, se não conseguisse, não conseguia, mas se conseguisse agradecia.

O que queria dizer era o estabelecimento de critérios, não tinha entidades que recebessem por igual. Quando dizia que não se deveria fazer demagogia era que podiam olhar e dizer que era mais justo dar mais, mas teriam que ter a consciência do que estavam a falar. E tinham que ter consciência, objetivamente dos meios e dos recursos que cada uma daquelas entidades tinham. Se os senhores queriam dizer: *“não, agora para os Corais é tudo nivelado por cima, é tudo igual. Agora para o teatro é tudo igual”*, achava que para além de politicamente os senhores poderem ter entendimentos diferentes, também era justo que tivessem confiança nos serviços da Câmara Municipal e na relação que estabeleciam. Nenhuma entidade, como deveriam calcular, daquelas que ali se apresentava, escamotearia que alguém lhes dissesse que: *“afinal houve lá na Câmara Municipal uns tipos bestiais, que ao contrário de vocês, não vos quiseram dar dois mil e quinhentos euros, quiseram dar cinco mil, seis mil e sete mil, e não quiseram dar outra coisa”*. O que era justo e o que deveria ser dito era o que é que objetivamente era viável dar, ponto um.

Ponto dois, se queriam ter critérios, que era aquilo que os senhores tinham ali batido, então iam apurar e afinar os critérios, e não iam fazer aquilo que o senhor estava a dizer, que era tudo igual. O senhor tinha dito que apoiávamos logisticamente da mesma maneira, não era rigoroso, não apoiavam logisticamente da mesma maneira, havia diferenças. Havia diferenças, quando se considerava que havia instituições que não tinham uma utilização e tinham um espaço próprio que podia rentabilizar, independentemente se conseguiam rentabilizar ou não, mas como deveria ser fácil perceber era diferente avaliarem uma entidade que tinha um espaço próprio, que tinha instalações que eram cedidas pela Câmara Municipal, onde tinha todo o seu trabalho, ou uma instituição que não tinha essas condições. Tinha que haver alguma diferenciação, compensação na análise, no plano de atividades. Os senhores estavam a dizer que tinham analisado o plano de atividades. Questionou se tinham analisado

os planos de atividades e achavam que era tudo igual, achavam que objetivamente era exatamente igual. Se calhar valia a pena, que era para dizerem lá para casa, e dizerem àquelas instituições, que achavam que mereciam exatamente todas o mesmo. Se quisessem ser rigorosos e sérios naquela análise, deveriam dizer que trabalhariam para dar mais. Mas não podiam dizer que devia ser um critério igual. Porque se dissessem que era critério igual, estavam a fazer um entendimento relativamente àquela matéria.

Voltou a frisar, que aquela tinha sido a proposta que os serviços perante as condicionantes que objetivamente tinham apresentaram num diálogo estreito com as instituições, com a afirmação de que aquela era apenas uma parcela do apoio que prestavam àquelas instituições. Tal como o Senhor Vereador tinha dito, acompanhava muito a atividade daquelas instituições sabia que haviam múltiplas formas, que tinham acontecido ao longo dos anos, daquela Câmara Municipal, apoiar as suas instituições que estavam para além do protocolo, e que revertiam e favoreciam o normal funcionamento das instituições. Aquela era uma parte daquele mesmo apoio, versado em protocolo.

Perante aqueles argumentos, não tinha mais argumentos relativamente àquela matéria, obviamente que depois os senhores vereadores se pronunciarão.

Sr. Vereadora Sónia Martins – Disse que não estava ali em causa, nem nunca tinha estado o apoio da Câmara Municipal de Setúbal àquelas instituições, muito menos estava ali em causa o trabalho apresentado pelos serviços, pelo menos da parte deles, nada disso estava ali em causa. Nem sequer, ali tinham dito que o critério devia ser igual. Porque nenhuma das instituições era igual, por isso o critério não podia ser igual.

Quanto à redução de impostos, achava que já tinham ultrapassado essa questão da redução dos impostos. Porque se tivesse, por exemplo, meio milhão de euros para distribuir por aquelas instituições, ele poderia ser distribuído de várias formas. E podiam arranjar formas mais justas e que beneficiassem de igual forma cada uma daquelas instituições. Portanto, não conseguia compreender a redução dos impostos, mas já tinha percebido que ia ser chamada para ser apresentada como argumento em várias questões.

Considerava que deviam, de facto, contabilizar todos os apoios, até para que pudessem perceber, efetivamente, cada uma dessas instituições que apoio é que tinha da Câmara de Setúbal. Tinha que haver humildade de poderem analisar, no sentido de eventualmente chegarem a outros valores, com o mesmo orçamento e ser uma proposta mais justa. Não estava a ser colocado em causa o trabalho de ninguém. Não era isso de todo que queriam.

Não conseguia, por exemplo, perceber e continuava com a mesma dúvida, como é que um Espelho Mágico, que não tinha instalações, que eram da Câmara Municipal, recebia um apoio inferior a todos os outros. A única explicação que encontrava, naquilo que o senhor Vereador tinha dito, era que eles tivessem um apoio excecional da Câmara Municipal de Setúbal, que nenhuma outra companhia de teatro, por exemplo, tivesse. Não conseguia perceber, não estando a colocar em causa o trabalho de ninguém.

Era difícil tomar uma posição sem conseguir compreender, e não conseguia fazê-lo.

Sr. Presidente – Disse que não era fácil, avaliarem o trabalho e o desempenho de cada uma daquelas instituições. Portanto, admitia sempre que aquela justeza era uma procura, mas admitia que ela não fosse alcançada aqui ou ali. Mas não tinha qualquer dúvida que os serviços da Câmara Municipal faziam esse esforço e que os vereadores, os eleitos, procuravam dar resposta no sentido também de corresponder ao trabalho que era realizado, e ao incentivo que também era importante terem para que aquelas instituições pudessem, com esse incentivo, produzir mais, criar mais, e desempenhar melhor o projeto que cada uma tinha.

Disse que era uma situação, do seu ponto de vista, que não era fácil atingir, esse nível de justeza.

Reconhecia que havia situações que podiam ser feitas de outra forma, como a Senhora Vereadora tinha dito, fazer as coisas de variadas maneiras. Admitia que, por exemplo, se tivesse vindo anexo à proposta, no ano anterior não era fácil, porque aqueles anos anteriores

tinham sido atípicos, mas quando atribuíam um apoio ou um subsídio a esta ou àquela entidade, organização ou coletividade, que se tivessem anexado aquilo que tinha sido a atividade desenvolvida por cada uma daquelas instituições e os apoios que tinham sido dados pela Câmara Municipal, que isso podia e poderá vir a ajudar numa avaliação que os senhores Vereadores possam fazer relativamente àquelas situações. Pensava que isso podia vir a ser uma forma, dentro daqueles critérios, sempre discutíveis, de serem o mais justos possível. Os dois anos anteriores não tinham sido um bom exemplo, porque os tempos que tinham vivido não tinham sido tempo de desenvolvimento de atividade para qualquer uma daquelas organizações. Mas poderiam, por exemplo, no ano seguinte, e esperavam que o ano presente passasse a ser um ano já não atípico, juntar quando viessem ali as propostas, aquele relatório da atividade desenvolvida, por cada uma das organizações e os apoios que cada um tinha da parte da Câmara Municipal. E dessa forma ser um pouco mais fácil para os senhores Vereadores avaliarem essa justeza.

Como sempre disse, era muito difícil tomar decisões sobre aquelas matérias.

Não tinha dúvida que muitas daquelas organizações e instituições não tinham instalações capazes de dar respostas às necessidades com que eles viviam e trabalhavam e lhes apresentavam um trabalho de grande qualidade e referência. Pensava que todos o reconheciam. E era nesse sentido que havia um compromisso que tinha assumido, que durante o presente ano, estabelecessem as linhas de orientação para garantir que aquelas instituições pudessem vir a ter instalações próprias, tanto naquilo que se designava como sedes, como naquilo que se designava para os ensaios, por um lado, e por outro lado para a própria apresentação do trabalho final. Esse era um esforço, um compromisso que tinha assumido, e como sabiam tinha sido criado um gabinete destinado a isso. Estavam a fazer esse trabalho, junto dessas entidades, dessas organizações e, com eles também, envolvendo-os na procura de garantir essa estabilidade. Porque do que se tratava ali era, também, de uma questão de estabilidade para essas organizações, para as coletividades, para os vários níveis de entidades, poderem ter estabilidade e terem melhores condições base de partida, para desenvolverem os seus projetos. Esse era um compromisso que tinham.

Era preciso registar que nos últimos seis, sete, oito, dez anos, a sociedade setubalense tinha-se desenvolvido, também naquela dimensão desportiva e cultural e, naturalmente, que aquelas novas associações tinham crescido, desenvolvido outro tipo de atividade e requeriam de maior acompanhamento.

Reconheciam isso tudo, era necessário fazer um trabalho no sentido de criar essa tal situação de estabilidade. Nas propostas que ali iam não tinham esses relatórios e achava que era uma peça importante para a tal avaliação que os senhores Vereadores queriam fazer, naquele momento, não acompanhavam toda aquela relação, que os serviços ao longo dos anos, e os eleitos, na Câmara Municipal, tinham tido com aquelas organizações. Portanto, havia ali dificuldades, admitia, de avaliação. Mas havia algumas questões, como o senhor Vereador tinha referido que era necessário terem em conta. Aquelas propostas que ali estavam eram propostas que eram tratadas, discutidas e propostas às próprias organizações. Sendo assim, pensava que aquilo que era a participação e o envolvimento daquelas instituições estava garantido. Não podiam era dizer que os valores eram todos muito baixos e que deviam ser atribuídos valores superiores. Certamente que o senhor Vereador da Cultura e do Desporto, teria muito gosto e muito prazer em poder distribuir valores de referência superiores, mas isso também não era possível, tendo em conta os orçamentos com que trabalhavam. Como tinha dito, era possível trabalhar no sentido de dar melhores condições àquelas instituições, sobretudo aquelas que não tinham sede, e para além da sede, não tinham espaço para os ensaios, já não falando de equipamentos suficientes, no concelho de Setúbal, para que na representação desse trabalho fosse feita com maior diversidade no que dizia respeito ao concelho. Havia, também, esse compromisso de criar, pelo menos, dois novos equipamentos no concelho com vista a duas salas e, portanto, com as condições necessárias para que aquelas instituições pudessem ter melhores condições para apresentarem o seu trabalho à população de Setúbal, não só na cidade, mas também em outras freguesias do concelho.

Esses eram os compromissos que existiam, havia um trabalho que estava a ser desenvolvido em parceria com aquelas entidades e que iria prosseguir e certamente iria ficar concluído.

As soluções definitivas não se criavam de um dia para o outro. Falavam de soluções definitivas e de encontrar soluções transitórias. Era nisso que estavam a trabalhar, era esse o trabalho que iam prosseguir, apoiando financeiramente as atividades.

Como o senhor Vereador tinha referido, por isso é que salientou a importância daqueles relatórios, havia outras componentes que eram importantes, e que não estavam ali para avaliar, mas que eram importantes. Que era o facto de ter sede, ou não, o facto de a sede ter condições para desenvolverem a sua atividade, ou não ter, o facto de terem apoios para a deslocação, o facto de terem outros apoios por iniciativas que ao longo do ano essas organizações desenvolviam e que tinham outro tipo de apoios, conforme os projetos que eram apresentados e avaliados, e que a Câmara Municipal apoiava. Portanto, faltava esse leque de informação, estava de acordo, para uma melhor ponderação e avaliação da tal justeza que era sempre difícil de alcançar, tendo em conta o trabalho que estava ali em avaliação.

Considerava que, nas atuais condições em que estavam a trabalhar, aquelas propostas eram as propostas mais adequadas, aquelas considerações que tinha feito, para aquele início de mandato e de ano e estavam convencidos que seria o final dos tempos da pandemia, e que aquela recuperação da atividade seria possível.

Sr. Vereador Fernando Negrão – Disse que, das intervenções que tinha ouvido, não tinha ouvido ninguém a pedir um aumento da parte orçamental no que dizia respeito àqueles apoios financeiros, porque com o mesmo dinheiro, podiam fazer-se distribuições diferentes. A sensação que tinha era que tanto da parte do Partido Socialista, como da parte deles, era isso que pretendiam. Pretendiam redistribuir o dinheiro de uma forma diferente, sem aumentar significativamente o orçamento.

Viam com alguma simpatia, em termos críticos, a ideia de um tratamento diferenciado que era feito ao Coral Infantil de Setúbal e ao Coral Luísa Todi, o mesmo acontecendo na intervenção feita por eles, relativamente ao teatro. Achavam que havia “décalage”, diferenças demasiado grandes entre o que se dava a uns e o que se dava a outros. Isso criava, sem eles quererem, nos destinatários e naqueles que andavam à volta, um sentimento de injustiça. Porque é que um recebia dez mil e outro recebia mil?

O senhor Presidente tinha dito uma coisa importante, havia uma parte de informação que não tinham e deviam ter essa parte da informação, para saberem se estavam a agir com a justiça que referia ou não. Havia outra circunstância que era importante: Em setembro do ano anterior tinha havido eleições autárquicas e os resultados não tinham dado maioria a ninguém. Os setubalenses o que tinham dito tinha sido: *“os senhores agora vão trabalhar e entendam-se, para bem da cidade e dos setubalenses”*. Tinha sido essa a mensagem que os setubalenses lhes tinham dado.

Estavam a ser permanentemente confrontados com propostas em que não havia a mínima margem de negociação, relativamente ao conteúdo das mesmas, e essa negociação era fundamental para levarem a cabo um trabalho que contemplasse todas as sensibilidades políticas que tinham sido eleitas para a Câmara Municipal.

Por esse motivo fazia um apelo ao senhor Presidente, no sentido de conversarem mais. Tinham que ter mais informação, porque a Câmara era gerida por todos, pela CDU, pelo PSD e pelo PS, e era isso que os setubalenses estavam à espera que fizessem.

Fez um apelo ao senhor Presidente, para não só fornecer toda a informação que fosse importante, principalmente naquelas situações, em que a justiça se colocava com mais equidade, mas que também falassem mais e que tivessem mais oportunidade para discutirem aquelas matérias mais sensíveis.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que sem se esquecerem que estavam ainda na proposta de apoio ao Coral Infantil de Setúbal, mas fazia sentido a discussão.

Sr. Presidente – Disse que tinha sido o senhor Vereador que tinha generalizado a discussão.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que sim, e que fazia todo o sentido, mas não esquecendo que estavam naquela proposta.

Cabia-lhe dizer que de 2006 a 2020 a receita de IMI da Câmara Municipal de Setúbal tinha aumentado dezoito milhões de euros, tinha havido um aumento de dezoito milhões de euros, e era bom não esquecer quando falavam na quebra de receita, por devolução às famílias, a verdade é que tinha havido esse aumento.

Disse que nunca os vereadores do Partido Socialista, tinham colocado em causa os serviços da Câmara Municipal de Setúbal, nem em quem preparava aquele trabalho de avaliação do trabalho desenvolvido, mas a decisão era política, e era isso que tinha dito ao senhor Vereador Pedro Pina. A decisão de apoio era política, quem tomava a decisão de colocar, mais ou menos valor na despesa da cultura ou do desporto eram eles, ali na câmara, não eram os serviços, a decisão era política. Portanto, a decisão do apoio era também uma decisão política, eram opções que tinham que ser feitas.

Relativamente à proposta do Coral Infantil, entendiam que era uma proposta, em termos de valor, que devia ser revista para cima, no sentido de apoiarem mais o Coral Infantil. E se não estavam em condições de dizerem se tinha havido, ou não, negociação com o Coral Infantil, não estava naquele momento em condições de dizer se tinha existido, ou não, aquela negociação, essa conversa, esse assumir, não estavam em condições de o dizer, poderia afirmar que não tinha havido nenhuma negociação com o Coral Luisa Todi. Não tinha havido nenhuma conversa sobre os mil e quinhentos euros que eram atribuídos ao Coral Luisa Todi. Tinham reunido com o presidente da direção, e aquilo que lhes tinha sido dito tinha sido que aquele valor lhes tinha sido comunicado.

Dirigiu-se ao senhor Presidente e disse que ainda estavam a falar do Coral Infantil, entendiam que aquela proposta, e o senhor Presidente tinha dito e bem, que tinham que ter ali também um melhor conhecimento em termos da atividade que tinha sido prestada, embora os vereadores do Partido Socialista fizessem esse acompanhamento, enquanto setubalenses, no seu dia-a-dia, participavam nas atividades, e até tinham familiares, amigos, envolvidos nas instituições, era normal que assim fosse, era necessário que esse trabalho de avaliação, feito pelos serviços lhes chegasse e efetivamente não o tinham feito.

De qualquer forma entendiam que aquela proposta do Coral Infantil devia ser alterada, e na proposta do Coral Luisa Todi entendiam que ela já devia ter sido alterada há muito tempo. Não tinham conseguido perceber aquela diferença, e estavam a falar de corais, não conseguiam perceber como é que um Coral Luisa Todi, com os anos que tinha, com a referência que era a nível nacional e internacional e que elevava o nome de Setúbal, acabava por ter um apoio da Câmara Municipal de Setúbal inferior àquele apoio que era atribuído e bem, tinha vindo a ser atribuído em 2018, em 2019, em 2020 e em 2021 um apoio que tinham sido atribuído, e bem, porque faziam um trabalho extraordinário, Setúbal Voz, e tinham acompanhado esse trabalho, e eram uma mais valia no concelho de Setúbal. Não conseguiam compreender como é que estabeleciam uma bitola de nove mil euros de apoio, até ali, e o senhor Vereador também não tinha conseguido explicar, até aquele momento, como é que tinham o Setúbal Voz com nove mil euros e bem e o Coral Luisa Todi com um apoio de mil e quinhentos euros. E isso, não tinham conseguido perceber nem aceitar, e por isso iam fazer também, na proposta seguinte, uma proposta de alteração porque entendiam que não podia haver aquela diferença e aquele tratamento desigual entre instituições que desempenhavam, ambas com excelência, um trabalho na cultura no concelho de Setúbal.

Sr. Vereador Pedro Pina – Disse que ia intervir muito rapidamente, porque a discussão tinha-se alargado e tinham-se colocado as questões dos critérios do teatro. Quanto ao senhor Vereador Fernando Negrão, não era exatamente aquilo que tinha dito. A bancada do Partido Socialista, na intervenção do Vereador Fernando José, tinha dito o que queria, segundo a sua interpretação. Não estavam a falar do valor total. O que estava em causa era pensar a redistribuição. Aquilo que o Partido Socialista estava a dizer era que entendia que deveriam ser todos nivelados, o que significava um aumento substantivo dos valores a atribuir.

De facto, havia ali um “cavalo de batalha” da parte do senhor Vereador Fernando José, relativamente às instituições. Quem não queria ter critério era a bancada do Partido Socialista e insistia que independentemente das razões, os valores teriam que ser determinados.

Voltou a dizer que considerava que tinham que ter critérios distintos, sem prejuízo das análises que poderiam fazer. Podiam sempre pedir mais elementos, o senhor Presidente já tinha dito, ele também assumia a disponibilidade para trazer mais elementos, embora achasse que o que estava ali em causa e era importante perceber, era uma análise relativamente ao plano de atividades, que era anexo àquelas propostas. Podiam querer ter mais elementos que pudessem ajudar a compreensão, mas achavam que era diferente uma entidade que tinha um edificado à sua disposição para gerir, inclusive com um funcionamento de espaços que poderia subalugar e daí também retirar receitas, era diferente de uma outra entidade, como era o caso do Coral Infantil, ou como era o caso de outras que estavam a falar, não eram os mesmos critérios. Tinham que encontrar critérios considerando que não tinham o dinheiro que gostariam de dar.

Relativamente ao teatro, também poderiam pedir critérios, mas não estavam a falar de instituições que tinham exatamente todas a mesma condição. Se não iam começar a fazer uma discussão, que achava que teria apenas outros fins, que não aqueles que os levavam ao estabelecimento de apoios.

O senhor Vereador tinha dito que não tinha havido conversas com o Coral Luísa Todí, todos os apoios que tinham sido ali trazidos tinham sido conversados com as instituições. Se depois tinha sido entendido que não tinham sido aprofundados como entenderam, ou se não foram discutidos....

Intervenção ininteligível

Sr. Vereador Pedro Pina – Disse que não ia entrar nessa discussão. O que poderia dizer e o que poderia garantir era que todas as propostas que ali tinham ido tinham sido conversadas com as instituições. E algumas delas tinham sido dialogadas relativamente aos valores. Isso poderia afirmar, com garantia. Se depois as instituições não tinham dialogado, não tinham querido, ou não tinham dito: “*não, não, olhe eu afinal não quero valor a), quero valor b)*”, não ia entrar nessa discussão. O que dizia era que tinha havido diálogo e que não havia ali nenhuma entidade que pudesse dizer que não tinha conhecimento da proposta que tinham trazido, naquele dia, a reunião da câmara. Podia dizer mais, nenhuma delas tinha dito que: “*nós não queremos esse apoio, se é para levar esse apoio nós não queremos também que seja esse o valor*”. Não tinha havido nenhuma que lhes tivesse dito isso, nenhuma. O que não queria dizer, obviamente, que se tivessem proposto mais que não quisessem mais.

Pediu ao senhor vereador para não se rir, porque tinham que falar verdade.

Uma coisa era dizerem que os apoios não eram aqueles que gostariam de dar, outra coisa era dizerem que as instituições não estavam informadas. Relativamente ao teatro e respondendo à Vereadora Sónia Martins e também à questão que o Vereador Fernando Negrão tinha colocado, lembrou a evolução dos apoios àquelas instituições nos últimos 10 anos.

Disse que não queria estar a falar do passado, mas, sobre os apoios, recordou que, se consultassem as atas, em 2009, por exemplo, a bancada do Partido Socialista tinha proposto a redução do valor que era atribuído ao Festroia, que era o grande certame a que se associava a cidade de Setúbal, mas não iam falar do passado, iam falar do presente.

Presentemente o Partido Socialista queria apoiar mais a cultura, ainda bem, estavam todos de acordo.

Relativamente à matéria do teatro, a Câmara Municipal, no diálogo com as instituições, tinha feito uma matriz, relativamente ao teatro, porque estavam a falar de estruturas profissionais. Quando falavam de estruturas profissionais, falavam de estruturas de pessoas que dependiam diretamente da sua atividade. O objetivo daquele programa era comparticipar financeiramente, naquele apoio.

Para que a atribuição de verbas fosse equilibrada e justa, todas as candidaturas eram sujeitas a uma análise de acordo com os seguintes critérios:

- Número de profissionais efetivos;
- Formação artística;
- Cofinanciamento, ou não, da DGARTES;
- Número de atividades propostas e a sua regularidade;
- Nível de envolvimento com a comunidade;
- Nível de concretização de verbas atribuídas pelo Município de Setúbal no ano anterior;
- Sustentabilidade e capacidade de autofinanciamento;
- Importância para o território e interesse municipal;
- Projeto educativo;
- Parceira e coproduções;
- Empregabilidade além da estrutura efetiva;
- Visibilidade regional e nacional.

Acrescia, ainda, àqueles critérios que eram considerados para aqueles apoios a estrutura, porque era entendimento da Câmara Municipal, e falavam do teatro, e não estavam a falar dos corais, com todo o respeito que lhes mereciam os corais, mas não eram estruturas profissionais. Algumas tendencialmente queriam ser profissionais ou concorriam para isso, mas não eram estruturas profissionais, o que não queria dizer que não pudessem ter profissionais que depois desempenhavam também a atividade na relação com a entidade, mas não era isso que estavam a falar. No que dizia respeito ao teatro, havia uma preocupação que achava que deveria guiar os senhores vereadores, poderiam achar que era um entendimento que não era justo, que era apoiar, fundamentalmente a criação artística. Além dos critérios que tinha enumerado, ainda valorizavam a questão da estrutura. E nas estruturas, no que dizia respeito a recursos humanos efetivos e gestão administrativa e contabilística, porque havia estruturas daquelas que inclusive tinham algumas pessoas que colaboravam naquele apoio, havia uma majoração:

- Com mais de cinco colaboradores 20%;
- Entre três a cinco colaboradores 15%;
- Entre um a dois colaboradores 10%;

E se tinham, ou não, rendas, o que também tinha uma implicação para a construção do apoio. E ainda um segundo item, que tinha a ver com criações diferentes, ou seja, uma entidade que apoiava, embora pudesse reproduzir essa mesma criação vinte vezes, era diferente de uma estrutura que fazia cinco, seis, sete cenários. E, ainda as atividades complementares que para eles eram importantes, na valorização que tinha a ver com a formação, itinerância, reportório, reposições, etc... Tudo aquilo explicava os valores de como tinham chegado ao apoio ao teatro. Estavam a falar de entidades que eram muito diferentes entre elas, no número de pessoas que tinham a trabalhar dependente, no número de pessoas que tinham envolvidas como estrutura de apoio dos próprios espaços. Era verdade, o GATEM não tinha um espaço para ensaio, mas tinha um pequeno espaço, muito exíguo, também atribuído pela Câmara Municipal, mas comparativamente a todas as entidades de teatro o GATEM era de longe a entidade que mais usava o Fórum Municipal Luísa Todi, mérito seu da capacidade que tinha, e grosso da sua receita, dessas bilheteiras, revertia diretamente também de apoio à estrutura.

Quando chegavam aos apoios, era necessário perceber, o que esteve na base, como tinham conseguido encontrar esses valores e porque havia valores tão dispares entre umas e outras entidades.

Disse que de qualquer modo, e podiam trazer essa grelha, para ser mais claro, bastava ver a evolução dos apoios relativamente àquelas entidades. Recordou que há oito anos atrás o GATEM recebia três mil e quinhentos euros da Câmara Municipal de Setúbal, presentemente recebia dez mil euros. Há oito anos atrás, o Teatro Estúdio Fontenova, recebia quarenta mil euros, entre apoios diretos e apoios indiretos, números redondos, depois poderia ser mais rigoroso. Presentemente recebia, entre o apoio direto à criação artística e ao Festival de Teatro, aproximadamente setenta mil euros. Essa nota era importante para avaliar.

Disse que, mesmo podendo discordar daqueles critérios, de facto havia critérios claros, tendencialmente claros, naquilo que era o apoio ao teatro. E voltou à questão essencial, se aqueles eram os apoios que queriam dar, não, não eram os apoios que queriam dar, mas recordou que muitas daquelas entidades, e isso também era diferenciado, concorriam diretamente à DGARTES, e que isso também implicava compromissos da Câmara Municipal, mas que não estavam dependentes diretamente da Câmara Municipal, estavam dependentes dos apoios que a Direção Geral das Artes tinha, ou não, com os outros municípios. Disse que poderia, depois, fazer chegar à senhora Vereadora, se o Partido Socialista também quisesse também poderia fazer chegar, nomeadamente aquela questão, mas no teatro pensava que aquela questão estava mais clara, era mais transparente no sentido dos critérios que estavam na base, nomeadamente porque havia efetivamente estruturas profissionais. E essas estruturas profissionais, enquanto tal, tinham que ser diferenciadas, esse era um entendimento que a Câmara Municipal tinha e por esse motivo havia valores dispares. Comparando a evolução, por exemplo, do Teatro Estúdio Fontenova ou do próprio GATEM, eram evoluções sempre ascendentes e nenhuma era descendente no que dizia respeito aos apoios.

Sra. Vereadora Sónia Martins – Agradeceu os esclarecimentos e voltou a reiterar uma questão. Aquela informação deveria ter sido prévia.

Disse que não sabia, por exemplo, que o Espelho Mágico era uma das companhias, em relação às outras, que mais utilizava o Fórum Municipal Luísa Todi, e que isso tinha sido tido em conta, eventualmente, para o valor que tinha sido atribuído.

Não iam arrastar mais a discussão, mas achava que aquelas propostas deviam ter outro género de informação, para não suscitar tanta questão ali em reunião de câmara, e para poderem fazer essa avaliação previamente e poderem decidir, em consciência, aquilo que era ali proposto.

Até a própria evolução que o senhor Vereador tinha referido, em muitas organizações e em muitas assembleias, as próprias propostas traziam esse histórico.

Achava que deviam começar a instruir melhor as propostas, no sentido de conseguirem ter mais informação disponível para poderem decidir, com base nos critérios apresentados.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que quando contavam a história não deviam ficar apenas por uma parte, deviam contar a história toda. O PS e o PSD, na altura, o que tinham feito tinha sido precisamente aquilo que o senhor Vereador Fernando Negrão tinha defendido, que era uma melhor redistribuição dos valores.

Naquela altura, o que tinha sido feito, por parte da bancada do Partido Socialista e por parte da bancada do PSD, não tinha sido só o PS, tinha sido o PS e o PSD, tinha sido votar uma redistribuição de parte do valor que estava afeto ao Festroia por instituições do âmbito da cultura, que não estavam a ser apoiadas e que estavam a ser prejudicadas. Tinha sido isso que tinha acontecido nessa altura.

O “cavalo de batalha” não era com aquela ou com outra instituição, o “cavalo de batalha” era conseguirem sindicar aquilo que estavam a aprovar. Falavam com as coletividades, estavam no terreno todos os dias, reuniam com as direções das associações e sabiam aquilo que lhes diziam. Se relativamente à questão das companhias de teatro, tinham dado uma explicação, que poderiam não concordar, tal como já tinham falado, sobre a questão da matriz do desporto, a verdade é que relativamente à questão dos corais, o senhor Vereador não conseguia explicar porque é que até ao presente dia tinha existido um apoio a uma instituição, que fazia um excelente trabalho em Setúbal e que merecia esse apoio de cerca de nove mil euros e depois tinham um Coral Luisa Todi, que era referência a nível nacional e internacional e que tinha um apoio de mil e quinhentos euros. Dirigiu-se ao senhor Vereador e disse que não tinha explicação, aquilo não tinha qualquer tipo de explicação, ia falar na questão das instalações e a manutenção dessas instalações, o que é que isso representava, não era só ter instalações e o que representava depois a manutenção dessas instalações, quando evidentemente, outras instituições que não tinham instalações próprias, mas como tinha dito e

bem, utilizavam instalações da Câmara Municipal, e de vez enquanto, estavam ali a aprovar essas isenções, e como tinha dito também, e bem, representavam um apoio às instituições. Portanto, não era por aí. A questão é que tinham, efetivamente, que olhar as propostas que eram ali trazidas e ter a possibilidade de votar essas propostas sem qualquer tipo de dúvida. Em nome da bancada dos vereadores do Partido Socialista, o que podia dizer é que mesmo depois de todas as tentativas de explicação, relativamente aos apoios, ao Coral Infantil, ao Coral Luisa Todi, e em comparação com outros apoios, não conseguiam perceber, nem aceitar, mil e quinhentos euros ao Coral Luisa Todi, referência nacional e internacional e que elevava o nome de Setúbal, isso era inaceitável.

Intervenção ininteligível

Sr. Vereador Fernando José – Disse que eram, mas aquele era o que recebia mil e quinhentos, o outro recebia nove mil, essa é que era a diferença.

Disse que: *“está a ver também como interrompe, está a ver também como manda uns apartes, calha a todos, senhor Vereador, calha a todos”*.

Aquilo que queria ali dizer, era que entendiam que para além daquelas propostas, e concordavam com aquilo que tinha sido dito pela senhora Vereadora Sónia Martins de as propostas virem um pouco mais bem fundamentadas, com essa informação, aquelas propostas que naquele dia lhes tinham sido trazidas, nomeadamente, a do Coral Infantil de Setúbal, e depois a do Coral Luísa Todi, deviam ter uma alteração no seu valor. E eles recorrendo ao Artigo 28.º, no seu número 4, iam fazer uma proposta, para que fosse votada, no sentido desses valores serem alterados. Caberia à Câmara Municipal decidir pela alteração desses valores, ou não, mas a proposta seria feita pelos vereadores do Partido Socialista.

Sr. Presidente – Disse que pensava que já tinham abordado aquela temática de uma forma que tinha ficado clara. Considerava que existiam posições diferentes, relativamente às propostas que ali estavam. Naturalmente que as propostas que ali estavam iam ser colocadas à votação e os senhores Vereadores votariam em conformidade com o que entendessem. Não havia dúvida que não podiam analisar situações diferentes como iguais.

Reconhecia que havia um conjunto de informação, como já tinha ficado reconhecido, que faria sentido ali estar. Pensava que todos reconheciam que a situação dos dois últimos anos não era uma boa referência porque sabiam das condicionantes à atividade daquelas organizações. Se tinha havido condicionantes à atividade também tinha havido condicionantes em outros apoios, não relativamente àqueles, mas a outro tipo de apoios, que a Câmara Municipal ia dando ao longo do ano e conforme as iniciativas daquelas organizações. Mas, considerava que uma maior informação sobre todos os apoios e as condições, por exemplo, o Coral Luísa Todi, não tinha presente quantas vezes, atuava muitas vezes no Fórum, e atuava em outras instalações que eram do município, ou em outras instalações particulares da Igreja, etc. e, portanto, tinha condições de intervenção que outros não tinham, até por força das características do seu projeto.

Portanto, achava que todas aquelas questões deviam ser ponderadas. Acreditava que os serviços quando faziam aquelas avaliações ponderavam todas essas situações, conheciam aquelas realidades. Podiam dizer que a decisão era política, era verdade, mas havia uma avaliação que era feita nos serviços e que era um contributo que não podiam menosprezar. Não podia chegar ali e dizer *“aqueles amigos que desenvolvem uma determinada atividade merecem tanto, e os outros são também amigos e achava que mereciam tanto”*, esse tipo de avaliações não era adequado para aquilo que estavam a procurar avaliar. Era sempre muito difícil avaliar o trabalho dos outros, designadamente no que dizia respeito aquela dimensão cultural e de dinamização da própria comunidade. Esse tipo de avaliações não eram avaliações que pudessem fazer numa reunião de câmara, era a sua posição.

Reconhecia que a justeza na distribuição dos valores, era muito difícil de fazer. Dizerem: *“isto é perfeitamente justo”*, não subscrevia uma afirmação desse tipo, tendo em conta as

características do trabalho que estavam a avaliar. Achava que havia apoios que a Câmara Municipal fazia em que havia condições que a Câmara Municipal criava, para que “esta”, “aquela”, “a outra” instituição desenvolvesse a sua atividade e tivesse daí recursos. Havia outras pelas características do seu trabalho que não tinham as mesmas condições e as mesmas facilidades de dinamizar esse trabalho. Portanto, era nesse quadro que tudo aquilo tinha que ser avaliado. Se queriam alguma justeza, na aproximação de uma justiça, na distribuição dos apoios e dos subsídios, tinham que ser avaliados na sua globalidade, e achava que, naquelas propostas que ali estavam, havia alguma informação que seria adequado estar ali para uma melhor ponderação por parte dos senhores vereadores. Não podia colocar em causa as propostas que ali estavam.

Admitia que, numa altura mais à frente, os serviços fizessem um esforço para trazer ali, nos últimos 5 anos, não sabia se isso seria possível, a evolução dos apoios, mas não era dos apoios em termos de subsídios, era dos apoios em termos do conjunto de apoios não só em subsídios que a Câmara Municipal ia dando, a qualquer daquelas instituições e coletividades. Admitia, se isso fosse possível, trazer ali. Disse dos últimos 5 anos, porque lhe parecia que os últimos 2 anos não eram um bom exemplo, para poderem avaliar toda a dimensão do que ali estava em causa.

Era preciso, também, ter em atenção as características do trabalho que cada um desenvolvia e das condições, melhores, ou menos boas, que cada um tinha para desenvolver, ao máximo os seus projetos, eram diferentes, cada uma tinha a sua forma de intervenção, as suas condicionantes, e as suas facilidades, e era tudo isso tinha de ser ponderado. Era nisso que acreditava, e que estava transposto naquelas propostas.

Admitia que, se os serviços tivessem condições para trazer ali esses tais relatórios da atividade e dos apoios que tinham sido dados ao longo dos últimos 5 anos, que numa avaliação, que os senhores vereadores depois fizessem, pudessem, se chegassem a essa conclusão, atualizar os valores que naquele momento eram propostos.

O que pedia era que não deixassem de aprovar aquelas propostas, aqueles valores, porque estavam no início do mês de março e protelar aqueles apoios era colocar em causa a atividade das próprias entidades e da possibilidade de disporem daqueles apoios. Era esse o apelo que fazia, com a disponibilidade de que se houvesse condições, da parte dos serviços, para fazer um relatório dos dados disponíveis, relativamente à forma como cada uma daquelas entidades era apoiada. Não só com subsídios, repetiu, mas também com outras formas de apoio, tendo em conta também as características do próprio trabalho de cada uma daquelas associações, que eram diferentes de umas para outras. Isso também tinha que ser considerado, na distribuição dos apoios. Era esse o pedido que fazia.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que em nome da bancada dos vereadores do Partido Socialista ia recorrer ao número 4, do Artigo 28.º do Regimento, que dizia: *“até á votação de cada proposta poderão ser apresentados, pelos membros da Câmara, propostas sobre a mesma matéria, as quais serão simultaneamente discutidas e votadas”*. Tinha sido o que tinham estado a fazer.

Portanto, aquilo que os vereadores do Partido Socialista propunham, era que antes da proposta ser votada, porque podia ser logo prejudicada e nem sequer ser votada, que fosse apreciada e votada uma proposta de alteração do valor de dois mil e quinhentos euros para quatro mil euros e a alteração do apoio de dois mil e quinhentos euros para quatro mil euros, para o Coral Infantil de Setúbal, tivesse respaldo precisamente na estimativa de custos de funcionamento que o Coral Infantil apresentava, nomeadamente, dois mil euros nas instalações, com os condomínios, água e eletricidade, mil e cem euros previstos para a conservação de instalações e segurança, quinhentos euros em comunicações e oitocentos euros em material de escritório e serviços de contabilidade. Portanto, atendendo àquele orçamento que era apresentado, aqueles itens do orçamento, a proposta que faziam era de que aquele valor fosse alterado de dois mil e quinhentos euros para quatro mil euros.

Solicitaram ao senhor Presidente que colocasse à votação aquela proposta.

Sr. Presidente – Disse que não estava ali em causa a questão de considerar que, naquele caso, o Coral Infantil de Setúbal merecia mais verba ou menos verba, não era isso que estava em causa. O que estava ali em causa era uma avaliação que os serviços tinham feito, sobre o trabalho que era desenvolvido e as condições em que esse trabalho era desenvolvido, e os apoios que o município atribuía, naquele caso em concreto, ao Coral Infantil de Setúbal. Portanto, a posição deles era de votarem favoravelmente a proposta deles.

Sr. Vereador Pedro Pina – Disse que não havia vontade de consertar, da parte da bancada do Partido Socialista, face à enorme disponibilidade que o senhor Presidente já tinha demonstrado, e também quis assumir isso, com mais informação. Achava que também havia ali um ato de confiança naquilo que tinha sido o trabalho feito até aquele momento, mas havia ali uma questão de detalhe, que era o cabimento do valor que era apresentado pelo Partido Socialista, no quadro do orçamento, para aquilo que era colocado.

Portanto, aquilo era apenas vontade de querer criar um *“fait-divers”*, e dizer: *“que nós é que nos preocupamos e vocês não”*. Já tinha sido demonstrada disponibilidade de diálogo, de querer encontrar inclusive outras formas para analisar em mais detalhe. Os senhores não pretendiam isso. Os senhores pretendiam impor aquela questão e nem sequer confiar naquilo que era o trabalho feito pelos serviços, porque achavam que era uma decisão. Mas nem sequer tinham tido a seguinte preocupação: *“Os senhores avaliaram se há cabimento orçamental para as propostas que agora trazem?”* Era uma questão que colocava e que deixava à consideração, para ouvir qual tinha sido a situação que tinham tomado em consideração para propor aqueles valores, face a uma primeira e a uma segunda, que pelos vistos também iam propor.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que queria acompanhar aquela preocupação que tinha sido colocada naquele momento.

Disse que das duas uma, ou se retirava a proposta ou então acompanha-se aquilo que o senhor Presidente da Câmara, e ele era reconhecido por cumprir o que dizia, de se fazer uma avaliação e uma informação mais detalhada da situação do apoio ao movimento associativo e por outro lado, também, a abertura para equacionar, no futuro, na sequência da aprovação daquela proposta, algum ajustamento a fazer em relação a alguma instituição.

O senhor Presidente tinha dado a abertura toda para se resolverem bem aqueles problemas e haver até, uma reflexão mais apurada um pouco mais à frente.

Em relação à proposta que estava em cima da mesa, de facto ela não podia ser objeto de alterações que aumentassem o volume que estava cabimentado.

Portanto, o senhor Vereador Fernando José teria que dizer a quem iria retirar dinheiro para aumentar quem quisesse, independentemente de ser uma opção política sem critério. De qualquer maneira, ao não fundamentar em critérios que se percebessem, se quisesse propor, e estava a propor, que houvesse um reforço de verba, para uma dada instituição, tinha que dizer a que instituição é que se retirava. E tinham que estar de acordo em retirar a essa, para colocar nessa outra, no quadro da proposta, e no quadro do volume de dinheiro que estava cabimentado. Não havia forma legal de fazer isso se não a proposta que ali era feita, de reforço fora do cabimento que estava feito era ilegal e não era válida, era importante ter isso em conta.

Achava que a proposta que o senhor Presidente tinha feito, era uma proposta mais do que razoável, abria a porta para soluções futuras de avaliação de situações que se ponderassem de outra forma, achava ser a melhor solução. Portanto, era avançar com a proposta, os senhores votariam como entendessem, e depois fazer uma coisa, que considerava muito relevante, e que ali já tinha sido colocada mais do que uma vez, que era o facto de haver um ajustamento a fazer na informação aos senhores vereadores que não eram da CDU, em relação ao suporte das propostas, havia um ajustamento a fazer, isso era verdadeiro, e o senhor Presidente da Câmara já tinha reconhecido isso também.

Portanto, o que entendia era que, com o compromisso de se fazer esse ajustamento e com o compromisso de na base desse ajustamento, se poder equacionar ajustamentos, também,

aos valores dos apoios no futuro, não muito longo, poder avançar-se com aquela proposta, visto que havia um conjunto de instituições que dependiam vitalmente da aprovação daquela proposta, que já estava muito atrasada no tempo, para a sua vida quotidiana e para a sua sustentabilidade.

Não aprovar aquela proposta, podia colocar em causa alguma sustentabilidade de algumas instituições, no imediato.

Portanto, era uma questão de equilíbrio, de bom senso e de ponderação, tendo em conta a forma como o senhor Presidente da Câmara tinha colocado a questão e a forma como já tinha sido esclarecida pelo Vereador Pedro Pina, toda aquela matéria.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que não estavam ali, obviamente, a querer criar nenhum problema, estava ali a querer que fosse feito um apoio àquelas instituições que não refletissem diferença, brutal diferença, que tinha existido até à data. Que tinha existido em 2017, 2018, 2019, 2020 e em 2021. Portanto, existia efetivamente dotação disponível, mal seria que no dia 2 de março não existisse dotação disponível. O senhor vereador tinha a proposta consigo e dirigiu-se ao senhor Vereador Carlos Rabaçal, ao senhor Vereador Pedro Pina e ao senhor Presidente, e disse que havia um saldo, após cabimento, não era preciso retirar valor a nenhuma instituição, se era isso que estavam a querer fazer, a colocá-los numa situação em que tinham que tirar a A para dar a B, não era nada disso. Era fazer as opções certas no orçamento. Existia saldo após cabimento, e mais do que isso, podiam sempre reforçar as rubricas de apoio ao desporto e à cultura, retirando sim a outras rubricas e em próximas reuniões de câmara podia dizer ao senhor Vereador Carlos Rabaçal onde podiam ir buscar essas verbas e colocá-las no apoio efetivo ao desporto e à cultura.

Portanto, voltavam a referir, a proposta que ali traziam nos termos do número 4 do Artigo 28.º, aquilo que propunham era que o senhor Presidente colocasse a votação aquela proposta de alteração. Entendiam, e bem, que era algo que não podia ser adiado porque as coletividades e as instituições estavam, efetivamente, à espera desse valor.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Dirigiu-se ao senhor Vereador Fernando José e pediu atenção ao rigor das coisas.

Disse que uma coisa era uma dada rubrica, após cabimento de uma proposta para deliberação ainda ter saldo e que ficava para outros cabimentos, para outras deliberações.

Aquela deliberação concreta que estavam a tomar, em sede de cabimento só podia valer o valor que estava cabimentada pela própria. Era por isso que tinha dito que esse valor estava cabimentado para aquela proposta, cabimentado, repetiu, nessa rubrica podia cabimentar no futuro mais dinheiro, a proposta do senhor Vereador só funcionava se não ela fosse ilegal, se a par da proposta de crescimento numa verba qualquer, propusesse a redução de outra verba para se manter dentro daquela proposta e do cabimento respetivo. Se não, não poderia sequer formular essa proposta.

Sr. Vereador Fernando Negrão – Disse que queria saudar aquela discussão, achou que tinha sido muito importante, porque os apoios financeiros tinham sempre uma mancha, sabiam que tinham. Ou porque eram do partido A ou porque eram do partido B, e por isso eram beneficiados ou prejudicados. Disse que dizia isso, relativamente a todos, não estava a colocar de fora nada. Portanto, aquele princípio de discussão era bom, para fazer uma espécie de limpeza, daquelas críticas. Sendo que, naquele dia, tinham avançado na definição de critérios, o que era muito importante, isso era fundamental, sabiam que haviam de facto critérios para além dos que tinham sido apresentados, havia outros critérios e que o senhor Presidente se tinha comprometido a que aquilo podia ser discutido a breve trancho.

Portanto, confiando naquela promessa, o PSD ia abster-se em todas as votações, fossem elas da CDU, fossem elas do PS.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que face aquela posição dos vereadores do PSD, os Vereadores do Partido Socialista, retiravam a sua proposta. E aquilo que iam fazer seria

abster-se naquela votação do Coral Infantil e sobre o Coral Luísa Todi mais à frente diriam qual seria a posição do Partido Socialista.

Sr. Presidente – Disse que agradecia aos senhores vereadores aquela abertura, porque como tinha dito, fazer a avaliação de um trabalho, sobretudo na área da cultura e do papel que cada uma daquelas instituições tinha na comunidade setubalense não era coisa fácil, e essa questão da justeza ficava sempre com alguma interrogação, mas a procura era que houvesse a maior justeza possível.

O que ficava como compromisso, porque já tinha dito, era que ia pedir ao senhor Vereador, e iam fazer um esforço, no sentido de fazer chegar aos senhores vereadores, uma informação mais abrangente, que suportasse aquela proposta do subsídio, das condições de que cada um tinha para desenvolver o seu projeto, que não eram iguais, e que a Câmara Municipal, em cada uma das situações, também, apoiava de forma diferenciada. E que, no seu conjunto pudessem apreciar essa justeza ou essa aproximação o mais possível da justeza.

Agradeceu aos senhores vereadores, o facto de terem compreendido a dificuldade que ali estava. Mas quis dizer que as propostas que ali estavam, na sua consideração, eram as propostas mais justas de que dispunham. Independentemente de tudo aquilo que dizia e argumentava, para chamar à atenção para um conjunto de questões que era necessário considerar e que não tinha ali essa informação. Não era tão fácil, como certamente todos compreendiam, porque os últimos dois anos, tinham sido anos atípicos naquele tipo de desenvolvimento de atividade. Não eram os anos mais indicados para fazerem uma avaliação dos diferentes apoios em função da atividade, sem condicionamentos, como tinha acontecido naqueles dois últimos anos, daquelas instituições da sociedade setubalense que eles conheciam.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 5 votos a favor, da CDU, e 6 abstenções, 4 do PS e 2 do PPD/PSD

O senhor Vereador Fernando José fez a seguinte declaração de voto:

“Pelos motivos já explicados durante esta ampla discussão, saudável discussão, os vereadores do Partido Socialista, abstiveram-se nesta proposta porque não concordam com o valor de dois mil e quinhentos euros. Entendem que esse valor deveria ser no mínimo de quatro mil euros.

Esperemos que, tal como o senhor Presidente aqui disse, que essa situação seja revista durante o ano de 2022, para que o Coral Infantil de Setúbal, possa vir aqui a ter um apoio superior àquele que está vertido nesta proposta”.

130. Deliberação n.º 740/2022 – Proposta n.º 02/2022 – DCDJ/DICUL – Protocolo de Colaboração entre o Município de Setúbal e o Coral Luísa Todi

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 167 a 169.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que, relativamente à proposta do Coral Luísa Todi, o senhor Presidente tinha acabado de dizer que as propostas que ali eram trazidas eram as propostas que consideravam mais justas. Perguntou como é que podia ser justo um apoio ao Coral Luísa Todi de mil e quinhentos euros. Como é que podiam considerar um apoio de mil e quinhentos euros, a uma instituição que era referência nacional e internacional, com tantos anos de dedicação à nossa cultura, um apoio de mil e quinhentos euros.

Questionou como é que o senhor Presidente justificava a diferença que existia num apoio ao Coral Luísa Todi com o apoio a outras instituições.

Não era que esses apoios, e uma vez mais voltou a dizer, estavam balizados por cima, e bem, fossem injustos, não, eram justos. E como tinha dito o senhor Vereador Pedro Pina, se fosse possível, ainda seriam aumentados.

Aquilo que tinham era um apoio ao Coral Luísa Todi, que tinha vindo a ser igual em 2018, em 2019, em 2020 e em 2021, e uma diferença tão grande para outras instituições.

Portanto, apelaram para que aquele apoio fosse efetivamente revisto.

Sr. Vereador Pedro Pina – Disse que queria lembrar, que tinha sido a primeira vez, desde há oito anos, enquanto vereador, que tinha ouvido a bancada do Partido Socialista, exceção feita ao Coral Luísa Todi, apresentar uma proposta de alteração de apoio à cultura. Tinha sido a primeira vez, bastava ver as atas, que tinha havido uma intervenção da parte do senhor Vereador Fernando José, nomeadamente, nunca o tinha ouvido prenunciar-se sobre um único apoio, exceção feita ao Coral Luísa Todi, relativamente a alteração.

Disse que o senhor Vereador era bem-vindo aos apoios à cultura. Mas que fosse rigoroso e que dissesse qual tinha sido o apoio que em 2018, objetivamente, o Coral Luísa Todi tinha recebido, que fosse objetivo e rigoroso, e que não dissesse que os apoios eram os mesmos, porque já tinha dito ali por mais do que uma vez, o senhor Presidente já tinha demonstrado, que nomeadamente em 2019, o Coral Luísa Todi, tinha recebido um apoio de quatro mil e quinhentos euros para dois espetáculos, no Fórum Municipal Luísa Todi. O que a somar ao apoio que era dado, estavam a falar em mais de cinco mil euros.

Portanto, era preciso serem rigorosos. Uma coisa era fazerem a discussão e dizer que meios, que estratégias podiam encontrar. Podiam concordar uns mais com uma maneira e outros com outra, mas tinham que ser rigorosos naquilo que estavam a falar. E tinham que ser justos quando falavam dos apoios. Podiam dizer que podia estar vertido naquela informação, e podiam estar todos de acordo, mas sabiam que não era como tinha sido dito, porque parecia que havia o interesse ou vontade da parte da Câmara Municipal de prejudicar ou penalizar o Coral Luísa Todi.

Na condição de vereador da cultura, tinha estabelecido a possibilidade de diferentes protocolos e diferentes colaborações com o Coral Luisa Todi, que estavam muito para além daquilo que estavam ali a falar, que se tinha ficado de aprofundar e que infelizmente aqueles dois anos de pandemia, nomeadamente um conjunto de intervenções nos bairros de proximidade com o Coral Luísa Todi, mas o senhor queria única e exclusivamente prender-se naqueles termos de comparação de que nada serviam o interesse superior da cultura em Setúbal. Se entrassem no termo de comparação quem é que era mais justo, tinham que trabalhar para encontrar os melhores apoios e os melhores apoios não significava que fossem todos iguais. Porque os melhores apoios deviam servir de forma diferente face aos territórios onde estavam instaladas as instituições, face ao tipo de trabalho que era feito, face ao público com que se trabalhava, uma série de possibilidades que estavam ali a falar. Mas os senhores queriam prender-se, única e exclusivamente com aquele ponto.

Que fizessem a discussão de uma forma rigorosa e que se dissesse tudo o que havia para referir relativamente aos apoios efetivos, não dissesse que eram mil e quinhentos euros. Inclusive o senhor era vereador daquela câmara, e sabia que a Câmara Municipal apoiava em setecentos e cinquenta euros o Coral Luísa Todi, estavam a falar já do dobro. Se era insuficiente, sim era insuficiente senhor vereador, se continuava a ser insuficiente, sim, continuava a ser insuficiente senhor vereador, iam todos trabalhar para fazer mais, sim iam, iam todos trabalhar para encontrar mais estratégias e outros apoios, com certeza que sim, mas não era só as autarquias locais, era de todos, nomeadamente instituições como o senhor vereador ali dizia, que tinham reconhecimento supraconcelhio. Tinha que ser rigorosos quando falavam dos apoios e o Coral Luísa Todi tinha recebido muito para além daqueles mil e quinhentos euros.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 5 votos a favor, da CDU, 4 votos contra, do PS, e 2 abstenções, do PPD/PSD.



O Sr. Vereador Fernando José fez a seguinte declaração de voto:

“Os vereadores do Partido Socialista votaram contra a proposta de atribuir mil e quinhentos euros ao Coral Luísa Todi, porque consideram claramente insuficiente o apoio que aqui é proposto. Não vamos qualificar o valor que é atribuído a esta instituição, consideramos claramente que é insuficiente e fica aqui o compromisso dos vereadores do Partido Socialista de não só, relativamente a esta proposta, mas também relativamente a outras propostas trazerem aqui propostas de apoio efetivo, e que seja próximo de apoio que é prestado pela Câmara a outras instituições. Não podíamos votar esta proposta pelo valor insignificante que ela representa numa instituição como o Coral Luísa Todi, aquilo que ela representa para Setúbal e para Portugal”.

131. Deliberação n.º 741/2022 – Proposta n.º 03/2022 – DCDJ/DICUL – AMATEATRO – Mostra de Teatro Amador de Setúbal

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 170.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que consideravam extramente importante o apoio que era dado ao teatro amador em Setúbal. Era uma forma de nos bairros, as freguesias em cada bairro envolverem a nossa população jovem e menos jovem e como tinha sido bom ver, no fim de semana anterior, no Grupo Desportivo “Os 13”, no “Independente”, as cegadas, e não deixar morrer aquela tradição de Setúbal.

Existia efetivamente trabalho a fazer, como tinha dito o senhor Presidente e o senhor Vereador Pedro Pina na requalificação dos espaços, tinham muitas salas que não eram verdadeiras salas de espetáculo, eram espaços utilizados pelas coletividades e que não estavam qualificados como salas de espetáculos, era algo que certamente a Câmara Municipal Setúbal estava atenta e através do senhor Vereador e do senhor Presidente iam ter esse cuidado também na requalificação desse espaço, para que conseguissem ser qualificados como sala de espetáculo. Depois a criação de novos espaços, era importante, e isso já tinha sido ali dito. Mas tinha duas questões que quis colocar ao senhor Vereador Pedro Pina. Quis saber quais eram os critérios adotados pelo Município para fazer a distinção entre Companhia de Teatro Profissional e Companhia de Teatro Amador. Perguntou porque é que não existiam contratos programa, protocolos anuais, com as companhias de teatro amador. Se não seria algo que também podia ser equacionado, por parte da Câmara Municipal. Relativamente àquela proposta iam votar favoravelmente.

Sr. Vereador Pedro Pina – Disse que as questões colocadas pelo Vereador Fernando José eram suscetíveis de serem consideradas no sentido de uma análise. Obviamente que a Câmara Municipal se preocupava e tinha feito esse percurso, continuava a fazê-lo regularmente, ainda a propósito do trabalho que estavam a fazer, no programa “Ouvir a População, Construir o Futuro”, estavam a identificar. Recordou, sabia que isso ficava sempre, podia surgir sempre uma justificação, que também as normas que, entretanto, tinham sido aplicadas por via do EGAC, tinham limitado um conjunto de salas para o funcionamento de muitas daquelas atividades e precisavam, também, de agilizar, do ponto de vista do funcionamento que permitia, nomeadamente, algumas salas em Setúbal. Recordou que o Teatro Estúdio Fonte Nova, mesmo com um espaço que até tinha a possibilidade de fazer o seu trabalho, mesmo com limitações, tinha sido interditado de fazer o seu trabalho, por via de uma deliberação do EGAC. O que podia dizer relativamente a isso era que era fácil de entender que algumas daquelas instituições, não todas, já trabalhavam por outras vias com a Câmara Municipal, como era o caso da APPACDM, que já tinha ali protocolo, ou o Instituto Politécnico de Setúbal, com quem havia um conjunto de trabalho. Portanto, não queria dizer



que não houvesse ali um contrato de programa. O AMATEATRO, era um projeto muito recente, como se poderia ver, infelizmente tinha tido aquele interregno, porque em 2019 tinham entrado no processo pandémico, e sobretudo era uma valorização para muitas das entidades que tinham e desenvolviam os seus grupos de teatro e tinha uma particularidade que era a itinerância local dos próprios grupos de teatro, que também era um elemento importante, ou seja, haver um espetáculo, no corrente ano tinham sido as entidades que se tinham inscrito, mas haver um espetáculo do “Grupo Desportivo O Independente”, que ia a Azeitão, haver um espetáculo de Azeitão que ia à Palhavã, haver um espetáculo da APPACDM que ia a outra entidade, haver aquela itinerância portanto era também uma valorização. Depois, era claro tinham a diferencia entre teatro amador e profissional, como se aplicava em muitas outras matérias, era um teatro que as pessoas não dependiam diretamente daquela sua atividade para funcionar e, portanto, que se apresentavam enquanto tal, e se inscreviam enquanto tal, no AMATEATRO. Se assim fosse, era por outra via que o protocolo podia vir a ser considerado e não naquela forma. O AMATEATRO era um projeto em evolução, era um projeto que tentava crescer, dar aquele grande sustento sobretudo à emergência e a uma tradição de teatro amador, que tinha uma larga e longa tradição, como pensava que todos sabiam em Setúbal e que permitia também ao teatro de bairro, ao teatro popular poder ter ali também o seu espaço e o seu trabalho desenvolvido e apoiado.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 9 votos a favor, 5 da CDU e 4 do PS, e 2 abstenções, do PPD/PSD.

132. Deliberação n.º 742/2022 – Proposta n.º 04/2022 – DCDJ/DICUL – Protocolo de Colaboração entre o Município de Setúbal e a GATEM, Cooperativa Cultural, CRL

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 171 a 173, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 5 votos a favor, da CDU, e 6 abstenções, 4 do PS e 2 do PPD/PSD.

O senhor Vereador Fernando José fez a seguinte declaração de voto:

“Pela discussão que foi tida, porque é uma das propostas com as quais também não concordamos com o valor que é atribuído ao GATEM - Espelho Mágico, pelo trabalho que tem vindo a desenvolver, ainda recentemente trouxemos aqui essa saudação, consideramos que é um apoio insuficiente se comparado com o apoio que é prestado aqui a outras companhias, e, nesse sentido, iremos também apresentar, em breve, uma proposta no sentido deste valor ser revisto e que vai, também, na sequência daquilo que foi dito pelo senhor Presidente, que todos estes valores iram ser, em princípio, revistos, ou iram ser, pelo menos, analisados no sentido de serem revistos.

Solicitando ao senhor Vereador Pedro Pina, que depois nos fizesse chegar essa tabela ou essa matriz do apoio às companhias de teatro, pela qual se regem”.

O senhor Vereador Fernando Negrão fez a seguinte declaração de voto:

“Só para dizer que nós, relativamente a esta proposta, nos abstivemos. Como o senhor Presidente disse há pouco, porque foi uma questão de princípio, mas que esta companhia de teatro, é uma companhia de teatro que não tem instalações próprias e é uma companhia de teatro que já deu prova da sua qualidade, designadamente numa terra que é pouco conhecida, mas que é uma terra muito interessante, que é Póvoa do Lanhoso, onde são muito considerados e muito vistos. Não é por ser Póvoa do Lanhoso, que não deixa que eles

tenham a qualidade que têm porque têm muita qualidade. Portanto, o que fizeram aí, podem vir a fazer em Setúbal”.

Sr. Vereador Pedro Pina – Disse que aquilo estava um bocadinho desorganizado entre as intervenções, e pediu que numa próxima intervenção o senhor Vereador Fernando José, se pudesse explicitar relativamente à GATEM, porque tinha dito que haviam outras na área do teatro, se lhes pudesse dar o seu entendimento ou o entendimento da bancada do Partido Socialista, qual era a entidade que achava que era injusto ou que se deveria aproximar, para eles terem uma ideia relativamente aos valores que se apoiava a GATEM, por comparação com outros como tinha acabado de referir.

E disse que a Póvoa de Lanhoso, não era por ser Póvoa de Lanhoso, era onde acontecia o concurso nacional de teatro Ruy de Carvalho, e que, portanto, era aí que a GATEM – Espelho Mágico, com o apoio logístico também da Câmara Municipal tinha vindo ao longo dos anos a participar de uma forma meritória e vencedora em alguns dos momentos.

133. Deliberação n.º 743/2022 – Proposta n.º 05/2022 – DCDJ/DICUL – Protocolo de Colaboração entre o Município de Setúbal e o TAS – Teatro de Animação de Setúbal

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 174 a 176, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 9 votos a favor, 5 da CDU e 4 do PS, e 2 abstenções, do PPD/PSD.

O senhor Vereador Fernando Negrão fez a seguinte declaração de voto:

“Para que fique registado que a nossa abstenção teve a ver com uma questão de princípio, que o senhor Presidente, há pouco, referiu.

O TAS é, de facto, uma companhia de teatro de nível nacional, de âmbito nacional. Deu muitos artistas ao teatro nacional e continua a produzir e a dar-nos espetáculos de grande qualidade e isso é importante registar e consignar”.

134. Deliberação n.º 744/2022 – Proposta n.º 06/2022 – DCDJ/DICUL – Protocolo de Colaboração entre o Município de Setúbal e o Teatro Elefante – Ação Cultural, C.R.L.

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 177 a 179, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 9 votos a favor, 5 da CDU e 4 do PS, e 2 abstenções do PPD/PSD.

135. Deliberação n.º 745/2022 – Proposta n.º 07/2022 – DCDJ/DICUL – Protocolo de Colaboração entre o Município de Setúbal e o TEF – Teatro Estúdio Fontenova

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os registos n.ºs 180 a 182, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 9 votos a favor, 5 da CDU e 4 do PS, e 2 abstenções do PPD/PSD.

136. Deliberação n.º 746/2022 – Proposta n.º 08/2022 – DCDJ/DICUL – Protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal e Galeria Zé dos Bois, Associação Cultural

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os registos n.ºs 183 a 185.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que percebendo a necessidade de Setúbal não se fechar, de o concelho não se fechar em si, e a importância de fazer aquelas parcerias, e o senhor Vereador tinha acabado de explicar ali também, a importância de trazer ali aqueles artistas internacionais, questionou se não existiam, em Setúbal, associações culturais ou projetos de jovens setubalenses, que pudessem desenvolver as mesmas atividades, não só, relativamente àquele protocolo, como ao que vinha a seguir.

Sr. Vereador Pedro Pina – Agradeceu a questão e disse que uma vez mais estavam ali a falar de opções. Estavam a falar de uma das mais prestigiadas associações culturais. Uma vez mais era uma lacuna, podia também trazer em anexo, por exemplo, os artistas que tinham passado o ano ..., mas os senhores vereadores, nomeadamente, os que já ali tinha estado, eram atentos à agenda cultural da cidade e sabiam do muito que já tinha passado pela Casa da Cultura.

Com aquelas características, tanto como lhes era possível conhecer, não existia nenhuma associação em Setúbal.

Tinham sido muitos os projetos que a Câmara Municipal de Setúbal, quer por via da divisão da cultura, quer por via da divisão da juventude, tinham dado oportunidade para serem desenvolvidos, na cidade de Setúbal.

No caso da cultura, deu o exemplo do Monstro Coletivo, que tinha vindo a desenvolver projetos. Haveria oportunidade de trazerem um apoio a essa associação, no futuro.

No caso da juventude, com muitas atividades que tinham sido desenvolvidas, com a colaboração, por exemplo, com a Experimentáculo, também a outros níveis. Portanto, tinham sido muitas as possibilidades.

Pensava que a oportunidade era trazer num espaço de referência cultural para a cidade, uma oportunidade que não só, pensavam eles, tanto quanto os serviços também avaliavam, ser menos onerosa. Pensava que compreenderiam, que era muito menos oneroso trazer alguns daqueles artistas que, entretanto, faziam um percurso também em outros espaços culturais de referência, em particular na cidade de Lisboa, poderem também fazer esse projeto em Setúbal, e portanto, pensavam que era uma oportunidade única para que todos aqueles que eram frequentadores e que visitam a Casa da Cultura, terem oportunidade de assistirem àqueles espetáculos e era nesse sentido que traziam aquela proposta.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 9 votos a favor, 5 da CDU e 4 do PS, e 2 abstenções, do PPD/PSD.

137. Deliberação n.º 747/2022 – Proposta n.º 09/2022 – DCDJ/DICUL – Protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal e a Associação Cultural Casa Invisível – 2022

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os registos n.ºs 186 a 188, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 9 votos a favor, 5 da CDU e 4 do PS, e 2 abstenções, do PPD/PSD.

138. Deliberação n.º 748/2022 – Proposta n.º 12/2022 – DCDJ/DICUL – Protocolo de colaboração com a Associação Il Sorpasso no âmbito da 15.ª extensão da Festa do Cinema Italiano

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os registos n.ºs 189 e 190, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 9 votos a favor, 5 da CDU e 4 do PS, e 2 abstenções, do PPD/PSD.

139. Deliberação n.º 749/2022 – Proposta n.º 13/2022 – DCDJ/DICUL – Pedido de empréstimo para a Exposição “Comptoirs du Monde – Les Feitorias Portugaises, XVe-XVIIe siècles” em França – Pintura Anunciação de Jorge Afonso

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os registos n.ºs 191 e 192, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

140. Deliberação n.º 750/2022 – Proposta n.º 14/2022 – DCDJ/DIDES – Apoio financeiro ao Clube de Ténis de Setúbal – Competições desportivas 2022

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os registos n.ºs 193 a 196, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 9 votos a favor, 5 da CDU e 4 do PS, e 2 abstenções, do PPD/PSD.

141. Deliberação n.º 751/2022 – Proposta n.º 15/2022 – DCDJ/DIDES – Apoio financeiro à “A ONDA” – Associação Orientadora para a Natação Desportiva em Azeitão

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 197 e 198.

Sr. Presidente – Disse que pedia desculpa, mas era só para recordar aos senhores vereadores do PSD que estavam a aprovar ou a colocar à discussão propostas no âmbito do Desporto e que existia o Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo nessa área. Portanto, já não estavam naquele quadro da área mais cultural. Era só para que isso ficasse referenciado.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que aquela proposta era, efetivamente, um apoio extraordinário, não cabia na questão da matriz. Era um apoio extraordinário à Associação “A Onda”, porque – acreditavam eles - esse apoio dentro da matriz viria em breve à Câmara Municipal, como tinha acontecido nos outros anos.

A questão que colocavam, sem pôr em causa o apoio, que iriam votar favoravelmente, fora de toda e qualquer questão, era que a Associação “A Onda” apresentava ali um orçamento para comprar fatos treino, “sweats”, “t-shirts”, fatos de banho de senhora, calções de banho de homem, polos de manga curta e calções de algodão, no valor de 7.844 euros, e, depois, apresentava, para aquele fim que o senhor vereador tinha dito, um orçamento para munir um ginásio – pensava que fosse isso, a criação de um mini-ginásio ou de uma estrutura de apoio - um orçamento 1.733 euros e a Câmara Municipal de Setúbal - e bem – tinha decidido apoiar, com aquele apoio extraordinário, em 6.700 euros.

Portanto, estavam quase na plenitude do orçamento que tinha sido apresentado por essa associação. A questão era que não era no Desporto e na Cultura, era no Desporto e era, também, na Cultura. Não conseguiam perceber, porque - lá estava - eram opções políticas. Concordavam e iriam votar favoravelmente, mas, como é que poderiam votar 1.500 euros de apoio ao Coral Luísa Todi, quando, depois, iriam apoiar “A Onda” com 6.700 euros? Estava bem apoiado, iriam votar favoravelmente, mas a questão era essa, o critério. Podiam dizer assim: *“Eles apresentaram o orçamento, apoiamos 50 por cento do orçamento”*, mas apoiavam, praticamente, o orçamento todo. Não era em 50 por cento, era muito superior. Portanto, eram essas questões que tinham que, realmente, ser esclarecidas. Iriam votar aquela proposta a favor, mas tinham, no futuro, que ter um pouco mais de atenção a outras instituições, que, no entendimento deles, em termos do apoio, estavam a ser maltratadas.

Sr. Vereador Pedro Pina – Disse que aquela linguagem era uma linguagem que pensavam que já tinha sido dissipada ao longo da conversa. Não tratavam mal instituições. O senhor vereador não concordava com os critérios e tinha o direito de não concordar, mas não podia fazer afirmações e atribuir-lhes esse tom, porque, ainda para mais, não era rigoroso nas palavras que utilizava nas afirmações que fazia relativamente aos apoios.

Queria recordar que nunca o tinha visto ali a pôr em causa o apoio para o fardamento de uma banda filarmónica, como já ali tinham feito, ou apoios a outros clubes, como nós já ali tinham feito no passado. O senhor vereador tinha esse “cavalo de batalha”, voltava a dizê-lo, e achava muito bem que tivesse essa sua apreciação.

O senhor vereador tinha os seus critérios, mas a Câmara Municipal não se baseava em critérios, nem do Presidente da Câmara, nem do vereador, nem dos serviços. Esse apoio, tal como muitos outros apoios, tinha sido solicitado, como tinham feito ao longo dos anos na Câmara Municipal, para equipamentos desportivos e o valor correspondia à percentagem que estava inscrita no apoio ao movimento associativo.

Se o senhor vereador entendia que as crianças que frequentavam “A Onda” não deviam ser consideradas neste apoio e achava que esse apoio devia ser retirado à “A Onda” – 3.500 euros - que o afirmasse ali: *“Olhe, eu acho que “A Onda” não deve receber este apoio para os equipamentos para estes jovens e o apoio deve ser para o Coral Luísa Todi”*. O senhor vereador que fizesse o favor.

Portanto, de facto, ter critérios era bem mais complexo do que estava a dizer e estavam, naquele momento, a falar do Desporto. O senhor vereador estava a querer comparar Desporto com Cultura e isso não era comparável. Se quisessem comparar cometeriam um erro crasso.

Estavam a falar de considerarem vários e diferentes apoios. Aliás, tinham trazido - pensava que no final de 2021 - um conjunto de apoios e equipamentos para um conjunto de clubes: O Clube de Vela do Sado, a Academia de Rugby de Setúbal. Recordava-se que tinha sido mais um, mas não o tinha presente naquele momento. Aquele era um que se tinha inscrito nisso.

Se o senhor vereador entendesse então que o dissesse, como já ali tinha sido dito. Dissessem que preferia retirar a esses clubes esse apoio para atribuir a outras entidades, nomeadamente ao Coral Luísa Todi, mas não fizesse esses termos de comparação. Isso não ajudava a

aprofundar a discussão, não ajudava a criar critérios, criava um ambiente comparativo entre as instituições que achava que não era o que se pretendia. Achava que isso é que era um péssimo contributo para encontrarem mais e melhores caminhos em defesa do superior interesse das instituições que, na área da Cultura e na área do Desporto, serviam a cidade e as freguesias do Município de Setúbal.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que o Sr. Vereador Pedro Pina bem podia tentar confundir, misturar e voltar a dar. Aquilo que tinha dito de início tinha sido muito claro. Os vereadores do Partido Socialista iriam votar favoravelmente a proposta. Os vereadores do Partido Socialista não queriam retirar àquela proposta um cêntimo e estavam de acordo com aquilo que ali estava.

Aquilo que tinham feito tinha sido uma comparação, porque à Associação “A Onda” não queriam retirar nada. Queriam era que na próxima proposta que ali fosse trazida pela “A Onda” viesse tudo muito bem explicado e que viesse o relatório de atividades da associação entregue, que era uma coisa que tinha falhado. O relatório de atividades da associação tinha falhado e queriam que fosse entregue, porque iriam estar com muita atenção à “A Onda”, mas sobre “A Onda” falariam quando a proposta ali viesse.

Sr. Presidente – Disse que disso falariam mesmo nessa altura, não era naquele momento. Não era forma, também, de tratar os assuntos.

O Sr. Presidente pôs a proposta à votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 9 votos a favor, 5 da CDU e 4 do PS, e 2 abstenções, do PPD/PSD.

Sr. Vereador Pedro Pina – Fez a seguinte intervenção: *“Sr. Presidente, permita-me, não querendo desrespeitar a ordem, dizer que estas insinuações da parte do Sr. Vereador Fernando José, que, de soslaio, diz que há professores de “A Onda” que nem nadar sabem, acho que não prestigiam.*

E, portanto, que fique também, para registo de todos os presentes, que o senhor vereador está a afirmar que a Câmara Municipal contrata professores de natação que nem nadar sabem e que está a insinuar que sobre “A Onda” levanta aqui um conjunto [de questões] e, portanto, parece-me grave.

Acho que devemos, também, ter cuidado quando falamos das entidades, do trabalho que prestam e não podemos, com a responsabilidade que nos foi atribuída enquanto vereadores, de fazer isto.

Já agora quero dizer, senhor vereador, que os prazos dos relatórios cumprem as normas e que, como se recorda, ainda o ano passado foram entregues os relatórios que acaba também de frisar, respeitantes ao mandato do ano anterior e que este ano, de acordo, também, com os prazos, serão entregues à Câmara Municipal e [ficarão] à disposição dos senhores vereadores os respetivos relatórios que são solicitados.”

Sr. Presidente – Disse que pedia aos senhores vereadores que não entrassem em discussões que não vinham ao caso senão não saíam dali. Não valia a pena. Quando chegasse a altura de apreciar as propostas naturalmente que o fariam e todos teriam oportunidade de dizer aquilo que tinham a dizer sobre as propostas.

142. Deliberação n.º 752/2022 – Proposta n.º 16/2022 – DCDJ/DIDES – Apoio financeiro ao Núcleo de Bicross de Setúbal – Manutenção da Pista Municipal de BMX

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 199, não tendo havido discussão sobre a mesma.



O Sr. Presidente pôs a proposta à votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 9 votos a favor, 5 da CDU e 4 do PS, e 2 abstenções, do PPD/PSD.

143. Deliberação n.º 753/2022 – Proposta n.º 17/2022 – DCDJ/DIDES – Apoio financeiro à Associação de Atletismo Lebres do Sado – Organização de eventos em 2022

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 200 e 201, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente pôs a proposta à votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

144. Deliberação n.º 754/2022 – Proposta n.º 18/2022 – DCDJ/DIDES – Apoio financeiro ao Clube de Motorismo de Setúbal: 31.ª Rampa Pêquêpe Arrábida 2022 - Edição Especial 40 Anos

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 202 e 203, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente pôs a proposta à votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

145. Deliberação n.º 755/2022 – Proposta n.º 19/2022 – DCDJ/DIDES – Associação do Município de Setúbal à EPSI – European Platform for Sports Innovation

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 204 e 205, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente pôs a proposta à votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

146. Deliberação n.º 756/2022 – Proposta n.º 20/2022 – DCDJ/DIDES – Apoio financeiro extraordinário à Alta Competição – Modalidades desportivas coletivas

Sr. Vereador Pedro Pina – Apresentou a proposta [conforme documento anexo registado sob o n.º 206] e disse que era a primeira vez que traziam aquela proposta à reunião da Câmara. Era uma proposta que diria que traria em outros momentos, numa avaliação que ainda faziam com outras entidades que também poderiam vir a integrar-se naquela mesma proposta, mas, também, face ao andamento da época desportiva e a clubes com aquela premência, traziam a proposta de apoio financeiro extraordinário, no valor de 51 mil euros, ao Vitória Futebol Clube, destinado à Equipa de Andebol - Campeonato Nacional da 1.ª Divisão – 15 mil euros; ao São Domingos Futebol Clube - Campeonato Elite de Futebol de Praia – 15 mil euros; à Academia de Rugby de Setúbal - Campeonato Nacional da 1.ª Divisão – 15 mil euros e à Escola de Futebol Feminino de Setúbal - Campeonato Nacional Feminino da 2.ª Divisão Feminino, no valor de 6 mil euros.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que a proposta que lhes era trazida, naquele momento, pelo Vereador Pedro Pina parecia ser a proposta que os vereadores do Partido Socialista tinham apresentado aquando das propostas para orçamento, mas não era.

Era uma proposta que falava em alta competição, mas que não falava em alto rendimento. Estavam a falar de coisas diferentes - dizia ele, mas não sabia -, o Sr. Vereador Pedro Pina depois diria.

A lei definia como alto rendimento *“a prática desportiva em que os praticantes obtinham classificações e resultados desportivos de elevado mérito, aferidos em função dos padrões desportivos internacionais”*.

A proposta que tinham apresentado tinha a ver com um programa municipal de apoio ao alto rendimento para 4 anos, com base numa seleção de atletas que, identificados, pudessem *“integrar o ciclo olímpico, quer em modalidades coletivas, quer em modalidades individuais”*. O apoio financeiro seria por atleta, com bolsas de mérito desportivo anuais que premiarão os atletas que obtivessem resultados de relevo nos escalões de formação, desde que não tivessem sido abrangidos no 1.º ano do ciclo olímpico.

Portanto, aquela era uma proposta que se aproximava da proposta que tinha sido apresentada pelo Partido Socialista, mas que não era, efetivamente, a proposta do Partido Socialista. Era uma proposta que vinha à reunião da Câmara com considerações que não poderiam deixar passar em branco.

Aquilo que era dito na proposta era que o Estado tinha, ao longo dos anos, reduzido de forma progressiva o seu apoio ao movimento associativo. Sendo verdade que seria sempre possível fazer mais melhor - e era nisso que o Governo tinha estado apostado nas suas diferentes áreas, nos últimos anos -, a verdade era que o Sr. Vereador Pedro Pina tinha conhecimento do Fundo de Apoio para a Recuperação do Setor do Desporto, que tinha atribuído 5 milhões de euros aos Programas de Reabilitação de Instalações Desportivas, reforçado em 3 milhões de euros, e o Programa Nacional de Desporto para Todos, que tinha tido um reforço de 2 milhões de euros.

Depois, tinham o apoio financeiro ao desporto federado, com a celebração de vários contratos programa com federações, associações e clubes - isso também tinha sido feito pelo Estado - e, depois, o Reativar Desporto, programa lançado no âmbito das medidas de apoio à recuperação da atividade desportiva após a pandemia Covid.

Portanto, dizia-se que o Estado tinha vindo, ao longo dos anos, a reduzir de forma progressiva quando tinham verificado, nos últimos anos, precisamente o inverso daquilo que era afirmado e que com aquelas três propostas, três medidas, alterávamos. Mas não era isso que estava em causa, apenas não tinham querido deixar passar isso em branco.

A proposta que lhes era trazida era um passo. Não era um passo atrás, era um passo importante no apoio extraordinário às instituições, às nossas associações, que participavam em competições e que tinham uma despesa acrescida com as deslocações e com essa participação, que levava mais longe o nome de Setúbal, porque, sempre que tínhamos - como era o caso das que eram referidas - instituições que representavam Setúbal nos campeonatos nacionais e, também, distritais, a verdade é que estavam a levar o nome de Setúbal para fora do concelho e a dignificar o nome do concelho.

Tinham identificado naquela proposta de apoio a essas instituições algumas questões que queriam levantar. A primeira delas, e desde logo, era qual tinha sido a razão para a discriminação negativa - porque poderia haver uma discriminação positiva e isso conseguiriam entender - entre o apoio que era proposto para a Academia Rugby de Setúbal, de 15 mil euros - e muito bem -, e o apoio de 6 mil euros para a Escola de Futebol Feminino de Setúbal. É que a Academia de Rugby de Setúbal, apesar de estar referido Campeonato Nacional - 1.ª Divisão - e estava correto, era a designação que se utilizava -, não estava na 1.ª Divisão, porque essa divisão tinha outra designação, como o senhor vereador sabia. Portanto, em termos de competição, o râguebi de Setúbal, a Academia de Rugby de Setúbal, estava a competir numa 2.ª divisão, que era, precisamente, onde estava a Escola de Futebol Feminino de Setúbal, numa 2.ª divisão.



A questão era que queriam perceber porque é que a Escola de Futebol Feminino – além do mais, estavam a falar de atletas femininas que deviam ter uma discriminação positiva -, também não era contemplada com 15 mil euros? Mais, porque é que o Scalipus não estava contemplado? Porque é que não iam um pouco mais longe? Porque é que ficávamos pela 2.ª divisão? Porque é que não íamos à 3.ª divisão? Era uma representação a nível nacional, em termos de deslocações. Porque é que não levavam aquele apoio extraordinário?

Já tinha percebido e tinha retido aquilo que o senhor vereador tinha dito, que aquele era um primeiro “ensaio” – que lhe desculpasse a expressão -, no sentido de avançar com esses apoios no futuro - e muito bem -, mas havia que começar a aprofundar. Portanto, lançavam para a discussão.

Mas tínhamos, por exemplo, o atletismo do Vitória, que participava enquanto a equipa, que estava no campeonato nacional e tínhamos o ténis de mesa do Vitória, que estava, também, no campeonato nacional e tínhamos um Clube Naval, em termos da sua equipa de andebol, que estava naquilo que era equiparado a uma 3.ª divisão.

Portanto, para além de faltarem uma série de instituições, aquilo que gostariam de perceber, efetivamente, era porque é que existia essa diferenciação negativa entre o apoio que era dado à Academia e o apoio que era dado à Escola de Futebol Feminino de Setúbal.

Sr. Vereador Pedro Pina – Disse que, uma vez mais, mais continuavam nessa lógica bélica de querer comparar. Queria dizer ao senhor vereador que percebia que era um homem dedicado ao desporto, nomeadamente ao ciclismo, mas também, uma vez mais, podiam questionar, mas, depois, se calhar, tinham que aprofundar ali a análise das questões.

Queria dizer, a propósito da discriminação, ao senhor vereador, que a Escola de Futebol Feminino de Setúbal era discriminada positivamente em todos os eixos de trabalho da Câmara Municipal. Mais, tinha sido sempre dito por aquele executivo que, enquanto em Setúbal existisse uma única instituição que acolhia, para a prática do futebol, meninas, que essa teria, exatamente, os mesmos privilégios ou mais do que outras entidades.

Caso não soubesse, era questionar onde é que treinava a equipa sénior da Escola de Futebol Feminino. Se não sabia, dizia-lhe: Treinava no Complexo Municipal do Vale da Rosa, que era o melhor equipamento para esse fim que tínhamos em Setúbal e era, naquele momento, a entidade com maior tempo de utilização e faziam-no porque queriam discriminar positivamente a Escola de Futebol Feminino. Portanto, não valia a pena querer, a propósito disso, [questionar].

Segundo aspeto, tinha começado por dizer que aquela era uma proposta que, pela primeira vez, traziam à reunião da Câmara. Nada tinha a ver com um critério profundamente ambíguo que o Partido Socialista tinha querido trazer, no âmbito de um conjunto de propostas. Acreditava que eram claros no que a isso dizia respeito.

Tinha sido naquele momento entendimento - uma vez mais, também pelas condicionantes orçamentais - criar como princípio aquela proposta e avaliar, também, o seu impacto. Era preciso conhecer a realidade desportiva, era preciso conhecer a realidade daquilo que aquelas entidades, em particular, estavam a viver e, depois, tentar criar, naquela primeira fase, uma proposta. Tinha começado por dizer que aquela proposta era uma proposta, se o quisessem dizer, que estava inacabada, ou seja, num segundo momento viriam à reunião da Câmara, após aprofundar, também, o trabalho com as instituições, outras propostas. Estavam a falar, como tinha dito, de propostas para modalidades coletivas, estava escrito na proposta.

Segundo aspeto, não estavam a falar exatamente da mesma coisa quando falavam de râguebi e quando falavam, também, de futebol. Também estavam a falar de questões diferentes e, ao comparar o Campeonato Nacional da 1.ª Divisão de Futebol com o Campeonato de Elite de Râguebi, também não estavam a falar exatamente da mesma coisa.

Percebia que o senhor vereador quisesse baralhar ou, então, ainda mais, quando queriam falar, com todo o mérito, da equipa de andebol dirigida pelo Danilo, que estava, naquele momento, na 3.ª divisão, independentemente do mérito e do sucesso que tinha, com aquela proposta que estavam ali a trazer também não estavam a falar da mesma coisa.

Portanto, mandavam-se essas atoardas para cima da mesa, para lançar ali de que a preocupação parecia que era. O Partido Socialista tinha dito ali que falava, mas eles também falavam com as instituições e dizer isso, mais uma vez, não contribuía para a discussão e para a clareza. Falavam com as instituições e, como o senhor vereador devia calcular, quando traziam uma proposta de apoio ao Vitória Futebol Clube, dirigido ao andebol, falavam sobre isso em todas as suas dimensões.

O que é que o senhor vereador queria dizer? Que se esqueciam do atletismo? Não se esqueciam. A equipa de atletismo do Vitória Futebol Clube treinava regularmente na pista de atletismo e os responsáveis sabiam que lhes tinham considerado um apoio excecional. Portanto, não valia a pena estar a querer lançar essas questões que nada contribuíam para o apoio aos clubes.

Tinha sido entendimento da Câmara Municipal que, naquela urgência e com a época desportiva a decorrer, que aquelas eram as situações no imediato, perante a tentativa de clarificar. O senhor vereador que lhe dissesse, então, quais é que tinham sido os apoios que os clubes de Setúbal tinham recebido naqueles projetos que tinha acabado de referir, que lhe enumerasse quais é que tinham sido os apoios objetivos que tinham contribuído, objetivamente, para o desenvolvimento da prática desportiva em Setúbal, na cidade. Quais tinham sido e de que forma é que isso tinha tido reflexos.

Achava que era reconhecido por todos, sem prejuízo do que pudesse vir a ser feito, que a prática desportiva no país tinha uma carência profunda de apoios do Estado Central. Sabiam todos isso e sabiam as autarquias do norte ao sul do país. Se não fossem, de facto, as diferentes autarquias, de todas as forças partidárias, seria um panorama catastrófico.

Perante o cenário e perante uma relação estreita com as instituições, aquelas tinham sido as que, naquele momento, entendiam que melhor poderiam responder e com todas elas tinha sido dialogado, com todas elas tinha sido conversado, relativamente àquela proposta.

Era uma primeira proposta no aprofundamento do apoio à competição das modalidades no quadro coletivo. Em momentos oportunos trariam apoios com aquelas características, sabendo que tinham que ir avaliando qual é que era o impacto, para que também fizesse sentido, ou não, manter aquele nível de proposta.

Portanto, não havia ali discriminação absolutamente nenhuma da Escola de Futebol Feminino. Aquele apoio tinha sido conversado com a Escola de Futebol Feminino e tinha sido o entendimento que os serviços tinham encontrado, relativamente à condição em que a Escola de Futebol Feminino estava em comparação com aquilo em que estavam as outras entidades. O senhor vereador não concordava, estava no seu direito, mas não havia ali nenhuma discriminação pelos critérios que tinham sido estabelecidos.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que calhava a todos. “Atoardas” talvez fosse uma expressão que poderia ser utilizada sem qualquer sensibilidade, para o Vereador Pedro Pina. Tinha sido feita uma pergunta muito direta ao Sr. Vereador Pedro Pina e o senhor vereador tinha tentado explicar, tinha encontrado as portas que tinha entendido encontrar e tinha ido por aí fora.

A pergunta era muito simples. Percebendo que era uma primeira proposta, que seria melhorada, seria aprofundada e que outras instituições que participassem em campeonatos nacionais viriam a ser apoiadas, a pergunta era muito simples. Tinham ali uma proposta de apoio ao andebol do Vitória Futebol Clube, que estava na 1.ª Divisão. A atividade ia de setembro a junho. Tinham ali um apoio - e bem - de 15 mil euros. Depois, tinham ali um apoio ao São Domingos de 15 mil euros - e também bem -, para participação no Campeonato de Elite de Futebol de Praia, 1.ª Divisão, que era uma atividade que tinha, em termos de participação no campeonato, 2 meses. Portanto, era um apoio de 15 mil euros que também apoiavam, sem qualquer tipo de dúvida. A Academia de Rugby de Setúbal, que também fazia um trabalho extraordinário em Setúbal, que tinha feito muito pela divulgação e pela dinamização dessa modalidade em Setúbal e que levava bem alto o nome da cidade, que estava no Campeonato Nacional da 1.ª Divisão, que não era a 1.ª Divisão, porque aquilo a que chamavam 1.ª Divisão – 1.ª Liga - designava-se no râguebi como Divisão de Honra. O

campeonato de rãguebi da 1.ª Divisão era a Divisão de Honra, no futebol de praia é que era Divisão de Elite. Portanto, estavam ali, numa 2.ª Divisão, 15 mil euros, com os quais concordavam. A Escola de Futebol Feminino estava na 2.ª Divisão e recebia 6 mil euros. Não entendiam isso. Achavam que também devia receber 15 mil euros. Era a opinião deles.

Tinha sido essa a questão que tinham levantado e o senhor vereador não tinha conseguido explicar a diferença que existia entre a atribuição de 15 mil euros à Academia de Rugby de Setúbal, que estava numa 2.ª Liga - e bem, entendiam que devia receber os 15 mil euros e, até, se fosse possível, mais - e a Escola de Futebol Feminino ficava pelos 6 mil. Por isso é que diziam que existia uma discriminação negativa, em 2 sentidos: Primeiro, porque estavam a falar de dois campeonatos que se equiparavam, eram 2.ª Divisão, e, depois, porque estavam a falar de uma equipa de futebol feminino e, portanto, devia ter, tal como acontecia na matriz de apoio, uma discriminação positiva, e isso, ali, não existia.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que a questão que se colocava era que o Sr. Vereador Fernando José, volta e meia, parecia ali um representante do Governo e não um vereador. Havia pouco, quando tinha referido a questão do Orçamento de Estado e o investimento do Estado no Desporto, das duas uma, ou estava a brincar com eles ou não sabia exatamente o que é que estava a dizer.

A questão que se colocava era que o Orçamento de Estado para o Desporto era, rigorosamente, miserável. Em vez de ser um por cento do Orçamento de Estado, o Orçamento do Estado para o Desporto não existia. O que ali tinha sido dito eram aquelas migalhas que se mandavam com uns projetos, com uns programas, para mandar pó para os olhos das famílias, das associações e das federações que suportavam, de facto, todo o Desporto nacional, juntamente com as autarquias.

Aliás, o que caracterizava a gestão do PS no Desporto era o desaparecimento do Desporto na ação do PS, a não ser esperar no aeroporto os que tinham ganho, esquecendo os que tinham perdido, esquecendo todos aqueles que trabalhavam todos os dias pelo Desporto nacional. Isso era o que caracterizava a ação política do PS na área do Desporto.

Portanto, o que queria dizer era que com flutuações de mais ou menos, o orçamento era uma desgraça. Tinha chegado a ser de zero vírgula ponto zero qualquer coisa do Orçamento do Estado. Não sabia qual era o valor exato naquele momento. Sabia que era muito pouco, era muito reduzido, mas seria uma conversa interessante para se ter, sobre o papel relevante, decisivo, que tinham as autarquias na manutenção do Desporto nacional, incluindo esses resultados fantásticos de que o Governo se aproveitava indevidamente.

Sr. Vereador Pedro Pina – Disse que o Partido Socialista, como todos tinha visto, a propósito daquela proposta tinha dito que o rãguebi não era 1.ª Divisão, o futebol de praia eram 2 meses, mais um adjetivo, mas sobre o andebol do Vitória nada tinha dito.

Queria só dizer ao Sr. Vereador Fernando José que, por comparação, já que tinha tido tanto tempo dedicado a estudar isso, que valia a pena comparar, então, as divisões. Só queria dar-lhe essa nota, porque, às vezes, havia que reconhecer. Visse qual é que era o impacto e o território que abrangia a 2.ª Divisão de futebol e visse a diferença, por exemplo, do impacto que tinha qualquer uma das outras.

No caso do futebol feminino, não abrangia todo o território uma 2.ª Divisão que era Zona Sul. Portanto, tinha um impacto financeiro completamente diferente. Todas as outras equipas eram campeonatos territoriais, jogavam de norte a sul do país. No caso dos 2 meses - como tinha feito questão de frisar -, jogam desde a Nazaré à Póvoa de Varzim e até Lisboa. No caso do rãguebi, jogavam no país inteiro, jogavam de Évora ao Porto ou Coimbra.

Mais uma vez, o senhor vereador punha esse grau de desconfiança: Os serviços da Câmara Municipal não eram rigorosos, não tinham cuidado, não ouviam com atenção os serviços e as entidades competentes. Não valia a pena. Havia um esforço na tentativa de apoiar e a preocupação do senhor vereador era de desvalorizar.

Portanto, era bom que se dissesse ali que o senhor vereador tinha dito ali que o futebol de praia eram 2 meses e que não se percebia, que no que respeitava ao rãguebi era como se

fosse uma 2.ª Divisão - que também ficasse registado que tinham sido essas as suas palavras - e que o futebol feminino é que estavam a prejudicar e que devia ser o mesmo, quando, na verdade, essa questão era uma questão que também tinha tido implicação no encontro desse valor. Essa era uma questão que devia ser clarificada, para, depois, também se perceber o valor que era atribuído.

Sr. Vereador Fernando José – Disse ao Sr. Vereador Pedro Pina que voltava a dizer que podia tentar dar os saltos e as cambalhotas que entendesse, podia fazer as piruetas que entendesse, mas não iria colocar na sua boca palavras que não tinha dito. Isso era antes, quando aquilo não era gravado, quando não passava é que podiam dizer aquilo que entendiam. Naquele momento era diferente, porque passava tudo lá fora. Tudo aquilo que diziam ali era fácil de ser sindicado. Portanto, aquilo que voltavam a dizer era que concordavam com aqueles apoios que estavam a ser atribuídos a todas as associações. Aquilo que não percebiam - e depois das explicações ainda menos tinham ficado a perceber - era porque é que a Escola de Futebol Feminino não recebia, também, 15 mil euros, como as outras instituições que estavam na proposta para receber 15 mil euros. Portanto, entendiam que a Escola de Futebol Feminino também deveria receber esse apoio, até porque, quanto a essa questão das divisões, aconselhava que verificasse que o Campeonato Nacional da 1.ª Divisão de râguebi estava, também, dividido em duas zonas.

Sr. Presidente – Disse que, sobre esses entendimentos, essas discussões e essas clarificações que nunca mais chegavam ao fim, de facto, havia questões de avaliação que eram pontos de partida diferentes e, naturalmente, os resultados não poderiam ser iguais. Portanto, quando era necessário clarificar alguma coisa, as coisas ficavam logo claras na primeira ou na segunda intervenção.

O Sr. Presidente pôs a proposta à votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

147. Deliberação n.º 757/2022 – Proposta n.º 118/2022 – DURB – Pedido de emissão de parecer favorável de ampliação de compartes, ao abrigo do disposto no artigo 54.º, da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, na sua redação atual – Ratificação do ato - Proc. 151/22

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 207 e 208.

Sr. Vereador Fernando Negrão – Disse que não ia falar de desporto nem de financiamento nem nada disso, porque estava tudo dito e redito.

Estavam ali duas senhoras que pretendiam falar. Eram 22 horas e 25 minutos e as senhoras continuavam à espera estoicamente que, enfim, tratassem dos problemas da cidade e do concelho com aquele vagar.

Tinham as propostas do urbanismo, pontos 147 a 170 da ordem de trabalhos. Votavam todos da mesma forma e queriam a votação em bloco, se fosse possível.

Sr. Presidente – Perguntou aos senhores vereadores do PS sobre aquela questão.

Sra. Vereadora Sandra Frota – Disse que acompanhavam a proposta do Sr. Vereador Fernando Negrão.

Sr. Presidente – Perguntou à Sra. Vereadora Rita Carvalho se havia alguma questão a colocar.

Sra. Vereadora Rita Carvalho - Disse que não tinha nada a opor, mas, não querendo prolongar muito mais o período da reunião, gostaria só de dizer, relativamente à delegação de competências, sobretudo em matéria de urbanismo, que uma coisa era tomar decisão outra coisa era tomar conhecimento e ambas eram legítimas ao órgão Câmara Municipal, mas eram completamente diferentes do ponto de vista dos procedimentos e dos formalismos. Tomar conhecimento era os serviços informarem a Câmara da utilização das competências da Câmara e tomar decisão obrigava à elaboração de propostas, obrigava a alteração dos procedimentos internos nos serviços e no Departamento de Urbanismo, com consequências que já tinham sido identificadas em várias matérias, mas, nomeadamente, nos processos que decorriam no departamento, com consequências e atrasos significativos nas respostas aos munícipes.

Achava que valeria a pena voltar a essa discussão. Não seria naquele dia, com certeza, e, eventualmente, não seria numa reunião da câmara, mas valeria a pena avaliar qual era a consequência das deliberações que tomavam ali. Nomeadamente, não tinham sido delegadas competências na aceitação das especialidades, por exemplo, o que obrigava a mais uma deliberação num processo de obras que estivesse a correr no Departamento de Urbanismo, sendo que o próprio regime jurídico de urbanização e de edificação previa que as câmaras não apreciavam as especialidades - as câmaras, os serviços técnicos -, apenas acolhiam e verificavam os termos de responsabilidade.

Portanto, estavam ali numa redundância que só significava atraso, entropia nos serviços e o chamado *“adicional aos custos de contexto”*, de que tanto se lamentavam naquilo que era competência da Administração Pública. Relativamente ao votar em bloco, nada tinha a opor.

Sr. Presidente – Disse que ficava mais aquele registo. Naturalmente que quem saía prejudicado eram os munícipes, mas, também, a imagem da Câmara Municipal, o que era lamentável, mas era assim.

Com o acordo do PSD e do Partido Socialista, iria pôr à votação, em bloco, as propostas de deliberação referentes ao urbanismo, desde o ponto 147 ao ponto 170. Isso significava 23 propostas que seriam votadas em bloco.

O Sr. Presidente pôs à votação as propostas correspondentes aos pontos 147 a 170 da ordem de trabalhos, tendo as mesmas sido aprovadas, por unanimidade e em minuta.

148. Deliberação n.º 758/2022 – Proposta n.º 119/2022 – DURB/DIGU – Aceitação de telas finais com alterações sujeitas a controlo prévio, introduzidas no decorrer da obra – Proc. 258/20

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 209, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 147.

149. Deliberação n.º 759/2022 – Proposta n.º 120/2022 – DURB/DIGU – Aceitação de telas finais com alterações sujeitas a controlo prévio, introduzidas no decorrer da obra – Proc. 320/19

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 210, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 147.

150. Deliberação n.º 760/2022 – Proposta n.º 121/2022 – DURB/DIGU – Aceitação de telas finais com alterações sujeitas a controlo prévio, introduzidas no decorrer da obra – Proc. 355/20

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 211, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 147.

151. Deliberação n.º 761/2022 – Proposta n.º 122/2022 – DURB/DIGU – Aprovação do projeto de arquitetura e concessão da licença de construção – construção de edifício de equipamento – Residencial para pessoas idosas – Proc. 46/22

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 212, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 147.

152. Deliberação n.º 762/2022 – Proposta n.º 123/2022 – DURB/DIGU – Aprovação de projeto de arquitetura – obras de construção de um edifício de habitação coletiva com piscina comum – Proc. 404/21

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 213, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 147.

153. Deliberação n.º 763/2022 – Proposta n.º 124/2022 – DURB/DIGU – Aceitação de telas finais com alterações sujeitas a controlo prévio, introduzidas no decorrer da obra – Proc. 672/18

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 214, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 147.

154. Deliberação n.º 764/2022 – Proposta n.º 125/2022 – DURB/DIGU – Aceitação de telas finais com alterações sujeitas a controlo prévio, introduzidas no decorrer da obra – Proc. 132/21

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 215, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 147.



**155. Deliberação n.º 765/2022 – Proposta n.º 126/2022 – DURB/DIGU –
Aprovação de projeto de arquitetura – Proc. 360/21**

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 216, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 147.

**156. Deliberação n.º 766/2022 – Proposta n.º 127/2022 – DURB/DIGU – Aceitação
de telas finais com alterações sujeitas a controlo prévio, introduzidas no
decorrer da obra – Proc. 100/19**

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 217, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 147.

**157. Deliberação n.º 767/2022 – Proposta n.º 128/2022 – DURB/DIGU – Aceitação
de telas finais com alterações sujeitas a controlo prévio, introduzidas no
decorrer da obra – Proc. 651/98**

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 218, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 147.

**158. Deliberação n.º 768/2022 – Proposta n.º 129/2022 – DURB/GAPRU –
Caducidade do pedido de alteração e ampliação da edificação – Proc. 18/19**

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 219, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 147.

**159. Deliberação n.º 769/2022 – Proposta n.º 130/2022 – DURB/GAPRU –
Concessão da licença de construção de reabilitação e alteração do edifício
habitacional – Proc. 151/21**

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 220, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 147.

**160. Deliberação n.º 770/2022 – Proposta n.º 131/2022 – DURB/GAPRU –
Aprovação de alteração ao projeto de estabilidade e concessão das
alterações ao licenciamento – Proc. 753/18**

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 221, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 147.

**161. Deliberação n.º 771/2022 – Proposta n.º 132/2022 – DURB/GAPRU –
Caducidade do pedido de reconstrução com alteração e ampliação da
edificação – Proc. 126/18**

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 222, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 147.

**162. Deliberação n.º 772/2022 – Proposta n.º 133/2022 – DURB/GAPRU –
Aprovação de projeto de arquitetura – Obras de reabilitação/reconstrução
de cobertura – Proc. 104/21**

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 223, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 147.

**163. Deliberação n.º 773/2022 – Proposta n.º 134/2022 – DURB/GAPRU –
Concessão da licença de construção da alteração do edifício habitacional –
Proc. 32/21**

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 224, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 147.

**164. Deliberação n.º 774/2022 – Proposta n.º 135/2022 – DURB/GAPRU –
Concessão da licença de construção de alteração e ampliação de edifício
habitacional – Proc. 127/21**

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 225, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 147.



165. Deliberação n.º 775/2022 – Proposta n.º 136/2022 – DURB/GAPRU – Aprovação de projeto de arquitetura – Obras de alteração e ampliação – Proc. 102/21

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 226, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 147.

166. Deliberação n.º 776/2022 – Proposta n.º 137/2022 – DURB/GAPRU – Declaração de caducidade do alvará de construção n.º 123/19 e concessão da licença especial para obras inacabadas – Proc. 431/18

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 227, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 147.

167. Deliberação n.º 777/2022 – Proposta n.º 138/2022 – DURB/DIMOT – Colocação de sinais de paragem e estacionamento proibidos, no parque de estacionamento do Convento de Jesus

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 228 e 229, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 147.

168. Deliberação n.º 778/2022 – Proposta n.º 139/2022 – DURB/DIMOT – Colocação de sinais de proibição de exceder a velocidade máxima de 40km/h., na estrada principal de Gâmbia (antiga EN-10)

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 230 e 231, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 147.

169. Deliberação n.º 779/2022 – Proposta n.º 140/2022 – DURB/DIPU – Suspensão parcial do Plano Diretor Municipal de Setúbal na área de Poçoilos e adoção de medidas preventivas, após parecer da CCDRLVT – Proc. 58/22

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 232 a 242, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 147.

**170. Deliberação n.º 780/2022 – Proposta n.º 141/2022 – DURB/DIPU/GASIG –
Pedido de transferência de localização da Farmácia Brasil – Proc. 140/22**

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 243 a 245, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 147.

C) PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Sra. Maria da Assunção Campina – Disse que fazia precisamente um mês que tinha estado ali a falar sobre o estacionamento da sua viatura. A senhora vereadora, de facto, tinha-lhe arranjado um sítio para estacionar o seu carro, só que o sítio deixava um bocadinho a desejar. Existia lá um hotel e o sítio tinha à volta de 10 lugares, tirando o estacionamento privado do hotel. Para chegar a esse sítio tinha que passar a Cáritas, a qualquer hora da noite. Como toda a gente devia saber, era um sítio perigosíssimo para uma pessoa da sua idade. Portanto, ainda estava à espera de que o assunto do estacionamento fosse resolvido, porque todos os dias falava com os senhores que andavam a passar vistoria aos carros e eles diziam que ainda não estava resolvido.

Só vinha pedir que não lhe tirassem aquilo que tinha, não queria que lhe dessem nada. A senhora vereadora tinha-lhe perguntado quantas vezes saía com o seu carro. Não saía mais vezes com o carro porque não podia, a sua situação financeira não o permitia. Portanto, precisava ter o seu carro o mais perto possível da sua residência, evidentemente. Não dizia da sua rua, mas da sua residência, onde tinha, de facto, dois estacionamentos, um na sua traseira e um na sua frente e queriam “*enxotá-la*” para o Largo José Afonso, para o pé da Cáritas, que era um sítio de perigo. Sabiam perfeitamente que naquela zona da Cáritas tratava-se muita coisa, faziam-se muitos negócios escuros.

Já era uma pessoa com uma certa idade e agradecia que tivessem isso em conta, porque, afinal, o que é que a Câmara de Setúbal fazia pelos seus velhos? A Câmara de Setúbal só estava a proteger as grandes empresas? Não lhe dissessem uma coisa dessas. Afinal, como é que era? Já tinha idade e deviam ter um bocadinho de consideração pelas pessoas idosas e, de facto, não estava a ver isso. Não estavam a ligar importância absolutamente [nenhuma] à sua pessoa.

Já era a segunda vez que vinha ali. Fazia, naquele dia, precisamente um mês que tinha estado ali a queixar-se e o seu assunto ainda continuava por resolver. Falava todos os dias com os senhores que estavam a passar vistoria aos carros e eles tinham-lhe dito: “*Olhe, minha senhora, isso não é connosco. A senhora vai ter que se dirigir à Câmara, porque foi a Câmara que ditou essa lei cá para fora.*” Se era a Câmara, tinha que ir ali reclamar. Ia reclamar aonde? Ia dizer mais uma coisa: Não queria ir a mais lado nenhum reclamar. Não queria ir, mas estava a ver que, se não resolvessem o assunto, ia ter que ir para outros sítios falar sobre o que a Câmara de Setúbal estava a fazer aos seus velhos.

A Câmara de Setúbal não estava a proteger os velhos. Era velha, ia a caminho dos 70 anos, era velha. Estava reformada, era velha. Se era velha para trabalhar era velha mesmo. Portanto, agradecia que vissem a situação, por favor. Que vissem a sua situação, porque fazia naquele dia precisamente um mês que tinha estado ali. Não a obrigassem a ir ali outra vez falar do mesmo assunto, porque o estacionamento que a senhora vereadora lhe tinha arranjado não era digno para uma pessoa da sua idade, que, de onde morava, tinha que atravessar a [zona da] Cáritas, que era um sítio de muitos problemas. A polícia andava lá constantemente a rondar e davam-se certas coisas esquisitas, não era para a sua idade.

Precisava do seu carro a qualquer hora e tinha que atravessar a [zona da] Cáritas. Chegava a casa ou vinha do hospital ou ia ao hospital a qualquer hora e tinha aquele problema daquelas

peessoas. Aquele não era um sítio onde passassem muitas pessoas, aquele era um sítio muito pouco frequentado e metia um bocado de receio. Não sabia se a senhora vereadora se queria ver livre dela ou se a senhora vereadora queria que lhe fizessem algum mal. Não sabia, sinceramente não sabia.

Sr. Presidente – Disse que agradecia a frontalidade da munícipe e pedia desculpa por ter sido obrigada a ir ali para, mais uma vez, manifestar o seu desagrado. Iam voltar a analisar a situação.

Sra. Maria da Assunção Campina – Pediu ao Sr. Presidente que não a obrigasse a ir ali. Pedia o favor de lhe resolverem a situação, porque não tinha vontade de ir dar o seu caso a conhecer, todo o mundo iria ficar a conhecer a sua situação. Não queria ir para os órgãos de comunicação. O Sr. Presidente que tivesse pena das pessoas de idade, como ela, por favor. Tinham “enxotado” as pessoas de idade dali para os funcionários da Câmara poderem estacionar os seus carrinhos. Os funcionários tinham mesmo um cartãozinho para poderem estacionar os carrinhos à vontade e os velhos tinham sido “enxotados”. Pedia imensa desculpa de ser tão grossa. Era grossa e curta, mas pedia desculpa, porque, de facto, já se sentia completamente enervada, porque aquilo complicava com o seu sistema nervoso. Cada vez que saía de casa passava pelo seu carro a ver se já tinha multa.

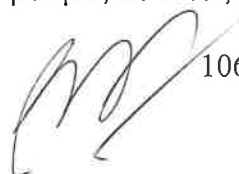
Sr. Presidente – Disse que, mais uma vez, agradecia à munícipe por ter ido ali e pedia desculpa por ainda não terem conseguido resolver. Na semana seguinte iriam encontrar uma solução e depois falariam com a munícipe, para ver se estava de acordo com a proposta. A questão era que existia um regulamento que tinha sido aprovado na Câmara e na Assembleia Municipal e, portanto, depois de aprovado, tinham todos de cumprir o regulamento. Tinham que encontrar uma solução dentro do quadro do que estava estabelecido, uma solução que pudesse estar mais de acordo com a condição e com as necessidades da munícipe. Era isso que iriam fazer.

Sra. Maria da Assunção Campina – Disse que não queria ter um sítio reservado só para si, queria um sítio que fosse compatível com a sua residência, onde, de facto, se pudesse deslocar sem ter receio. Não queria um sítio que se dissesse que era para ela, só dela. Queria que não lhe tirassem aquilo que tinha, pelo menos aquilo que tinha que não lhe tirassem. Não lhe dessem mais nada, mas aquilo que tinha pedia que não lhe tirassem, porque o sítio que tinha era o que estava mais perto da sua residência, porque a sua residência não tinha mudado de sítio. Aquela zona tinha mudado de dístico, mas a sua casa continuava no mesmo sítio. Por isso, pedia, por favor, que se lembrassem dos velhos. Os velhos já tinham dado muito, mas já não davam nada e eram enxotados. Que não lhe fizessem uma coisa daquelas.

Sr. Presidente – Disse à munícipe que não dissesse isso, porque não era essa a postura deles.

Sra. Maria da Assunção Campina – Disse estava a ver que os velhos da sua zona, que estacionavam ali os carros, tinham sido todos enxotados. O Sr. Presidente que a desculpasse de ser grossa. Se era grossa pedia desculpa, mas havia coisas que não podia encolher, porque as coisas, para ela, tinham esticado de uma maneira que não via nada resolvido. O Sr. Presidente que a desculpasse mais uma vez, sabia que as desculpas se evitavam, não se pediam, mas, como dizia, podia encolher. Aquilo esticava-se demasiado e não podia encolher.

Pedia desculpa mais uma vez, mas sentia-se deveras enervada com aquela situação. Se não queriam resolver-lhe a situação que lhe dissessem que não tinha direito ou que não queriam ou não podiam ou que havia outras patentes de que não podiam sair, porque, de facto, queria ir para outro sítio resolver a sua situação.



Sr. Presidente – Disse à munícipe que lhe agradecia e que na semana seguinte iriam falar com ela.

Sra. Vereadora Rita Carvalho – Disse que já tinha falado várias vezes com a reclamante e que, relativamente às possibilidades imediatas de resolução do problema, só para resolver nas condições que eram solicitadas, implicava uma alteração ao regulamento em vigor. Isso já tinha sido explicado. De forma imediata, para encontrar uma alternativa, tinha algumas localizações possíveis de considerar como residente e tinha sido isso que tinha sido explicado. Para salvaguardar o estacionamento na zona, como era solicitado, implicava uma alteração ao regulamento. Isso já tinha sido explicado. Portanto, não havia um desconhecimento, nem relativamente à solicitação nem aos prazos que estavam subjacentes à resolução da questão.

Sr. Presidente – Disse que, de qualquer forma, na semana seguinte voltariam a falar. Agradecia à munícipe e pedia desculpa.

Sra. Maria Amália Rocha Moisés – Disse que, mais uma vez, vinha pedir se lhe arranjavam uma habitação. Tinham falado ali – e muito bem – no Dia da Mulher e era mesmo de enaltecer, mas era para erguer as mulheres e não para deitarem abaixo. Se lhe arranjavam habitação que lhe dissessem que sim, se não arranjavam que lhe dissessem que não e não a andassem a embulhar de dia para dia sem resolver nada, porque, dali a pouco tempo nem habitação arranjava, com a idade que ia arranjavam-lhe era um jazigo. Não era falar grosseiro, era ser direta e realista

Sr. Presidente – Disse que o assunto era uma habitação e a questão é que já tinha falado com os serviços que tratavam desses assuntos.

Sra. Maria Amália Rocha Moisés – Disse que já havia 3 anos. Estava à espera de uma chamada.

Sr. Presidente – Disse que o Sr. Vereador Carlos Rabaçal explicaria a situação em que estavam relativamente às habitações, porque a situação era, de facto, muito complicada.

Sra. Maria Amália Rocha Moisés – Disse que se, para os que vinham de fora, havia portas como é que ficavam os que cá estavam? Os emigrantes que vinham de fora tinham casas e os que ficavam cá iam acampar aonde? Por exemplo, ela iria para onde?

Sr. Presidente – Disse que já estava a perceber o que é que a munícipe queria dizer, mas eram coisas completamente diferentes. Tratava-se de criar condições para pessoas que estavam numa situação de emergência, não era uma situação definitiva. A munícipe queria uma casa para uma situação definitiva. Não estavam a falar da mesma coisa. Portanto, era essa a questão, mas o senhor vereador poderia dizer mais alguma coisa sobre isso.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que a Sra. Maria Amália já tinha ido à Habitação e já tinha feito o seu pedido de habitação. Sabia se ao seu pedido tinha sido apontado como solução um T1, um T2? Que tipologia tinha sido apontada?

Sra. Maria Amália Rocha Moisés – Disse que nunca lhe tinham dito nem T1 nem T2.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que, se a munícipe já lá tinha ido, então teria que ir saber qual era a posição em que estava o seu pedido de habitação na lista. Se lá tinha ido pedir, estava numa lista. Naquele momento, de acordo com a lei, quando recebiam um pedido de habitação, tinham que o analisar de acordo com critérios que a lei tinha estabelecido. Com

esses critérios, as pessoas entravam numa lista de T1, T2, T3 e T4 e entravam no 1.º, 2.º, 3.º, 4.º e 5.º lugar e por aí fora. Não tinham possibilidade de mexer nessa lista. Essa lista era a lista que existia e as pessoas tinham que aguardar, de acordo com a posição que tinham, porque aquilo era calculado em função dos rendimentos, da situação da pessoa, do grupo familiar que tinham ou não tinham, tudo isso. Tirando isso, não tinham grande possibilidade de fazer coisa nenhuma. Aparecendo casas atribuíam, não aparecendo casas não eram atribuídas. Era assim que funcionava.

Sra. Maria Amália Rocha Moisés – O senhor vereador que lhe desculpasse, mas tinha-lhe dito que lhe telefonava durante a semana e não lhe tinha telefonado a dar uma resposta.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que tinha pedido aos serviços para lhe ligarem, mas, se houvesse algum problema ligava-lhe, mas tratava disso. A munícipe que não se preocupasse que iria tratar disso.

Naquele dia tinha estado a fazer atendimentos na Habitação e tinha ido um senhor falar com ele e, no fim, tinha-lhe perguntado se não podia *“fazer um jeitinho”*. Isso não existia, tinham uma avaliação das candidaturas, tinham uma listagem obrigatória que estava publicada e afixada e, nessa lista, estava, seguramente, o nome da munícipe com a sua posição.

Sra. Maria Amália Rocha Moisés – Disse que, se não tivesse dinheiro para pagar aquela casa, estava na rua.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que isso não era um problema que a Câmara pudesse resolver assim. Para isso, para situações de emergência, tinha a Segurança Social, tinha outras situações. A única coisa que a Câmara fazia era atribuir as habitações que tinha à sua guarda, quando elas vagavam. Quando não vagavam, não podia pôr ninguém na rua para pôr outra pessoa. Era assim que funcionava. Portanto, precisava de saber. Iria ver qual era a posição da munícipe na lista e para que tipologia. Depois, essa informação ser-lhe-ia dada e ser-lhe-ia explicado. Se tivesse dúvidas ser-lhe-ia explicado em pormenor. Era só isso que podia fazer naquele momento.

O Sr. Presidente submeteu à votação a aprovação das minutas das deliberações tomadas, as quais foram aprovadas por unanimidade.

Esgotada a ordem de trabalhos, o Sr. Presidente declarou encerrada a reunião quando eram 22 horas e 47 minutos.

Sempre que se indicou ter sido aprovada em minuta qualquer deliberação, dever-se-á entender ter sido aprovada nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4, do Artigo 57.º, da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro.

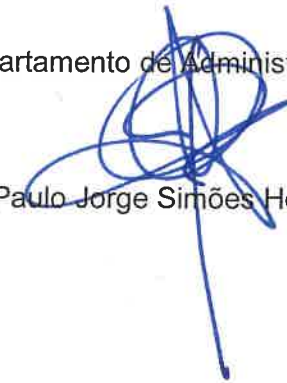
O Presidente da Câmara,



André Valente Martins

Esta ata foi aprovada na reunião da Câmara de 7 de setembro, por unanimidade dos presentes na reunião a que respeita, e contém 109 folhas numeradas e rubricadas pelo Sr. Presidente da Câmara.

O Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças,



Paulo Jorge Simões Hortênsio

Elaborada por:

Carlos Mendes e Aldora Poeira

Conferida por:

Ana Paula Lico

Revista por:

Paulo Hortênsio